PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

OACULT: proposta de criação de uma
organização internacional de proteção à
cultura no âmbito do continente americano

Carla Ribeiro Volpini Silva

Belo Horizonte
2009

Carla Ribeiro Volpini Silva

OACULT: proposta de criação de uma organização internacional de proteção à cultura no âmbito do continente americano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wanderley Junior.

Belo Horizonte
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S586o Silva, Carla Ribeiro Volpini
OACULT: proposta de criação de uma organização internacional de proteção à cultura no âmbito do continente Americano / Carla Ribeiro Volpini Silva. Belo Horizonte, 2009. 134f.

Orientador: Professor Doutor Bruno Wanderley Junior
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito.

1. Cultura e direito. 2. Direitos humanos. I. Wanderley Junior, Bruno. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito. IV. Título.

CDU: 342.7

Carla Ribeiro Volpini Silva

Oacult: proposta de criação de uma organização internacional de proteção à cultura no âmbito do continente americano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

Dr. Bruno Wanderley Junior (Orientador) – PUC Minas

Dr. José Luiz Quadros de Magalhães – PUC Minas

Dra. Maria Emília Naves Nunes – PUC Minas

Dr. Fernando Gonzaga Jayme - UFMG

Dra. Adriana Campos Silva - UFMG

Dr. Leonardo Nemer Caldeira Brant – PUC Minas (suplente)

Dr. Arthur José Almeida Diniz – UFMG (Suplente)

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bruno Wanderley Junior, pela disposição e confiança em meu trabalho e por me orientar além das fronteiras jurídicas, transformando esta orientação numa sólida amizade;

Ao Rô, pelo amor aconchegante, companheirismo constante e apoio estimulador;

Aos meus pais, pela formação na certeza de que se constrói base sólida somente com muito esforço e estudo;

A Deus, por me oferecer oportunidades tão significativas, dentre elas, o contato com pessoas – como as citadas acima – que são muito importantes em minha vida.

No man is an Iland, intire of it selfe;
every man is a peece of the Continent,
a part of the maine; if Clod bee washed away by the Sea,
Europe is the lesse, as well as if a Promotorie were,
As well as a Mannor of thy friends
Or of thine owne were; any mans
Death diminishes me, because I am involved in Mankinde;
And therefore never send to know for whom the bell tolls;
It tolls for thee.

John Donne

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar os direitos culturais como dimensão dos direitos humanos, demonstrando a importância e a necessidade de respeito daqueles. Este estudo ocorrerá através da demonstração dos conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais e da análise dos tratados e Organizações internacionais, todos com foco nos direitos culturais. Para esta análise foi necessária uma reflexão do estágio atual em que se encontram os direitos culturais, observando principalmente os efeitos da globalização no cenário internacional e o reflexo nas culturas locais de todo o mundo. Após estas análises, propõem-se uma Organização intergovernamental, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, a qual cuidará da preservação e promoção dos direitos culturais, favorecendo uma maior integração entre os povos americanos.

Palavras-chave: Cultura – Direitos culturais – Direitos Humanos

ABSTRACT

The goal in this assignment was to study the cultural rights as a human rights dimension, showing yours necessity of respect and importance. This study happens by the showing of human rights and fundamentals rights concepts; and the treats and Internationals Organizations analyze. To the analysis was necessary a reflection to the actual stage of the cultural rights, observing, principally, the effects of globalization on international setting and the reflex on the local cultures on the world. After this analysis, propose a intergovernmental organization, on the scope of the Organization of American States, which deal of the preservation and promotion of the cultural rights, favoring the integration between the American people.

Key-words: Culture – Cultural Rights – Human Rights.

ABREVIATURAS

CIC – Comissão Interamericana de Cultura

CPPDEC – Convenção para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais

CR – Constituição da República Federativa do Brasil

DUDH – Declaração Universal dos Direitos dos Homens

EUA – Estados Unidos da América

MONDIACULT – Declaração do México sobre Políticas Públicas

OACULT – Organização Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura

OEA – Organização dos Estados Americanos

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

OI – Organizações Internacionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronac – Programa Nacional de Apoio à Cultura

UE – União Européia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

TUE – Tratado da União Européia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 DIREITOS HUMANOS.....	17
2.1 A evolução histórica da cultura como expressão dos direitos humanos.....	17
2.2 Cultura como expressão dos Direitos Humanos.....	25
2.2.1 <i>Direitos Humanos X Direitos Fundamentais.....</i>	<i>25</i>
2.2.2 <i>As gerações dos Direitos Fundamentais, com enfoque nos direitos culturais.....</i>	<i>28</i>
2.3 O fenômeno chamado globalização e sua influência nos direitos humanos.....	32
3 CULTURA.....	36
3.1 Evolução antropológica da definição de cultura.....	36
3.2 Cultura como objeto do direito internacional.....	38
3.2.1 <i>O Mondiacult e a definição de cultura.....</i>	<i>38</i>
3.2.1.1A <u>Identidade Cultural</u>	40
3.2.1.2 <u>O desenvolvimento da dimensão cultural</u>	41
3.2.1.3 <u>Cultura e Democracia</u>	42
3.2.1.4 <u>Patrimônio cultural</u>	44
3.2.1.5 <u>Criação artística e intelectual e educação artística</u>	45
3.2.1.6 <u>Relações entre cultura, educação, ciência e comunicação</u>	46
3.2.1.7 <u>Planejamento, administração e financiamento das atividades culturais</u>	49
3.2.1.8 <u>Cooperação cultural internacional</u>	51
3.2.1.9 <u>Unesco</u>	53
3.2.2 <i>Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.....</i>	<i>55</i>
3.2.3 <i>Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – Nossa Diversidade Criadora.....</i>	<i>57</i>
3.2.4 <i>A Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade Cultural –Declaração de Guadalajara</i>	<i>60</i>
3.2.5 <i>A Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais</i>	<i>61</i>
3.3 A Diversidade cultural no mundo globalizado	66
3.3.1 <i>A cultura local versus a cultura global</i>	<i>68</i>
3.3.2 <i>O Universalismo e o relativismo cultural</i>	<i>72</i>
3.3.3 <i>O diálogo intercultural como uma proposta para a convivência pacífica entre culturas no mundo contemporâneo globalizado</i>	<i>78</i>
3.3.4 <i>A Experiência da Comunidade Européia no Programa de Promoção do Diálogo Intercultural Regional: 2008 como o ano do Diálogo intercultural</i>	<i>82</i>
4 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO CULTURAL NOS ÂMBITOS REGIONAL E INTERNACIONAL	86

4.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO	91
4.2 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – OEI	95
4.2.1 A <i>Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI</i>	95
4.2.2 A <i>OEI como elemento dificultador da integração cultural americana</i>	98
5 A ORGANIZAÇÃO AMERICANA PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – OACULT	99
5.1 A identidade cultural americana: da colonização para a cooperação	99
5.2 A Organização dos Estados Americanos	105
5.3 Justificativa para a criação da Oacult.....	107
5.4 A competência internacional para direitos culturais da Unesco e a Oacult: do plano global ao regional	112
5.5 Os fundamentos da Oacult	114
5.6 Os objetivos da Oacult	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	125
ANEXOS.....	133

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se discutir a cultura como uma dimensão dos direitos humanos, na qual o seu respeito se faz necessário para que se possa ter uma cultura de paz, conforme dispõe a Carta da Organização das Nações Unidas.

No primeiro capítulo deste trabalho, estudam-se, brevemente, os direitos humanos, para demonstrar a inserção da cultura nestes. Aborda-se a evolução da idéia de cultura como expressão dos direitos humanos através de traços históricos que favoreceram a afirmação e evolução dos direitos culturais. Neste momento, há que se reforçar a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Trata-se dos direitos humanos, demonstrando a diferença entre estes e os direitos fundamentais, mas alertando que a idéia de cultura não depende dos direitos fundamentais, mas por eles é resguardada. Assim, vê-se que a cultura tem características de ser global, difusa e pretende ser superior à ordem nacional (quando da ratificação pelos Estados de acordos que dispõem sobre direitos humanos, suas comissões e tribunais e, a partir daí, aplicabilidade e exigibilidade destes direitos).

Os direitos fundamentais foram também analisados, através de suas gerações, que são classificações tradicionais do direito. Demonstra-se então o ser humano como ser fundamental, compreendendo os direitos fundamentais e a sua consolidação em gerações (ou dimensões).

Inserem-se, no final deste capítulo, a uma reflexão sobre a influência da globalização em todo o mundo, as mudanças significativas que ela provoca nas manifestações e expressões culturais das mais diversas localidades do globo terrestre.

No segundo capítulo tem-se como foco a cultura. Ela foi estudada inicialmente em sua definição antropológica para se entender seu conceito e extensão. Depois, como objeto do direito internacional, onde foram analisados alguns dos mais importantes institutos internacionais que tratam dos direitos culturais. O primeiro deles é a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais de 1982, também chamada de Mondiacult. Esta declaração tem um tratamento diferenciado neste trabalho, com a análise de todo o seu corpo, pois é um marco para este direito à liberdade dos povos. Ela tinha como objetivo inicial a discussão de políticas públicas no âmbito da cultura, através da interseção de vários acordos regionais discutidos anteriormente sobre o assunto. No entanto, sua importância vai muito além: nela definiu-se cultura como objeto do direito, respeitando as diferenças. Neste momento, o pensamento local

toma proporções de ação global. Por isto, pode-se dizer então que a Mondiacult foi um grito anticolonizador e uma grande referência para a proteção dos direitos culturais.

Apesar de todas as conceituações de cultura atualmente existentes, para este trabalho, tem-se como referência aquela advinda da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – Mondiacult, que define cultura como sendo *conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de se viver junto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.*

A Mondiacult é distribuída através de capítulos com a intenção de dispor de bases principiológicas para o tratamento da proteção cultural e dos direitos culturais. Assim sendo, serão estudados todos os capítulos da Mondiacult, aqui distribuídos nos tópicos 3.2.1.1 a 3.2.1.9, para se compreenderem a sua importância e magnitude.

Além da Mondiacult, foram analisados a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, instituída pela UNESCO, em 2001, e que, além de reafirmar o conceito de cultura estabelecido pela Mondiacult, reafirma princípios de direito internacional que concernem aos direitos humanos, em especial àqueles relacionados à diversidade cultural; o Relatório da Comissão Mundial sobre Políticas Culturais, também denominado de Nossa Diversidade Criadora, que desenvolveu um relatório com diretrizes para um maior desenvolvimento das questões pertinentes à cultura; a Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade cultural, também denominada de Declaração de Guadalajara, que reitera o vínculo entre desenvolvimento e cultura, e a promoção no diálogo cultural; e a Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, que surge em 2005, após os atentados de 11 de setembro nos EUA, com a finalidade de assegurar, juridicamente, a proteção e a diversidade cultural.

Estes institutos foram analisados por se tratarem de importantes institutos que trouxeram subsídios para a proteção e promoção dos direitos culturais e da diversidade cultural.

Ainda no capítulo 2, discutem-se a globalização e sua influência na identidade cultural dos povos. Assim, importante se faz relacionar a diversidade cultural, “o encurtamento” do mundo, as relações humanas na atualidade, a estranha interação entre a cultura local tradicional e a cultura global imposta e seus reflexos nas culturas dos povos.

Por isto, refletiu-se sobre a globalização e seus efeitos por todo o mundo, principalmente no que diz respeito à cultura. Neste contexto, discute-se que a globalização afeta todo o mundo, na percepção de uma homogeneização de culturas, apesar de algumas

partes do globo terrestre ainda absorverem muito mais o fenômeno da globalização do que outras como acontecem com o Ocidente.

Ainda no que diz respeito à globalização, fez-se uma breve reflexão sobre as concepções do Universalismo e do Relativismo. Entendendo como Universalismo a manifestação que sustenta que a cultura (local) não pode ter importância quando da aplicação das normas e regras morais; enquanto que o Relativismo acredita que os direitos fundamentais deverão estar intrinsecamente relacionados à cultura local. Assim, os relativistas justificam as manifestações culturais contrárias aos direitos humanos internacionais – tais como formas de flagelo ou punições corporais – porque as mesmas são expressões culturais legalmente admitidas. Neste momento, não se pretende concluir sobre a melhor ou mais correta teoria, mas expô-las no intuito de uma reflexão sobre a importância e os efeitos destas manifestações diferenciadas.

Como este capítulo trata da diversidade cultural no contexto do mundo contemporâneo globalizado, discorreu-se sobre o diálogo intercultural como uma possibilidade de convívio pacífico entre os povos. O diálogo intercultural, já aplicado em muitas sociedades,¹ é uma tentativa de povos viverem conjuntamente, e poderem ter uma efetiva comunicação através do entendimento e respeito à cultura do outro.

Discorreu-se, também, da experiência da comunidade européia na aplicação do diálogo intercultural como um meio de unir povos harmonicamente através do respeito das diversas culturas, ou seja, aplicar a cultura da paz. A Comunidade Européia é a mais complexa comunidade de países hoje existente, que pode ser utilizada como meio de estudo para aplicação – remodelada – em outras comunidades internacionais, dentre elas, no Mercosul. Assim se justifica o estudo da experiência da Comunidade Européia na normatização e aplicação de meios para se conviver com a diversidade cultural.

No terceiro capítulo discutiu-se o papel das Organizações Internacionais para a proteção, promoção e integração cultural nos âmbitos regional e internacional. Para tanto, inicialmente, foi necessário um breve estudo sobre a teoria geral das Organizações Internacionais, para que o leitor possa compreender o que se irá propor mais à frente. Foram também analisadas duas grandes organizações intergovernamentais que possuem finalidades voltadas para os direitos culturais. Uma delas é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – que possui um caráter global e difuso, e a outra

---

¹O melhor exemplo é a União Européia, que além de seus vários programas para a promoção do diálogo intercultural, estabeleceu o ano de 2008, como sendo o ano do diálogo intercultural. (COMISSÃO EUROPÉIA, 2005a, p.12)

a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, que é uma organização regional, voltada para os Estados Iberoamericanos².

A UNESCO é um órgão especializado da ONU, que, entre outros assuntos trata com maestria da questão cultural, em uma jurisdição internacional. Já a OEI possui uma competência no âmbito dos Estados ibero-americanos, o que exclui os Estados do Canadá, Caribe e EUA, não propiciando uma total integração dos Estados americanos.

Desta forma, o quarto capítulo propõe uma organização intergovernamental que discuta, proteja e promova direitos culturais no âmbito da jurisdição da Organização dos Estados Americanos – OEA. Esta seria uma organização onde os países americanos, em conjunto, pudessem promover ações em seus Estados, para levar aos povos americanos uma conscientização da importância do diálogo entre as culturas e, mais ainda, do seu respeito. Assim, o presente trabalho sugere a criação desta Organização Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura, denominada de OACULT.

Para fundamentar a proposta da OACULT, apresentar-se-á um breve histórico da identidade cultural americana, desde seus primórdios, frisando a invasão dos europeus nos países latino-americanos do continente e a repercussão deste “encobrimento”; e as diferenças como a história dos demais Estados (EUA e Canadá).

Estabeleceu-se, também, um breve panorama da OEA, pois a proposta que este trabalho apresenta é a de uma Organização internacional especializada da OEA.

Por fim, tratou-se da OACULT. Inicia-se este capítulo com a justificativa da criação deste organismo internacional, fundamentando que a integração se transformou em um imperativo para a sobrevivência no mundo globalizado e que os direitos culturais americanos são muito pouco discutidos. Desta forma, a OACULT será um instrumento para a criação de oportunidades do resgate das identidades culturais americanas, o que evitaria violações aos direitos humanos.

A partir da justificativa da constituição da OACULT, estabeleceram-se parâmetros entre a UNESCO e a OACULT, concluindo que elas não possuem competências conflitantes – uma tem caráter global e a outra regional, podendo ser grandes parceiras, quando a OACULT irá estabelecer diálogos específicos no âmbito regional, mas em consonância com os direitos e as políticas estabelecidas pela UNESCO.

---

²São os Estados-membros da OEI Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, Uruguai e Venezuela.

Este organismo regional de proteção dos direitos culturais apresentaria inúmeras vantagens como uma organização que trabalharia em parceria com o sistema ONU. Dentre elas, está a possibilidade de criar laços mais fortes entre os Estados americanos, e seus povos, por meio da promoção das peculiaridades e dos valores históricos destes povos.

Diante da justificativa, apresentam-se os fundamentos e os objetivos da OACULT. Os fundamentos estão situados nas normas de direito internacional e nos vários institutos internacionais ratificados pelos Estados, em especial, a Carta da ONU, de 1948; a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos de 1966 e 1969 e a Carta da OEA.

A proposta é a de uma Organização Americana preocupada com a Educação e a Ciência, além da cultura, uma vez que estes três pilares caminham sempre juntos, não existindo, nenhum deles, isoladamente.

Assim, propõem-se um organismo especializado da OEA, com autonomia para exercer, dentre outras finalidades, a de proporcionar aos povos dos Estados americanos a possibilidade de se resgatarem suas histórias e culturas, e integrá-las, tornando a América menos preconceituosa, favorecendo o seu desenvolvimento.

Por fim, tem-se as considerações finais, onde dentre tantas indagações, percebe-se a necessidade de focar o olhar para o respeito aos direitos culturais e incentivar as formas de relacionamento entre os vários povos, como uma necessidade para se conviver em um mundo globalizado – onde devido à celeridade das informações e ao avanço da tecnologia têm estado cada vez mais condensado.

Para tanto, propõe-se um olhar voltado para o continente americano e seus povos, criando uma Organização intergovernamental americana que trate das matérias pertinentes à Educação, a Ciência e a Cultura, no intuito de assegurar aos povos americanos uma integração na sua totalidade, além de tentar resgatar a identidade americana perdida há séculos. Assim, propiciará aos povos das América do Sul, Central e do Norte uma aproximação através da promoção dos direitos culturais no âmbito da OEA.

2 DIREITOS HUMANOS

2.1 A evolução histórica da cultura como expressão dos direitos humanos

Na evolução cultural do homem, a partir de um aspecto histórico, percebe-se que, a cultura é inerente ao ser humano que vive em comunidade, conforme argumenta Comparato (1999):

Ora, a verdade – hoje indiscutível, de resto, no meio científico – é que o curso do processo de evolução vital foi substancialmente influenciado pela aparição da espécie humana. A partir de então, surge em cena um ser capaz de agir sobre o mundo físico, sobre o conjunto das espécies vivas e sobre si próprio, enquanto elemento integrante da biosfera. O homem passa a alterar o meio ambiente, e ao final, com a descoberta das leis da genética, adquire os instrumentos hábeis a interferir no processo generativo e de sobrevivência de todas as espécies vivas, inclusive a sua própria. Na atual etapa da evolução, como todos reconhecem, o componente cultural é mais acentuado que o componente “natural”. Até o aparecimento da linguagem, a evolução cultural foi quase imperceptível. A partir de então, no entanto, ou seja, a contar desse marco histórico decisivo, há cerca de 40.000 anos, a evolução cultural cresceu mais rapidamente do que nos milhões de anos que a precederam. O homem perfaz indefinidamente a sua própria natureza – por assim dizer, inacabada – ao mesmo tempo em que “hominiza” a Terra, tornando-a sempre mais dependente de si próprio. (COMPARATO, 1999, p. 6)

A referência acima trata da noção e evolução da cultura. No entanto, dar-se-á um salto histórico, pois se entende que a partir das duas grandes guerras mundiais é que o mundo efetivamente se voltou para a discussão e normatização dos direitos humanos e, mais especificamente, da pessoa humana. Assim, a conjuntura mundial do século XX levou a humanidade no pós-guerra a uma profunda reflexão sobre a intolerância religiosa, étnica e dos costumes. O trauma das duas grandes guerras provocou uma discussão mundial com fins humanistas de respeito às diferenças dos povos e das nações.

A cultura, como expressão dos direitos humanos, surge a partir de um marco histórico que é o fim da Segunda Guerra Mundial. As atrocidades cometidas pela Guerra marcaram e alertaram a sociedade internacional de que se deveria preocupar com as raças e suas especificidades.

Assim, preocupou-se com um tratamento dos direitos culturais que viessem a focá-los como direito social básico, pautado pelo pressuposto inevitável da diversidade e da tolerância

consciente da existência de diferenças que devem fundamentar a coexistência pacífica entre os povos.

Conforme expõe Piovesan (2003), os Direitos Humanos possuem fonte muito recente, pois os primeiros tratados internacionais de direitos humanos surgiram como resposta aos horrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial:

Em face do regime de terror, no qual imperava a lógica da destruição e no qual as pessoas eram consideradas descartáveis, ou seja, em face do flagelo da Segunda Guerra Mundial, emerge a necessidade de reconstrução do valor dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional. (PIOVESAN, 2003, p. 30)

Após a Segunda Guerra Mundial, surge, em 1945, a Organização das Nações Unidas, que, através da Carta que a constitui, determinou uma série de direitos e deveres aos seus Estados-membros, como forma de se estabelecer um convívio harmônico entre os Estados, mantendo, assim, a paz mundial e a cooperação entre os mesmos.

A Carta das Nações Unidas possui um papel fundamental no que concerne ao desenvolvimento econômico-sócio-cultural. Dentre todos os direitos e deveres que ela estabelece, também estão aqueles que dispõem sobre os direitos culturais, mesmo que de forma abstrata:

Neste cenário, a Carta da ONU, em seu artigo 1º, inciso III, quando determina os objetivos da ONU, faz referência à cultura como direito fundamental e interesse mundial:

Carta da ONU, artigo 1º. Os objetivos das Nações Unidas são:

(...)

3. Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de caráter econômico, social, **cultural** ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião. (grifo nosso)

Assim, a Carta das Nações Unidas busca incorporar questões de Direitos Humanos em seu texto. Desta forma, em cumprimento ao seu artigo 68, em 1946, foi aprovado o Estatuto da Comissão de Direitos Humanos que exerce a função de promoção e proteção da dignidade humana, como dispõe Comparato:

Na qualidade de órgão promotor de direitos humanos, a Comissão encarrega-se de elaborar o anteprojeto de declarações e tratados internacionais relativos a esses direitos. Assim foi com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e com os dois Pactos Internacionais de 1966, aprovados pela Assembléia Geral, o primeiro sobre direitos civis e políticos, o segundo sobre direitos econômicos, sociais e culturais. (COMPARATO, 1999, p. 213)

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e posteriormente da UNESCO – seu órgão especializado em Cultura, Educação e Ciência – têm papel fundamental nas iniciativas internacionais orientadas para a paz e o desenvolvimento das nações.

Conforme Evangelista (2003), no que diz respeito à cultura, a UNESCO possui um papel fundamental, uma vez que, se ela interage com diversas culturas, estabelece parcerias em âmbito mundial, regional e também com Estados, mobilizando as forças locais, nacionais, regionais e mundiais para que ocorram decisões políticas que mantenham vivas as histórias das diversas regiões e povos.

A UNESCO possui a característica de pensar universalmente, na tentativa global de levar a todos os cidadãos, de todos os países, melhores condições de desenvolvimento.

Neste diapasão percebe-se a importância da ONU na reconstrução mundial pós-guerra. A ONU, através da Resolução n. 217 de sua Assembléia-Geral, aprovou, em 1948, a Declaração Universal de Direitos Humanos – DUDH – que surge com o escopo de trazer uma nova ordem mundial, fundada no respeito à dignidade humana, ao consagrar valores básicos universais:

Convergência de anseios e esperanças, porquanto tem sido, desde sua promulgação, uma espécie de carta de alforria para os povos que a subscreveram, após uma guerra de extermínio dos anos 30 e 40, sem dúvida o mais grave duelo da liberdade com a servidão em todos os tempos.

Síntese, também, porque no bronze daquele monumento se estamparam de forma lapidar direitos e garantias que nenhuma Constituição insuladamente lograra ainda consagrar ao redor de um consenso universal. (BONAVIDES, 2006, p. 574)

Apesar de a DUDH não ter força normativa, ela é um grande marco para os direitos humanos, pois traz uma idéia inovadora ao atribuir aos direitos humanos as características de integralidade, indivisibilidade e interdependência.

De acordo com a argumentação de Piovesan (2003), a DUDH inicia uma reconstrução do valor dos direitos humanos como paradigma e referencial teórico a orientar a ordem internacional. Nela, surgem princípios e valores universais que deveriam ser respeitados por todos os Estados signatários.

A DUDH traz as características que devem ser relatadas. A primeira delas é a universalidade, por alcançar todos os povos, raças, sexos e religiões, além de afirmar, veementemente, a dignidade inerente a qualquer pessoa humana, sendo titular de direitos iguais e inalienáveis. A segunda é a indivisibilidade dos direitos ali elencados. Isto ocorre

porque a DUDH conjuga o rol de direitos civis e políticos, com os direitos econômicos, sociais e culturais. Piovesan (2008) explica que:

Duas são as inovações introduzidas pela Declaração: a) parificar, em igualdade de importância, os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais; e b) afirmar a inter-relação, indivisibilidade e interdependência de tais direitos. Ao conjugar o valor da liberdade com o da igualdade, a Declaração introduz a concepção contemporânea de direitos humanos, pela qual esses direitos passam a ser concebidos como uma unidade interdependente e indivisível. (PIOVESAN, 2008, p. 141-142)

A DUDH, dentre tantos direitos consagrados, em seus artigos 22 a 28, introduz, de forma inédita, os direitos sociais, econômicos e culturais como direitos humanos a serem respeitados pelos Estados:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 22 – Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

O artigo 22 da DUDH demonstra a equiparação dos direitos culturais aos direitos econômicos e sociais. Além, traduz os direitos culturais como dimensão dos direitos humanos. Ainda, o artigo 27 da presente Declaração determina o respeito ao direito de liberdade, participação e produção cultural, conforme descrito:

Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 27. 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Apesar de toda a importância da DUDH, ela se baseia em um contexto social-político-econômico específico ao momento que o mundo passava após duas grandes guerras mundiais.

Além de se considerar o momento histórico em que a Declaração fora criada, há que se ressaltar, novamente, que a DUDH não apresenta força normativa, o que a impossibilita de ser obrigatória e vinculante aos Estados-membros da ONU. Apesar de toda a sua importância, era necessário um instrumento jurídico que positivasse estes direitos de tal forma que os mesmos fossem jurisdicionalizados e, assim, exigido o seu respeito.

Desta forma, são elaborados, em 1966, dois tratados internacionais – o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) que compilaram os direitos constantes da DUDH.

Piovesan explica a importância da DUDH para o desenvolvimento de outros tratados internacionais que dispunham sobre temas de direitos humanos e, assim, indiretamente para os direitos culturais:

A partir da aprovação da Declaração Universal de 1948 e da concepção contemporânea de direitos humanos por ela introduzida, começa a se desenvolver o Direito internacional dos Direitos Humanos, mediante a adoção de inúmeros tratados internacionais voltados à proteção de direitos fundamentais. Os instrumentos internacionais de proteção refletem, sobretudo, a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais aos direitos humanos. (PIOVESAN, 2003, p. 39)

Importante ressaltar que, à época da criação destes pactos, discutia-se sobre a conveniência em se estabelecer dois pactos distintos, ou apenas um que contivesse todos os direitos ali elencados. Contudo, como argumenta Piovesan (2008), foram elaborados, sob a influência dos países ocidentais, dois pactos, que foram assinados simultaneamente, para demonstrar que, apesar de serem dois tratados distintos, os direitos ali expressos eram indivisíveis:

Não obstante a elaboração de dois Pactos diversos, a indivisibilidade e a unidade dos direitos humanos eram reafirmadas pela ONU, sob a fundamentação de que, sem direitos sociais, econômicos e culturais, os direitos civis e políticos só poderiam existir no plano nominal, e, por sua vez, sem direitos civis e políticos, os direitos sociais, econômicos e culturais também existiriam no plano formal. (PIOVESAN, 2008, p. 160).

O PIDCP dispõe sobre direitos voltados aos indivíduos, enquanto que o PIDESC se endereça aos Estados. Sendo assim, o PIDESC está condicionado à atuação do Estado.

Desta forma, o PIDCP consagra a obrigação do Estado em proteger todos aqueles que estão sob sua jurisdição, inclusive estabelecendo um sistema legal capaz de responder com eficácia às violações aos direitos civis e políticos.

No que diz respeito ao rol de direitos elencados no PIDCP, ele incorpora todos os direitos referentes à DUDH, além de estender a lista para outros direitos não descritos até então, tais como a proteção dos direitos de minorias à identidade cultural; o direito da criança ao nome e à nacionalidade; a proibição da propaganda de guerra ou de incitamento à intolerância étnica ou racial; o direito à autodeterminação, dentre outros. Além destes direitos,

importante ressaltar a garantia à vedação contra a pena de morte, instituída pelo Segundo Protocolo ao PIDCP, adotado em 1989. Este pacto estabelece direitos derogáveis, de forma excepcional, quando decretado estado de emergência. No entanto, estas derrogações ficam proibidas para qualquer medida discriminatória fundada em raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social. Além, o Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos também estabelece aqueles direitos que não poderão ser derogados sob nenhuma circunstância, tais como o direito à vida, a proibição da tortura e de qualquer forma de tratamento cruel, desumano ou degradante, entre outros.

Já o PDESC impõe aos Estados-partes a obrigação de implementação, progressiva, dos direitos nele reconhecidos, ou seja, são direitos programáticos:

Isto é, enquanto os direitos civis e políticos são auto-aplicáveis, na concepção do Pacto os direitos sociais, econômicos e culturais são programáticos. São direitos que demandam aplicação progressiva, já que não podem ser implementados sem que exista um mínimo de recursos econômicos disponível, um mínimo *standard* técnico-econômico, um mínimo de cooperação econômica internacional; especialmente, não podem ser implementados sem que representem efetivamente uma prioridade na agenda política nacional. (PIOVESAN, 2008, p. 176)

Esta implementação progressiva do Pacto se dá, principalmente, porque os direitos ali elencados, normalmente, necessitam de um período longo para implementação.

Neste contexto – fins da década de 60 – surge um movimento no sentido de determinar a crise de uma filosofia do desenvolvimento para a qual a modernização equivalia à ocidentalização. De acordo com esta crença, não há lugar para as culturas locais das quais se contesta sua capacidade de invenção. (Mattelart, 2006). Estigmatizadas, as culturas locais são consideradas pela sociedade como um problema ao longo da modernidade.

No entanto, ao longo dos anos 70, surgem movimentos no intuito de discutir assuntos, tais como diversidade, políticas, interdependência e diálogo culturais, entre outros:

O relatório da comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, nomeada em 1977 pelo diretor geral da UNESCO, o senegalês Mothar M'Bow, e presidida pelo irlandês Sean MacBride, prêmio Nobel da Paz, assinala um primeiro passo sobre as desigualdades dos fluxos entre os países do Norte e do Sul. Trata-se, com efeito, da primeira visão estrutural crítica sobre a ordem cultural e comunicacional emitida por uma instituição internacional. (MATTELART, 2006, p.13)

Aprovado pela Conferência Geral da UNESCO que se reúne em Belgrado, em 1980, o relatório acima mencionado, de MacBride, é publicado com o título “Vozes múltiplas.” De

acordo com Mattelart, esta publicação teve uma grande relevância para a expansão da conscientização e do reconhecimento dos direitos sociais do homem, conforme se vê:

O importante é que, com ele, as noções de cultura e comunicação penetram no campo da batalha para o reconhecimento dos direitos sociais. (MATTELART, 2006, p. 13)

Percebe-se pelos relatos descritos acima, a década de 70 foi palco de grandes discussões sobre o direito à comunicação.

Diante deste cenário, o PIDESC demonstra ser um mecanismo, em parte, pouco eficiente para a plena aplicação e exigência dos Estados, em relação aos direitos ali elencados, por se tratarem de normas programáticas.

A Declaração de Viena, de 1993, além de endossar os direitos culturais na dimensão dos direitos humanos, procura recomendar a incorporação de direito de petição. Além, a Declaração de Viena, baseada na noção de direito ao desenvolvimento, consiste numa espécie de síntese de todos os direitos humanos, incluindo os direitos culturais na qual, em seu artigo 2º, determina que [...] *todos os povos têm direito à autodeterminação. Por força desse direito, escolhem livremente o seu sistema político e prosseguem o seu desenvolvimento econômico, social e cultural.*

Ressalta-se, no que diz respeito aos direitos culturais dispostos na Declaração de Viena, que, em seu artigo 19 estabelece a proteção às minorias raciais de manifestarem suas formas de culturas em qualquer espaço, público ou privado:

Declaração de Viena, artigo 19. As pessoas pertencentes a minorias têm o direito de usufruírem da sua própria cultura, de professarem a sua religião e de se exprimirem na sua língua, tanto em público como em privado, livremente e sem interferências ou qualquer forma de discriminação.

Piovesan (2003) auxilia no entendimento de que a Declaração de Viena é muito importante para a afirmação dos direitos culturais, devendo assim serem respeitados e implementados pelos Estados:

Os direitos sociais, econômicos e culturais são, assim, autênticos e verdadeiros direitos fundamentais. Integram não apenas a Declaração Universal, como ainda inúmeros outros tratados internacionais. (...)
A obrigação em implementar esses direitos deve ser compreendida à luz do princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, reafirmado veementemente pela ONU na Declaração de Viena de 1993. (PIOVESAN, 2003, p. 96)

Em 2001, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO, em seu artigo 5º, determina que os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e devem ser protegidos, tais como os institutos da DUDH e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais:

Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, artigo 5º. Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como os define o Artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos e os artigos 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Toda pessoa deve, assim, poder expressar-se, criar e difundir suas obras na língua que deseje e, em particular, na sua língua materna; toda pessoa tem direito a uma educação e uma formação de qualidade que respeite plenamente sua identidade cultural; toda pessoa deve poder participar na vida cultural que escolha e exercer suas próprias práticas culturais, dentro dos limites que impõe o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Desta forma, fica evidente que os direitos culturais possuem uma dimensão de direitos humanos, devendo ser preservados e respeitados devido à sua importância e magnitude.

2.2 Cultura como expressão dos Direitos Humanos

2.2.1 Direitos Humanos X Direitos Fundamentais

A cultura é definida como uma dimensão dos direitos humanos. Mas o que são Direitos Humanos? Qual a distinção entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais? Estes questionamentos são importantes para se entenderem com clareza os objetivos deste trabalho, que possuem visões nos âmbitos regional e internacional. Jayme (2005) descreve uma abrangente concepção de direitos humanos:

Os direitos humanos são concebidos na dimensão mais abrangente possível do seu significado: o caminho a seguir na busca da felicidade, direitos de todos os seres humanos. (JAYME, 2005, p. 1)

Os direitos humanos, conforme Jayme (2005), são aqueles direitos que garantem a qualquer pessoa uma vida digna:

Estes direitos são uma via, um método a ser desenvolvido por toda a humanidade em direção à realização da dignidade humana, fim de todos os governos e povos. Assegurado o respeito à pessoa humana, assegura-se, por conseguinte, sua existência digna, capaz de propiciar-lhe o desenvolvimento de sua personalidade e de seus potenciais, para que possa alcançar o sentido da sua própria existência. (JAYME, 2005, p. 1)

Os direitos humanos possuem características fundamentais e demonstram a sua importância, como: a indivisibilidade e a universalidade. Conforme tratado no subcapítulo anterior, ambas as características se consolidaram através de uma concepção inovadora advinda da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Esta idéia da necessária integralidade, interdependência e indivisibilidade quanto ao conceito e à realidade do conteúdo dos direitos humanos, que de certa forma está implícita na Carta das Nações Unidas, se compila, se amplia e se sistematiza em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e se reafirma definitivamente nos Pactos Universais de Direitos Humanos, aprovados pela Assembléia Geral em 1966. (PIOVESAN, 2003, p. 93)

Franco (2007) argumenta que os direitos humanos podem se vincular a uma dimensão internacional – referindo-se aos direitos de toda a humanidade global; ou ao plano filosófico, tratando-se daqueles direitos resguardados em sua concepção maior de “Homem”:

A orientação doutrinária para retratar duas realidades ou vertentes divisadas: ora se vincula à dimensão internacional, ou seja, referindo-se aos direitos válidos e vigentes para todos os povos em sua concepção de Humanidade global, independentemente do contexto político-social em que se ache imerso, transcendendo fronteiras nacionais, conjunturas históricas, contingências jurídicas e culturas étnicas específicas; ora se liga ao plano filosófico, para denotar aqueles direitos resguardados em sua concepção maior de “Homem”. (FRANCO, 2007, p. 7).

Pode-se perceber que os direitos humanos possuem um vasto campo de aplicabilidade e validade, o que o traz uma característica de universalidade. Desta forma, Franco (2007) demonstra que os direitos humanos funcionam como paradigma moral de respeito aos direitos mais elementares do ser humano:

Dessa forma, os direitos humanos, pela própria concepção universal de “Homem” que finalizam resguardar, adquirem uma intensa carga axiológica, impondo a toda e qualquer ordem jurídica, bem como a seus próprios destinatários, o dever de respeitarem o *valor humano*. (FRANCO, 2007, p. 9).

Já os direitos fundamentais são direitos estabelecidos juridicamente a uma determinada nação através de sua Constituição:

Consoante se depreende, o termo “direitos fundamentais” exige a prévia existência de uma Constituição Estatal, que declare, reconheça, afirme e qualifique tais direitos como direitos fundamentais, restando absolutamente “notório que os direitos fundamentais constituem a base e a essencialidade para qualquer noção de Constituição”. (FRANCO, 2007, p. 10).

No entanto, os direitos humanos e os direitos fundamentais, em alguns momentos, se referem sobre os mesmos direitos, pois estes são oriundos de institutos internacionais, mas consagrados nas constituições dos Estados:

Materialmente, porém, tantos os direitos humanos como os direitos fundamentais, quando consagrados em um Estado que adote o regime democrático, costumam denotar as mesmas espécies de garantias jurídicas. Vale frisar que, sobretudo a partir da promulgação das Constituições pós-Segunda Guerra Mundial, que se inspiraram nas disposições consagradas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, verifica-se, cada vez mais, a intensificação do vínculo entre direitos humanos e direitos fundamentais, o que contribui para o “processo de aproximação e de harmonização entre o conteúdo das declarações internacionais e os textos constitucionais, o que se vem denominando de Direito Constitucional Internacional”. (FRANCO, 2007, p.10).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, trata de forma especial os Direitos Humanos, quando consagra, em seu artigo 4º, inciso II³, o princípio da prevalência destes direitos. Ainda, a partir da Emenda Constitucional n. 45 de 8 de dezembro de 2004, o artigo 5º, § 3º da CRFB/88 concede o caráter hierárquico de Constituição aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, desde que cumpridos os requisitos legais:

Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 5º, § 3º. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada

---

³**Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 4º.** A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não-intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz.

Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Jayme (2005) aprofunda em sua explicação sobre as diferenças entre os direitos humanos e os direitos fundamentais. Ele argumenta que os direitos humanos distinguem dos direitos fundamentais, sendo utilizados no âmbito internacional para a proteção dos seres humanos, quando esta estiver sendo negada ou negligenciada pelo Estado:

Os direitos humanos sobrelevam-se aos direitos fundamentais, uma vez que a aplicação daqueles, apesar de supletiva, é posterior à destes, somente vindo a ocorrer quando as instituições nacionais recusarem-se, por qualquer razão, a garantir os direitos essenciais do ser humano. (JAYME, 2005, p. 3)

A partir da análise dos conceitos de direitos fundamentais e direitos humanos, traça-se a conceituação dos direitos humanos fundamentais, como sendo aqueles que garantem ao ser humano condições mínimas para uma vida digna:

O conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito à sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana, pode ser definido como direitos humanos fundamentais. (MORAES, 2007, p. 28)

Esta é uma definição abstrata de direitos humanos fundamentais, onde Moraes vislumbra, de uma forma generalista, a essência do conceito.

Desta forma, os direitos humanos fundamentais têm como pressuposto a não-interferência estatal na esfera da individualidade, além do estabelecimento das essenciais condições de vida e desenvolvimento da pessoa humana.

2.2.2 As gerações dos Direitos Fundamentais, com enfoque nos direitos culturais

Conforme argumenta Bonavides as revoluções do Século XVIII trouxeram à tona três princípios norteadores dos direitos fundamentais, a liberdade, a Igualdade e a fraternidade:

o lema das revoluções do Século XVIII, esculpido pelo gênio político francês, exprimiu em três princípios cardeais todo o conteúdo possível dos direitos fundamentais, profetizando até mesmo a sequência histórica de sua gradativa institucionalização: Liberdade, Igualdade e Fraternidade. (BONAVIDES, 2006, p. 562)

A partir daí, os direitos e matérias referentes às revoluções foram se inserindo na ordem jurídica dos ordenamentos político-estatais. Desta forma, os direitos fundamentais passaram na ordem institucional a manifestar-se em três gerações sucessivas que traduziam o lema revolucionário anteriormente citado. Mais à frente, Bonavides (2006) argumenta que os direitos fundamentais se manifestam em quatro gerações, sendo a última amparada nos resultados da globalização dos direitos fundamentais.

Assim, os direitos de primeira geração tratam dos direitos civis e políticos, realçando o princípio da liberdade.

Como exemplo de direitos civis pode-se citar o direito à proteção contra a privação arbitrária da liberdade, a inviolabilidade do domicílio, a liberdade e segredo de correspondência.

Já no que diz respeito aos direitos políticos, são os direitos que se referem à participação do indivíduo no processo político, tais como os direitos a liberdades de associação, de reunião, de formação de partidos, de opinar, votar, controlar os atos estatais e acesso aos cargos públicos em igualdade de condições.

Dentre tantos exemplos, podem-se citar alguns direitos de primeira geração que dizem respeito à cultura, tais como a liberdade para a criação e manifestação das produções do intelecto, conforme se vê:

A primeira geração dos direitos fundamentais surgiu como direta conseqüência da ruptura com os costumes e práticas medievais, ruptura esta simbolizada pela Revolução Francesa. Caracterizava o “antigo regime” o exercício do poder absoluto, bem como restrições às liberdades de religião, pensamento, manifestação, comércio, profissão e semelhantes. Corolário, os direitos então buscados eram os que corrigiam as referidas distorções, razão pela qual são chamados “direitos de liberdade”, cuja efetivação é, se não simples, pouco dispendiosa, porque não demanda do Estado uma prestação, uma entrega de bens ou serviços, mas, ao contrário, exige que ele se omita, para que as liberdades sejam desenvolvidas. Nesta geração, há direitos fundamentais no campo da cultura, como a liberdade para a criação e manifestação das produções do intelecto. (CUNHA FILHO, 2007, p. 25)

Importante ressaltar que os direitos de primeira geração são direitos que valorizam o indivíduo:

São por igual direitos que valorizam primeiro o homem-singular, o homem das liberdades abstratas, o homem da sociedade mecanicista que compõe a chamada sociedade civil, da linguagem jurídica mais usual. (BONAVIDES, 2006, p. 564)

Assim, os direitos fundamentais de primeira geração têm a pessoa humana como seu titular, sendo oponíveis ao Estado.

São considerados direitos de segunda geração os direitos sociais, econômicos e culturais, que visam oferecer os meios materiais imprescindíveis à efetivação dos direitos individuais e os direitos econômicos.

Nas palavras de Magalhães, os direitos sociais, estabelecidos a toda a comunidade, se preocupam com o bem-estar social:

Os direitos sociais constituem o segundo grupo de direitos que compõem os Direitos Humanos. São direitos fundamentais que vêm se somar aos direitos individuais, oferecendo meios para que todos possam ser livres, e não apenas alguns. Marcam eles uma mudança de comportamento do Estado, que passa a se preocupar com o bem-estar social. (MAGALHÃES, 2008a, p. 157)

Conforme Jayme expõe, os direitos sociais reconhecidos pela República Federativa do Brasil representam uma conquista em direção à plenitude do ser humano:

os direitos sociais reconhecidos na Constituição da República não são, como desejam setores conservadores da sociedade, uma mera satisfação moral ao povo, de valor meramente teórico, mas representam eles uma conquista em direção à plenitude do ser humano. Não é admissível que ainda se faça uma interpretação que negue efetividade à norma constitucional, principalmente negando às pessoas alijadas arbitrariamente do modelo produtivo, condições mínimas de existência. (JAYME, 2003, p.114)

Como exemplo, pode-se citar o direito ao trabalho, à proteção em caso de desemprego, acesso a todos os níveis de ensino.

Os direitos sociais são essenciais para os direitos políticos, pois será através da educação que se chegará à participação consciente da população, o que implica também o direito individual à livre formação da consciência e à liberdade de expressão e informação:

O entrelaçamento da experiência do que ficou conhecida por “comunismo real” com o ensaio de bancarrota do capitalismo (simbolizado pela bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929) foi o segundo evento determinante para que surgisse mais uma geração de direitos fundamentais, construídos no sentido de que todos os que não pudessem sozinhos obter acesso aos benefícios de uma vida digna, recebessem do Estado instrumentos que construíssem uma paridade aceitável entre as pessoas.

Compunha-se então a tríade dos direitos sociais, econômicos e culturais. (CUNHA FILHO, 2007, p. 25)

A partir da Emenda Constitucional 45/04, é possível a aplicabilidade imediata de direitos fundamentais, desde que preenchidos os requisitos legais. Sendo assim, Bonavides (2006, p. 567) alega que [...] *os direitos de segunda geração tendem a tornar-se tão justificáveis quanto os de primeira; pelo menos esta é a regra que já não poderá ser descumprida ou ter sua eficácia recusada com aquela facilidade de argumentação arrimada no caráter programático da norma.*

No que diz respeito aos direitos de terceira geração, são denominados como direitos de solidariedade ou fraternidade, pois visam à proteção de direitos coletivos. Assim, caracterizam-se pela sua titularidade coletiva ou difusa, tais como o direito do consumidor e o direito ambiental.

Os direitos de terceira geração também englobam garantias e direitos às questões culturais, tais como a tutela ao patrimônio histórico e cultural:

É exemplo muito revelador desta terceira geração de direitos fundamentais o dispositivo do inciso LXXIII do Art. 5 da Constituição Federal do Brasil, no qual é assegurado, a qualquer cidadão, o direito de, por meio de ação popular, propor a anulação de “ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao **patrimônio histórico e cultural**”. (CUNHA FILHO, 2007, p. 25)

Esses direitos de terceira geração, até 1945, se consolidavam internamente, através de constituições copiadas por outros Estados. A partir de 1945, com o sistema ONU, esses direitos transcendem o âmbito constitucional e passam a pertencer ao âmbito internacional, ganhando caráter global. E, por isto, os direitos humanos ganham caráter mundial, pois se desenvolvem no âmbito internacional, principalmente através das declarações. É aqui que surge a constitucionalização do direito internacional, quando os direitos fundamentais transcendem as fronteiras dos Estados, quando se desenvolvem no âmbito internacional e são incorporados pelas Constituições dos Estados.

Por fim, os direitos de quarta geração, que, nas palavras de Bonavides (2006), advêm de uma globalização política na esfera da normatividade jurídica. São os direitos à democracia, pluralismo e à informação, ancorados na idéia de uma globalização política.

Para Bonavides (2006), a concretização da sociedade aberta do futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, depende dos direitos de quarta geração.

Ainda, Bonavides argumenta que não basta exigir, como direito fundamental, a democracia. Necessária se faz a definição de qual democracia como direito fundamental se quer. Ela deve ser regida pelos avanços da comunicação e informação:

A democracia positivada enquanto direito da quarta geração há de ser, de necessidade, uma democracia direta. Materialmente possível graças aos avanços da tecnologia de comunicação, e legitimamente sustentável graças à informação correta às aberturas pluralistas do sistema. Desse modo, há de ser também uma democracia isenta já das contaminações da mídia manipuladora, já do hermetismo de exclusão, de índole autocrática e unitarista, familiar aos monopólios do poder. Tudo isso, obviamente, se a informação e o pluralismo vingarem por igual como direitos paralelos e coadjuvantes da democracia; esta, porém, enquanto direito do gênero humano, projetado e concretizado no último grau de sua evolução conceitual. (BONAVIDES, 2006, p. 571)

Percebe-se que a cultura é consolidada como direitos humanos, devendo ser respeitada como direito fundamental da humanidade.

2.3 O fenômeno chamado globalização e sua influência nos direitos humanos

Os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. (SANTOS, 2003, p. 24)

Donelly (2007a) expõe que é difícil falar de relações internacionais sem mencionar a globalização. Ela é um fenômeno que se encontra involuntariamente na vida de praticamente todos os seres humanos. Mas quais são as implicações da globalização para os direitos humanos? E mais especificamente na cultura e nas normatizações que a tutelam?

A globalização, conforme Donelly (2007a), é geralmente entendida literariamente com significado de criação de estruturas e processos que abrange todo o globo. Pessoas, produtos, e idéias incrivelmente mudam e se interagem com outras fronteiras que não as do território nacional. Política, mercados, e cultura tornam-se transnacionais e mesmo globais em vez de nacionais.⁴

---

⁴*Globalization is generally understood literally to mean the creation of structures and processes that span the entire globe. People, goods, and ideas increasingly move and interact across – even irrespective – national territorial boundaries. Politics, markets, and culture become transnational and even global rather than national.*(DONNELLY, 2007a, p. 88).

Assim sendo, a globalização é um processo no qual o encolhimento do mundo e as difusões culturais se tornam inevitáveis. Isto ocorre principalmente porque as distâncias se encurtam, a tecnologia se apressa e os reflexos das ações se tornam praticamente simultâneos.

Como exemplo, pode-se citar Ribeiro:

Os grandes nós do sistema mundial possuem uma segmentação étnica extremamente complexa. Na cidade de Nova York, onde isso se dá no aspecto mais evidente, fala-se mais de cem línguas. É o exemplo mais vivido do tamanho e da diversidade de fluxos migratórios que o sistema transnacionalizado gera, articulando uma malha de alteridades também nunca antes vivenciada. Cria-se, por outro lado, uma fragmentação da constituição do sujeito e de sua identidade em uma escala sem precedentes. (RIBEIRO, 2000, p. 29)

A globalização inclui várias expressões, dentre elas, a política, a econômica, a cultural e a tecnológica. Estas dimensões possibilitam uma conexão de indivíduos e instituições por todo o mundo. Neste diapasão, a globalização leva produtos, tecnologia, conhecimento e também afirmação de direitos humanos. Ela seria o caminho para a prosperidade em todas as esquinas do globo terrestre, com o espalhar dos mais altos valores de democracia, liberdade e justiça.

Porém, a globalização, invariavelmente, gera mudanças políticas, econômicas e também culturais. As mudanças culturais ocorrem através das várias manifestações, dentre elas, dos acordos internacionais ratificados pelos Estados. Isto explica porque os direitos humanos têm se tornado uma parte integral do processo de globalização de várias maneiras. Na verdade, a globalização é freqüentemente vista como força que instiga – ou tenta instigar – homogeneidade de atitudes, valores e hábitos.

Ao mesmo tempo, a globalização intensifica o aumento da pobreza, a falta de segurança, fragmentação da sociedade e então violação dos direitos humanos e dignidade humana de milhões de povos.

Desta forma, a globalização tem resultado na intensificação dos conflitos e das violências étnicas e religiosas. Sob este aspecto, claramente, a globalização tem tido um efeito deteriorizante em todo o complexo de direitos humanos, resultando na transformação significativa no comportamento de valores de massas da humanidade através do globo.

Para tanto, Magalhães (2008a) argumenta que o Estado possui um papel muito importante no mundo globalizado, no sentido de “reagir” contra os abusos advindos da globalização:

Assim, o Estado tem como finalidade importante a função de reagir e conservar. Conservar o modelo de sociedade e reagir com sua força a qualquer tentativa de mudança fora das permitidas pelo modelo posto. Mesmo com o atual enfraquecimento do Estado Nacional, este ainda é importante no sistema globalizado para reagir a qualquer tentativa de mudança fora dos limites estabelecidos, agora, pelo grande capital globalizado, conservando o modelo existente e seus interesses e sistemas de privilégios. (MAGALHÃES, 2008a, p. 50)

Conforme SANTOS (2003, p.147), [...] *uma outra globalização supõe uma mudança radical das condições atuais, de modo que a centralidade de todas as ações seja localizada no homem.(...)Nas presentes circunstâncias, a centralidade é ocupada pelo dinheiro.*

Donelly (2007b) argumenta que a cultura de direitos humanos do “não-ocidente” ainda é traçada pelas características de unidade, integralidade e homogeneidade. No entanto, e conforme Donelly reverencia Preis, a cultura na atualidade deve ser vista como algo dinâmico, marcada por traços complexos de variações intersubjetivas de identidades e práticas culturais:

Ann-Belinda Preis, no qual é considerado como o mais importante artigo sobre cultura e direitos humanos publicado na década de 90, demonstra que a antropologia tem largamente abandonado o entendimento de cultura como “homogêneo, integral, e coerente unidade que sublinha a maioria das literaturas da concepção de direitos humanos do não-ocidente (1996:288-289) – minha própria contribuição incluída. Nesta literatura, Preis continua, “cultura é implícita ou explicitamente conceitualizado como uma estática, homogênea, e certamente entidade definida pelos traços específicos.” Em fato, entretanto, cultura é complexo, variável, multivozes, e acima de tudo contestada. Apesar das coisas estáticas, “culturas” são fluidos complexos de significados intersubjetivos significando práticas. (DONELLY, 2007b, p. 87, tradução nossa)⁵

Atualmente vive-se num mundo cosmopolita multidentitário, onde a pessoa humana possui várias identificações ao mesmo tempo, o que torna a identidade cultural algo cada vez mais complexa.

A cultura, vista de uma perspectiva contemporânea, não é algo estático. No mundo atual, extremamente globalizado, pode-se perceber mais facilmente, que a cultura são manifestações em constante mudança. Algumas mudanças de cunho positivo, como as trocas e relações com povos diferentes, das novas oportunidades advindas de um “mundo aberto”, e

---

⁵*Ann-Belinda Preis, in what I consider the most important article on culture and human rights published in the 1990s, shows that anthropology has largely abandoned the understanding of culture as “a homogenous, integral, and coherent unity” that underlies most of literature on non-Western conceptions of human rights (1996:288-289)- my own contributions included. In this literature, Preis continues, “ ‘culture’ is implicitly or explicitly conceptions as a static, homogenous, and bounded entity, defined by its specific ‘traits’”(1996: 289) In fact, however, cultures are complex, variable, multivocal, and above all contested. Rather than static things, “cultures” are fluid complexes of intersubjective meanings and practices.*

outras de cunho negativo, tais como as ameaças de homogeneização de culturas, através da imposição de culturas hegemônicas.

3 CULTURA

3.1 Evolução antropológica da definição de cultura

Laraia (2003) expõe que a visão de cultura e a percepção da diversidade cultural vêm de longa data. Assim, demonstra-se que Confúcio, quatro séculos antes de Cristo, enunciou que [...] *a natureza dos homens é a mesma, são os seus hábitos que os mantêm separados.* (LARAIA, 2003, P.25)

Porém, o conceito antropológico de cultura, de acordo com Laraia (2003), só foi definido pela primeira vez pelo antropólogo Edward Burnett Tylor (1832-1917), apesar de explicitar, sem conceituar, que John Locke havia tentado demonstrar a possibilidade de o ser humano poder se adaptar ao meio, através da endoculturação. De acordo com Laraia, inspirado na conceituação de Tylor, define cultura como sendo:

Tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. (LARAIA, 2003. p. 25)

Laraia fornece uma definição enumerativa e aberta, de tal forma que todo o ser humano, independente do momento histórico em que vive, poderá se encaixar nesta conceituação. Desta forma, e conforme a definição de Tylor, tudo aquilo que pode ser entendido como uma organização da vida em sociedade pertence à cultura.

Já no século XVII, de acordo com Chauí, o sentido de cultura se desdobra em duas significações: uma restritiva aos educados intelectual e artístico; e a outra que dispõe dos modos de vida de uma sociedade:

Em decorrência de seu sentido latino e do novo sentido que recebe no final do século XVII, cultura passa a ter duas significações. Numa delas, refere-se ao processo interior dos indivíduos educados intelectual e artisticamente; é o campo das “humanidades”, apanágio do “homem culto” em contraposição ao “inculto” – esse contraponto, diz Hanna Arendt, exprime e alimenta o filistinismo burguês. Na outra, marcada pela relação com a história, torna-se o conjunto internamente articulado dos modos de vida de uma sociedade determinada e é concebida como o campo das formas simbólicas (trabalho, linguagem, religião, ciências e artes), produzidas pelo trabalho do Espírito (em Hegel) ou como resultado das determinações materiais econômicas sobre as relações sociais (em Marx). (CHAUÍ, 2006, p. 12-13)

No entanto, na França, entre o século XIX e o início do século XX, houve a ausência de conceito de cultura, quando se utilizavam do termo *civilização* em detrimento do termo cultura:

Na França, no século XIX e no começo do século XX, nas ciências sociais, os pesquisadores se conformavam com o uso lingüístico então dominante e usavam correntemente o termo “civilização”, já consagrado pelos historiadores e praticamente nunca o termo “cultura” num sentido coletivo e descritivo. (CUCHE, 2002, p. 51)

Isto justifica a ausência da terminologia Cultura, quando Cucho (2002) argumenta que o momento do Iluminismo – impregnado do universalismo abstrato, não permitia o pensar a pluralidade cultural nas sociedades humanas sem a associação da referência à civilização.

De acordo com Burke (2005, p. 42), o termo cultura normalmente se relacionava à literatura (acadêmica), música e ciência. Depois, ele passou a ser empregado para caracterizar os seus correspondentes populares, tais como as canções folclóricas ou a medicina popular.

Apesar de o conceito de cultura não ser algo pacífico e estanque, atualmente, percebe-se seu sentido bastante alargado, abrangendo praticamente tudo que pode ser apreendido em uma sociedade. Assim, entende-se como cultura desde uma variedade de artefatos – imagens, ferramentas, casas, etc. – até práticas cotidianas, tais como comer, beber, falar. O que se costumava considerar como óbvio, normal ou *sensu comum* agora é tido como algo construído socialmente, que sofre variações de sociedade para sociedade e muda de uma época para outra.

Não obstante todas as definições de cultura existentes, importante se faz ressaltar a referência internacional de definição de cultura, advinda da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – Mondiacult, de 1982. Esta definição é importante, uma vez que, pela primeira vez, os Estados, através de uma Declaração sobre Políticas Públicas, resolveram definir uma conceituação comum de cultura.

Assim, a Mondiacult define cultura como sendo [...] *conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de se viver junto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.*

Esta breve evolução histórica do termo cultura vem se configurando como todos os hábitos e crenças de um povo, que faz parte de seu cotidiano e de sua maneira de viver.

Neste particular, a Mondiacult tem um papel importante no sentido de harmonizar, entre os tantos Estados que ratificaram a Declaração, o conceito de cultura entre os povos, facilitando os entendimentos, e até mesmo o respeito aos tratados internacionais oriundos após a Mondiacult e que tratam da cultura e dos direitos culturais.

3.2 Cultura como objeto do direito internacional

3.2.1 A Mondiacult e a definição de cultura

Várias são as convenções que têm favorecido a proteção e a promoção da cultura e dos direitos culturais.⁶ Necessário se faz a análise das mais expressivas para a matéria, a começar pela Declaração do México sobre as políticas culturais, denominada de Mondiacult.

Em 13 de junho de 1980, através do Comitê de especialistas sobre o lugar e o papel das indústrias culturais no desenvolvimento cultural das sociedades, em Montreal, a UNESCO reconhece que [...] *é importante refletir em termos de políticas culturais sobre as relações entre as indústrias culturais propriamente ditas e as outras formas de criação e de animação culturais de origem pública e privada.* (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2005b, p. 14)

Em 1982, na Cidade do México, acontece a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais. Esta conferência foi uma importante reunião mundial, na qual se discutiam políticas públicas na área da cultura. Conforme Mattelart (2006), a Mondiacult discute a ligação entre economia e cultura, entre desenvolvimento econômico e cultural e esboça o princípio de uma política cultural baseada no respeito à diversidade.

Um marco para o direito à liberdade dos povos surge a partir da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais de 1982, que originou a Declaração denominada de Mondiacult. Esta Declaração surge como um coroamento de vários acordos internacionais regionais que

---

⁶Ressalta-se que antes da Mondiacult ocorreram a Declaração dos Princípios de Cooperação Cultural Internacional, de 1966 – primeiro texto oficial da UNESCO que trata sobre Cultura; a I Conferência Internacional sobre Direitos Culturais, de 1966; a Recomendação sobre a Participação e Contribuição popular para a vida cultural, de 1976; a Declaração sobre a Raça e os preconceitos raciais, de 1978; e Conferências regionais sobre políticas públicas, que antecederam a Mondiacult.

tratavam de políticas culturais.⁷ Assim, anteriormente à Mondiacult, houve uma série de conferências regionais, nas quais seus relatórios foram objeto de discussão na Mondiacult:

A Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (Mondiacult), que ocorreu em 1982 na Cidade do México, coroa um processo iniciado 12 anos antes na Conferência de Veneza sobre o mesmo tema e espalhado por conferências regionais tanto sobre as políticas culturais quanto as políticas de comunicação. (MATTERLART, 2006, p. 14)

A Mondiacult sintetiza as reflexões coordenadas pela UNESCO no conjunto das conferências regionais antecedentes a ela. Assim, a Mondiacult trata de um marco internacional, pois ela estendeu a conceituação de cultura para incluir todas as características peculiares de uma sociedade ou grupo. O conceito transcendia a noção de arte e letra para acrescentar valores simbólicos e econômicos, estilo de vida, tradições e crenças e, principalmente, direitos humanos e individuais.

Além de tratar de políticas culturais e políticas de comunicação, definiu-se, pela primeira vez, cultura como objeto do direito, respeitando as diferenças, sendo igual como ser humano. Seu propósito primordial foi o de estabelecer uma conceituação antropológica de cultura, mas também o de conceituar política cultural e política de comunicação.

A partir da Mondiacult tem-se a seguinte definição de cultura: [...] *conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de se viver junto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.*

Este conceito define a cultura de forma ampla e global, tratando-a dentro dos parâmetros dos direitos fundamentais. Neste momento, o pensamento local toma proporções de ação global, favorecendo os sentidos de diversidade e identidade cultural, e de assuntos interculturais. Por isto, pode-se dizer que a Mondiacult foi um grito anticolonizador.

3.2.1.1 A Identidade Cultural

Na Mondiacult, tem-se o primeiro capítulo tratando da identidade cultural. Neste, determina-se a importância da cultura e da identidade cultural, além da necessidade de sua preservação.

---

⁷Dentre estas Conferências intergovernamentais regionais, podem-se citar o Eurocult, de 1972 em Helsinque; o Asiacult, de 1973, em Jacarta; o Africacult, de 1975, em Accra; o Américacult, de 1978, em Bogotá; e Árabcult, de 1981.

A Declaração, em seu artigo 1º, determina os valores de unicidade e de insubstituição à cultura, como sendo essenciais para a sua preservação.

Nos artigos 2º e 3º, indica a necessidade de preservação da identidade cultural, determinando que a dominação nega ou deteriora esta identidade. Explicita, também, que esta preservação é uma forma de manifestação de liberdade. Assim, a Declaração demonstra o sentido da identidade cultural para cada ser humano e para cada povo:

Mondiacult.

Artigo 2º. A afirmação da identidade cultural contribui, entretanto, para a liberdade dos povos. Pelo contrário, qualquer forma de dominação nega ou deteriora dita identidade. (tradução nossa)

Artigo 3º. A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana, ao mobilizar a cada pessoa e a cada grupo para nutrir-se de seu passado e acolher os aportes externos compatíveis com sua característica e continuar assim o processo de sua própria criação. (tradução nossa)
8

A partir dos artigos seguintes (4º ao 9º), nota-se que a Declaração confere uma grande importância ao intercâmbio, à troca de experiências, à percepção dos valores e às tradições das demais culturas. Isto, que é facilmente percebido no mundo globalizado, através da Mondiacult, é determinado como elementos essenciais para que a cultura esteja sempre viva.

A Mondiacult dispõe sobre a necessidade de se viver em comunidade, pois é através da convivência que se renovam e reafirmam as culturas de todos os povos.

O artigo 6º da Mondiacult dispõe que as particularidades culturais existem lado a lado, como um elemento essencial do pluralismo cultural:

Mondiacult, artigo 6º. As peculiaridades culturais não são obstáculos, mas favorecem a comunhão de valores universais que unem os povos. Daí que constitui a essência do pluralismo cultural, os reconhecimentos de múltiplas identidades culturais aonde coexistem diversas tradições. (tradução nossa) ⁹

Em sequência, o artigo 7º da Declaração expressa o respeito à identidade cultural dos povos, como um dever da Comunidade Internacional. A Comunidade internacional deve zelar

---

⁸*Mondiacult, artigo 2º.* A afirmación de la identidad cultural contribuye, por ello, a la liberación de los pueblos. Por el contrario, cualquier forma de dominación niega o deteriora dicha identidad.

⁸*Mondiacult, artigo 3º.* La identidad cultural es una riqueza que dinamiza las posibilidades de realización de la especie humana, al movilizar a cada pueblo y a cada grupo para nutrirse de su pasado y acoger los aportes externos compatibles con su idiosincrasia y continuar así el proceso de su propia creación.

⁹*Mondiacult, artigo 6º.* Las peculiaridades culturales no obstaculizan, sino que favorecen, la comunión en los valores universales que unen a los pueblos. De allí que constituya la esencia misma del pluralismo cultural el reconocimiento de múltiples identidades culturales allí donde coexisten diversas tradiciones.

pela preservação e defesa da identidade cultural de cada povo. O artigo 8º corrobora com esta idéia quando dispõe que [...] *a humanidade se empobrece quando se ignora ou destrói a cultura de um grupo determinado.*

Para tanto, os artigos 8º e 9º da Declaração determinam que sejam feitas políticas culturais para a proteção, estimulação e enriquecimento da identidade cultural. Dispõe, também, sobre o reconhecimento da igualdade e dignidade de toda e qualquer cultura, bem como o direito de cada povo em afirmar sua cultura e exigir das demais o seu respeito.

O primeiro capítulo da Mondiacult, que se refere à identidade cultural, expõe sobre a necessidade do relacionamento entre as diversas culturas para que elas possam se reafirmar, sempre se baseando no respeito e na proteção das identidades culturais.

3.2.1.2 O desenvolvimento da dimensão cultural

A Mondiacult, dos artigos 10º ao 16, trata da dimensão e do desenvolvimento culturais. Aqui, a Declaração traduz a cultura como dimensão fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento da soberania e identidade nacionais:

Mondiacult, artigo 10º. A cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento e contribui para fortalecer a independência, a soberania e a identidade das nações. O crescimento se há concebido freqüentemente em termos quantitativos, mas tomar em conta sua necessária dimensão qualitativa é dizer a satisfação das aspirações espirituais e culturais do homem. O desenvolvimento autêntico persegue o bem-estar e a satisfação constante de cada um de todos. (tradução nossa)¹⁰

A Declaração demonstra que o desenvolvimento é essencial para que se possa falar em dignidade da pessoa humana. Importante ressaltar que a pessoa humana encontra-se sempre como objetivo do desenvolvimento, preservando seus direitos fundamentais e, principalmente, sua identidade cultural.

---

¹⁰**Mondiacult, artigo 10.** *La cultura constituye una dimensión fundamental del proceso de desarrollo y contribuye a fortalecer la independencia, la soberanía y la identidad de las naciones. El crecimiento se ha concebido frecuentemente en términos cuantitativos, sin tomar en cuenta su necesaria dimensión cualitativa, es decir, la satisfacción de las aspiraciones espirituales y culturales del hombre. El desarrollo auténtico persigue el bienestar y la satisfacción constante de cada uno y de todos.*

A Mondiacult traz a questão da cultura e de seu desenvolvimento como dimensão de direitos fundamentais, e, mais à frente, afirma, expressamente, que o homem é sujeito de direitos, e, mais especificamente, sujeito de direitos humanos.

Estabelece, também, a necessidade de uma política cultural que tenha como fundamento o ser humano, não se esquecendo da preservação da cultura e promoção da educação para que esta política cultural tenha efetividade.

3.2.1.3 Cultura e Democracia

A Mondiacult, em seu capítulo sobre Cultura e Democracia, faz referência ao artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos – que estabelece a todo cidadão o direito de participar livremente de sua comunidade – para exigir dos Estados a tomada de medidas necessárias para estes fins.

Como não poderia deixar de se dizer, já que o capítulo descreve sobre a democracia, o artigo 18 da Mondiacult expressa a necessidade de participação de todos os indivíduos que compõem uma sociedade no processo de criação e tomada de decisões sobre bens culturais para que haja uma democracia cultural. Assim, o artigo 18 determina que a cultura não é feita de elites, mas por todos os indivíduos que a compõem:

Mondiacult, artigo 18. A cultura procede da comunidade inteira e a ela deve regressar. Não pode ser privilégio de elites nem quanto a sua produção nem quanto a seus benefícios. A democracia cultural supõe a mais ampla participação do indivíduo e da sociedade no processo de criação de bens culturais, na tomada de decisões que concernem a vida cultural e a difusão e desfrute da mesma. (tradução nossa)¹¹

Ainda, a Mondiacult expressa a possibilidade de se viabilizar o exercício da democracia também através da igualdade de oportunidades nos campos da educação e da cultura.

A Mondiacult trata, também, da necessidade de propor ao indivíduo e à sociedade uma maior possibilidade de participação no processo de criação de bens culturais. Além,

---

¹¹*Mondiacult, artigo 18. La cultura procede de la comunidad entera y a ella debe regresar. No puede ser privilegio de elites ni en cuanto a su producción ni en cuanto a sus beneficios. La democracia cultural supone la más amplia participación del individuo y la sociedad en el proceso de creación de bienes culturales, en la toma de decisiones que conciernen a la vida cultural y en la difusión y disfrute de la misma.*

importante se faz multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais, favorecendo a participação e interlocução democrática entre culturas. Para que estes objetivos se concretizem a Mondiacult propõe um programa de democratização da cultura através do diálogo entre os organismos culturais e a população, conforme dispõe seu artigo 20:

Mondiacult, artigo 20. É preciso descentralizar a vida cultural, no geográfico e no administrativo, assegurando que as instituições responsáveis conheçam melhor as preferências, opções e necessidades da sociedade em matéria de cultura. É essencial, em consequência, multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais. (tradução nossa) ¹²

Para a Mondiacult, a democratização da cultura pressupõe política cultural ao alcance de todos os cidadãos. Para tanto, necessário se faz a descentralização dos locais para recreação e para desfrutar das belas artes. O artigo 21 da Mondiacult estabelece que uma política cultural democrática será possível no desfrute da excelência artística em todas as comunidades e entre toda a população.

No entanto, para que haja a democratização da cultura, através da participação de todos, é imprescindível uma política estatal que extermine com a desigualdade social, levando a todos os cidadãos informação, conhecimento, e condições mínimas para uma vida digna. É por isto que o artigo 22 da Mondiacult determina a observância destes ditames para que possa ser concretizada de forma harmônica e igualitária a democracia cultural:

Mondiacult, artigo 22. A fim de garantir a participação de todos os indivíduos na vida cultural, é preciso eliminar as desigualdades provenientes, entre outros, da origem e posição social, da educação, da nacionalidade, da idade, da língua, do sexo, das convicções religiosas, da saúde ou do pertencimento a grupos étnicos, minoritários ou marginais. (tradução nossa) ¹³

O artigo 22 determina, indiretamente, a necessidade de cada Estado estabelecer políticas públicas a fim de se extinguirem as desigualdades sociais, pois estas são prejudiciais para se ter a participação igualitária e democrática de todos os indivíduos na vida cultural.

---

¹²**Mondiacult, artigo 20.** *Es preciso descentralizar la vida cultural, en lo geográfico y en lo administrativo, asegurando que las instituciones responsables conozcan mejor las preferencias, opciones e necesidades de la sociedad en materia de cultura. Es esencial, en consecuencia, multiplicar las ocasiones de diálogo entre la población y los organismos culturales.*

¹³**Mondiacult, artigo 22.** *A fin de garantizar a participación de todos los individuos en la vida cultural, es preciso eliminar las desigualdades provenientes, entre otros, del origen y la posición social, de la educación, la nacionalidad, la edad, la lengua, el sexo, las convicciones religiosas, la salud o la pertenencia a grupos étnicos, minoritarios o marginales.*

3.2.1.4 Patrimônio cultural

Mondiacult, artigo 23. O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão um sentido à vida. É dizer, as obras materiais e imateriais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a literatura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (tradução nossa)¹⁴

Observa-se que o patrimônio cultural de um povo está definido pela Mondiacult como bens corpóreos e incorpóreos que caracterizam este povo. É a expressão máxima de como este povo vive e se manifesta.

Percebe-se que o patrimônio cultural demonstra a história de um povo, além de manifestar suas características e individualidade.

É por isto que neste capítulo exige-se dos países a restituição de obras extraídas ilicitamente de seu local de origem. Por isto, o artigo 26 da Mondiacult propõe que os tratados internacionais existentes possam reforçar a importância da preservação do patrimônio cultural e propor medidas eficazes para a preservação e restituição dos patrimônios culturais.

Desta forma nota-se que os Estados se obrigam à restituição de obras extraídas ilicitamente de seu local de origem, preservando assim um patrimônio cultural, pois se intitula o patrimônio cultural com um Princípio fundamental das relações culturais.

3.2.1.5 Criação artística e intelectual e educação artística

Neste capítulo, a Mondiacult estabelece, inicialmente, em seu artigo 27,¹⁵ a importância da liberdade de pensamento e de expressão, dos povos e dos indivíduos, para a atividade criadora do artista e do intelectual.

---

¹⁴**Mondiacult, artigo 23.** *El patrimonio cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores e sabios, así como las creaciones anónimas, surgidas del alma popular, y el conjunto de valores que dan un sentido a la vida. Es decir, las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo: la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas.*

¹⁵**Mondiacult, artigo 27.** *El desarrollo de la cultura es inseparable tanto de la independencia de los pueblos como de la libertad de la persona. La libertad de pensamiento y de expresión es indispensable para la actividad creadora del artista y del intelectual.*

Ainda, o artigo 28 da Mondiacult¹⁶, determina que se devam estabelecer condições sociais e culturais que facilitem e garantam a criação artística e intelectual, abominando qualquer forma de discriminação, seja ela de caráter político, ideológico, econômico e/ou social.

Por último, este capítulo dispõe sobre o desenvolvimento da promoção e da educação artística, por meio de programas específicos a serem elaborados, para aguçar a sensibilidade artística, apoio a grupos e instituições de criação e difusão, além do fomento de atividades que estimulem a consciência pública sobre a importância social da arte e da criação intelectual:

Mondiacult, artigo 29. O desenvolvimento e promoção da educação artística compreendem não apenas a elaboração de programas específicos que despertem a sensibilidade artística e apóiam a grupos e instituições de criação e difusão, sendo também o fomento de atividades que estimulem a consciência pública sobre a importância social da arte e da criação intelectual. (tradução nossa)¹⁷

Assim vê-se que os Estados-membros da Mondiacult, através desta declaração, se comprometem a promover ações no intuito de respeitar e desenvolver a criação artística e intelectual. Para tanto, dentre tantas outras ações possíveis, estes Estados deverão apoiar grupos e entidades que fomentam atividades para estes fins.

3.2.1.6 Relações entre cultura, educação, ciência e comunicação.

Este capítulo descreve sobre a necessidade de políticas complementares nos campos da cultura, educação, ciência e da comunicação para o desenvolvimento global e crescimento harmonioso da humanidade.

Para a Mondiacult, a educação constitui o instrumento mais importante para se transmitirem os valores culturais nacionais e universais. Por meio da educação, o indivíduo

---

¹⁶**Mondiacult, artigo 28.** *Es imprescindible establecer las condiciones sociales y culturales que faciliten, estimulen y garanticen la creación artística e intelectual, sin discriminaciones de carácter político, ideológico, económico e social.*

¹⁷**Mondiacult, artigo 29.** *El desarrollo y promoción de la educación artística comprende no sólo la elaboración de programas específicos que despierten la sensibilidad artística y apoyen a grupos e instituciones de creación y difusión, sino también el fomento de actividades que estimulen la conciencia pública sobre la importancia social del arte y de la creación intelectual.*

deve assimilar os conhecimentos técnico-científicos, sem prejuízo das capacidades e valores dos povos.¹⁸

A Mondiacult alerta, em seu artigo 32, para a necessidade de uma educação que informe os cidadãos sobre os acontecimentos e a realidade atual de suas nações e do mundo e, também, favoreça a formação de indivíduos respeitosos quanto à solidariedade social e internacional, além de capazes para a produção e renovação da criatividade:

Mondiacult, artigo 32. Se requer hoje uma educação integral e inovadora que não apenas informe e transmita, sendo que forme e renove, que permita aos educandos tomar consciência da realidade de seu tempo e de seu meio, que favoreça o florescimento da personalidade, que forme na autodisciplina, no respeito aos demais e na solidariedade social e internacional; uma educação que capacite para a organização e para a produtividade, para a produção de bens e serviços realmente necessários, que inspire a renovação e estimule a criatividade. (tradução nossa)¹⁹

Ainda com a preocupação de que através da educação se protege, constrói e renova a cultura, a Mondiacult dispõe sobre a língua e a alfabetização como instrumentos importantes do conhecimento e, por isto, indispensáveis para o desenvolvimento cultural dos povos. Por isto, a Mondiacult determina a necessidade de se valorizarem as línguas nacionais como meios do saber e afirma que a alfabetização é requisito indispensável para o desenvolvimento cultural dos povos.

Evidente está a preocupação da Mondiacult com a educação, na certeza de que por meio dela é que se pode transformar a sociedade internacional num mundo mais respeitoso e igualitário.

Por fim, determina a importância do aprendizado da ciência e da tecnologia como meios necessários para o desenvolvimento dos povos, de forma igualitária:

Mondiacult, artigo 35. O ensino da ciência e da tecnologia deve ser concebida sobre todo, como um processo cultural de desenvolvimento do espírito crítico, e

---

¹⁸**Mondiacult, artigo 31.** *La educación es un medio por excelencia para transmitir los valores culturales nacionales y universales, y debe procurar la simulación de los conocimientos científicos y técnicos sin detrimento de las capacidades y valores de los pueblos.*

¹⁹**Mondiacult, artigo 32.** *Se requiere hoy una educación integral e innovadora que no sólo informe y transmita, sino que forme y renueve, que permita a los educandos tomar conciencia de la realidad de su tiempo y de su medio, que favorezca el florecimiento de la personalidad, que forme en la autodisciplina, en el respecto a los demás y en la solidaridad social e internacional; una educación que capacite para la organización y para la productividad, para la producción de los bienes y servicios realmente necesarios, que inspire la renovación y estimule la creatividad.*

integrada aos sistemas educativos em função das necessidades do desenvolvimento dos povos. (tradução nossa)²⁰

O artigo 35 da Mondiacult faz remissão ao cenário mundial atual, extremamente informatizado e tecnológico, onde os elementos da ciência e da tecnologia se fazem obrigatórios para que os povos possam conviver de forma equiparada.

No entanto, o ensino da ciência e da tecnologia, apesar de serem essenciais, não bastam para a convivência na nova ordem mundial. Necessário se faz também a livre circulação e difusão das informações, idéias e conhecimentos, que transmitirão conteúdos culturais, educativos, científicos e tecnológicos. É o que dispõem os artigos 36 a 40:

Mondiacult.

artigo 36. Uma circulação livre e uma difusão mais ampla e melhor equilibrada da informação, das idéias e dos conhecimentos, que constituem alguns dos princípios de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação, supõem o direito de todas as nações não apenas receber mas transmitir conteúdos culturais, educativos, científicos e tecnológicos. (tradução nossa)

Artigo 37. Os meios modernos de comunicação devem facilitar informação objetiva sobre as tendências culturais nos diversos países, sem lesionar a liberdade criadora e a identidade cultural das nações. (tradução nossa)

Artigo 40. Os meios modernos de comunicação têm uma importância fundamental na educação e na difusão da cultura. Por conseguinte, a sociedade tem de se esforçar em utilizar as novas técnicas de produção e de comunicação para colocá-las a serviço de um autêntico desenvolvimento individual e coletivo, e favorecer a independência das nações, preservando sua soberania e fortalecendo a paz no mundo. (tradução nossa)²¹

Esta difusão poderá fazer com que as diferentes culturas possam se intercomunicar, na tentativa de facilitar o entendimento entre os diversos povos e culturas. Para tanto, é necessária a participação de toda a sociedade mundial, com vistas a utilizar os meios modernos de comunicação a serviço do desenvolvimento individual e coletivo. Estas ações,

---

²⁰*Mondiacult, artigo 35. La enseñanza de la ciencia y de la tecnología debe ser concebida sobre todo, como un proceso cultural de desarrollo del espíritu crítico, e integrada a los sistemas educativos en función de las necesidades del desarrollo de los pueblos.*

²¹*Mondiacult, artigo 36. Una circulación libre y una difusión más amplia y mejor equilibrada de la información, de las ideas y de los conocimientos, que constituyen algunos de los principios de un nuevo orden mundial de la información y de la comunicación, suponen el derecho de todas las naciones no sólo a recibir sino a transmitir contenidos culturales, educativos, científicos y tecnológicos.*

Mondiacult, artigo 37. Los medios modernos de comunicación deben facilitar información objetiva sobre las tendencias culturales en los diversos países, sin lesionar la libertad creadora y la identidad cultural de las naciones.

Mondiacult, artigo 40. Los medios modernos de comunicación tienen una importancia fundamental en la educación y en la difusión de la cultura. Por consiguiente, la sociedad ha de esforzarse en utilizar las nuevas técnicas de la producción y de la comunicación para ponerlas al servicio de un auténtico desarrollo individual y colectivo, y favorecer la independencia de las naciones, preservando su soberanía y fortaleciendo la paz en el mundo.

de acordo com o artigo 40 da Mondiacult, estarão fortalecendo os Princípios de Independência das nações, Soberania e Manutenção da paz, dispostos na Carta das Nações Unidas.

Mondiacult, artigo 38. Os avanços tecnológicos dos últimos anos têm dado lugar a uma expansão das indústrias culturais. Tais indústrias, qualquer que seja sua organização, exercem um papel importante na difusão de bens culturais. Em suas atividades internacionais, sem embargo, ignoram muitas vezes os valores tradicionais da sociedade e suscitam expectativas e aspirações que não respondem às necessidades efetivas de seu desenvolvimento. Por outra parte, a ausência de indústrias culturais nacionais, sobretudo em países em vias de desenvolvimento, pode ser fonte de dependência cultural e origem de alienação. (tradução nossa)²²

O artigo 38 da Mondiacult dispõe sobre os avanços tecnológicos e a sua utilização pelas indústrias culturais e determina que a ausência de indústrias culturais de um determinado Estado prejudica o povo deste, na medida em que este perde a oportunidade de manifestar a sua cultura. Mais do que isto, demonstra a possibilidade latente de uma dependência cultural no sentido de tudo o que esta indústria cultural estrangeira produz diz respeito a uma cultura diferente. Esta dependência cultural é muito prejudicial para um Estado e seu povo, pois há a possibilidade de perda de identidade cultural, que é determinada como objeto de preservação pela Mondiacult.

Demonstrada está a necessidade de se ter uma política de incentivo das indústrias nacionais, que deve acontecer através de instituições e dos governos, mas também através de ajuda bilateral ou multilateral, conforme dispõe o artigo 39 da Mondiacult:

Mondiacult, artigo 39. É indispensável, em consequência, apoiar o estabelecimento de indústrias culturais, mediante programas de ajuda bilateral ou multilateral, em países que carecem delas, cuidando sempre para que a produção e difusão de bens culturais respondam às necessidades do desenvolvimento integral de cada sociedade. (tradução nossa)²³

Pode-se observar a preocupação da Mondiacult com a produção e promoção da cultura, quando determina o apoio às indústrias culturais, sem deixar de se preocupar com a

---

²²**Mondiacult, artigo 38.** *Los avances tecnológicos de los últimos años han dado lugar a la expansión de las industrias culturales. Tales industrias, cualquiera que sea su organización, juegan un papel importante en la difusión de bienes culturales. En sus actividades internacionales, sin embargo, ignoran muchas veces los valores tradicionales de la sociedad y suscitan expectativas y aspiraciones que no responden a las necesidades efectivas de su desarrollo. Por otra parte, la ausencia de industrias culturales nacionales, sobre todo en los países en vías de desarrollo, puede ser fuente de dependencia cultural y origine de alienación.*

²³**Mondiacult, artigo 39.** *Es indispensable, en consecuencia, apoyar el establecimiento de industrias culturales, mediante programas de ayuda bilateral o multilateral, en los países que carecen de ellas, cuidando siempre que la producción y difusión de bienes culturales responda a las necesidades del desarrollo integral de cada sociedad.*

produção e difusão de bens culturais correspondente às necessidades do desenvolvimento integral de uma sociedade.

3.2.1.7 Planejamento, administração e financiamento das atividades culturais

A Mondiacult, de acordo com o seu artigo 41, expressa a cultura como fundamento para um desenvolvimento real. Para tanto, é indispensável incentivar as atividades culturais e isto acontece na medida em que a sociedade, e principalmente os Estados se preocupam em planejar, administrar e financiar estas atividades. Através da Mondiacult, seus Estados-membros se obrigam a planejar e financiar atividades culturais, para se ter cada vez mais a promoção e proteção dos direitos culturais:

Mondiacult, artigo 41. A cultura é o fundamento necessário para um desenvolvimento genuíno. A sociedade deve realizar um esforço importante dirigido a planejar, administrar e financiar as atividades culturais. A tal efeito, se tem de levar em consideração as necessidades e problemas de cada sociedade, sem se esquecer de assegurar a liberdade necessária para a criação cultural, tanto em seu conteúdo como em sua orientação. (tradução nossa)²⁴

Por isto, com o artigo 42 da Mondiacult os Estados se comprometem em intensificar a formação de profissionais que possam atuar para a incrementação das atividades culturais:

Mondiacult, artigo 42. Para haver efetivo o desenvolvimento cultural nos Estados-membros, tem de incrementar os pressupostos correspondentes e injetar recursos de diversas fontes na medida do possível. Assim mesmo, deve-se intensificar a formação de profissionais nas áreas de planejamento e administração culturais. (tradução nossa)²⁵

O planejamento e desenvolvimento das indústrias culturais são preocupações da Mondiacult, que determina a indispensabilidade de se buscarem políticas públicas que

---

²⁴**Mondiacult, artigo 41.** *La cultura es el fundamento necesario para un desarrollo auténtico. La sociedad debe realizar un esfuerzo importante dirigido a planificar, administrar y financiar las actividades culturales. A tal efecto, se han de tomar en consideración las necesidades y problemas de cada sociedad, sin menoscabo de asegurar la libertad necesaria para la creación cultural, tanto en su contenido como en su orientación.*

²⁵**Mondiacult, artigo 42.** *Para hacer efectivo el desarrollo cultural en los Estados Miembros, han de incrementarse los presupuestos correspondientes y emplearse recursos de diversas fuentes en la medida de lo posible. Asimismo, debe intensificarse la formación de personal en las áreas de planificación y administración culturales.*

incrementem o desenvolvimento cultural. É uma necessária iniciativa para ampliar os negócios na área cultural, na intenção de levar cultura a todos os povos.

3.2.1.8 Cooperação cultural internacional

O desenvolvimento da mútua tolerância e compreensão internacional facilita a aceitação de especificidades culturais e estes valores representam e asseguram o avanço do conhecimento da criatividade entre os indivíduos e os povos. Neste sentido, o artigo 33 da Mondiacult estabelece que a difusão das idéias e dos conhecimentos é essencial para a atividade criadora do homem como uma atividade necessária para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade. No entanto, esta difusão deve se dar sobre a base do intercâmbio e do encontro cultural.

Neste sentido, o intercâmbio cultural é a resposta para a difusão de idéias e, em última instância, para o exercício da atividade criadora do homem e da sociedade.

Isto deve estar baseado no respeito e reconhecimento de direitos iguais a todas as culturas, que deve ser fomentados pela relação pacífica entre os povos.

A cooperação cultural ocasionalmente encontra obstáculos criados pela ignorância e preconceito, o que geralmente cria desconfiança e animosidade, em direção contrária à cultura da paz:

Mondiacult, artigo 44. Uma mais ampla cooperação e compreensão cultural sub-regional, inter-regional e internacional é pressuposto importante para lograr um clima de respeito, confiança, diálogo e paz entre as nações. Tal clima não poderá ser alcançado plenamente sem reduzir e eliminar os conflitos e tensões atuais, sem deter a carreira armamentista e lograr o desarme. (tradução nossa)²⁶

De acordo com a Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional adotada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de 1966, a cooperação cultural no âmbito internacional deve cobrir todos

---

²⁶*Mondiacult, artigo 44. Una más amplia cooperación y comprensión cultural subregional, interregional e internacional es presupuesto importante para lograr un clima de respeto, confianza, diálogo y paz entre las naciones. Tal clima no podrá alcanzarse plenamente sin reducir y eliminar los conflictos y tensiones actuales, sin detener la carrera armamentista y lograr el desarme.*

os aspectos das atividades intelectuais e criativas relacionadas à educação, ciência e cultura, adicionadas à informação e comunicação, o que pode ser visto no artigo 45 da Mondiacult.

A Mondiacult também reitera o Princípio da Cooperação cultural internacional, baseado no respeito à identidade cultural, à dignidade e valor de cada cultura, à independência, às soberanias nacionais e ao Princípio da não-intervenção estatal.

Mondiacult, artigo 46. A cooperação cultural internacional deve fundar-se no respeito à identidade cultural, à dignidade e valor de cada cultura, à independência, às soberanias nacionais e à não intervenção. Consequentemente, nas relações de cooperação entre as nações deve-se evitar qualquer forma de subordinação ou substituição de uma cultura por outra. É indispensável, ademais, reequilibrar o intercâmbio e a cooperação cultural a fim de que as culturas menos conhecidas, em particular as de alguns países em desenvolvimento, sejam mais amplamente difundidas em todos os países. (tradução nossa)²⁷

O artigo 47 da Mondiacult é de extrema importância, pois expressa a postura anticolonizadora da Declaração. Demonstrando que o colonialismo extermina uma cultura – como historicamente já aconteceram com vários povos, inclusive no Brasil – o artigo 47 tem como principal objetivo coibir esta prática. Ele trata do intercâmbio e cooperação cultural, científico e educativo como um meio para eliminar todas as formas de agressão, dominação ou intervenção cultural:

Mondiacult, artigo 47. Os intercâmbios culturais, científicos e educativos devem fortalecer a paz, respeitar os direitos do homem e contribuir para a eliminação do colonialismo, e neocolonialismo, do racismo, *apartheid* e toda forma de agressão, dominação ou intervenção. Assim mesmo, a cooperação cultural deve estimular um clima internacional favorável ao desarme, de maneira que os recursos humanos e artefatos destinados ao armamento possam consagrar-se a fins construtivos, tais como programas de desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. (tradução nossa)²⁸

---

²⁷**Mondiacult, artigo 46.** *La cooperación cultural internacional debe fundarse en el respecto a la identidad cultural, la dignidad y valor de cada cultura, la independencia, las soberanías nacionales y la no intervención. Consecuentemente, en las relaciones de cooperación entre las naciones debe evitarse cualquier forma de subordinación o substitución de una cultura por otra. Es indispensable, además, reequilibrar el intercambio y la cooperación cultural a fin de que las culturas menos conocidas, en particular las de algunos países en desarrollo, sean más ampliamente difundidas en todos los países.*

²⁸**Mondiacult, artigo 47.** *Los intercambios culturales, científicos y educativos deben fortalecer la paz, respetar los derechos del hombre y contribuir a la eliminación del colonialismo, el neocolonialismo, el racismo, el apartheid y toda forma de agresión, dominación o intervención. Asimismo, la cooperación cultural debe estimular un clima internacional favorable al desarme, de manera que los recursos humanos y sumas ingentes destinados al armamento puedan consagrarse a fines constructivos, tales como programas de desarrollo cultural, científico y tecnológico.*

A Mondiacult, em seus artigos 48 a 50, determina medidas indispensáveis para que a cooperação cultural internacional possa ser efetiva no que diz respeito à promoção e respeito aos direitos culturais. A primeira destas medidas determina a necessidade de pessoal qualificado em matéria de serviços culturais, no intuito de diversificação e fomento da cooperação cultural.

Seu artigo 48 pode parecer óbvio, por tratar da qualificação de trabalhadores para exercer funções na área de serviços culturais, porém, nos dias atuais, e, principalmente nos países em desenvolvimento, ainda não há um número significativo de profissionais qualificados para trabalharem no ramo dos serviços culturais. Há que se investir neste setor, com vistas a profissionalizar aqueles que exercem atividades concernentes aos serviços culturais. Para tanto, importante se faz não apenas o investimento financeiro, mas também o contato e a troca de experiências com países já mais avançados em matéria de serviços culturais.

Desta forma, como segunda medida, a Declaração, em seu artigo 49, estabelece a promoção da cooperação entre países em desenvolvimento, para que o conhecimento de outras culturas e de outras experiências de desenvolvimento enriqueça a vida dos mesmos.

3.2.1.9 UNESCO

Um dos capítulos da Mondiacult é reservado para a UNESCO. Isto se deve ao fundamental papel que a UNESCO exerce no cenário mundial, uma vez que ela se relaciona com as mais diversas culturas, propondo direcionamentos que ensejam o respeito ao avanço nos direitos fundamentais da pessoa humana e, assim, o respeito aos direitos culturais.

Em seu artigo 45, a Mondiacult afirma o papel da UNESCO para a preservação dos valores culturais e para o desenvolvimento da cultura humana.

Mondiacult.

Artigo 51. É um mundo convulsionado por diferenças que põem em perigo os valores culturais das civilizações, os Estados-membros e a Secretaria da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura devem multiplicar os esforços destinados a preservar tais valores e a aprofundar sua ação em benefício do desenvolvimento da humanidade. Uma paz duradora deve ser estabelecida para assegurar a existência mesma da cultura humana. (tradução nossa)

Artigo 52. Frente a esta situação, os objetivos da UNESCO, tal como se definem em sua Constituição, adquirem uma importância capital. (tradução nossa)²⁹

A Mondiacult, em seu artigo 53, afirma a importância da UNESCO para a manutenção da paz mundial, através de suas ações para a interação pacífica entre os povos e nações.

Mondiacult, artigo 53. A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais tem um chamado à UNESCO para que prossiga e reforce sua ação de reunião cultural entre os povos e as nações, e continue desempenhando a nobre tarefa de contribuir para que os homens, além de suas diferenças, realizem o antigo sonho de fraternidade universal. (tradução nossa)³⁰

Por último, a Mondiacult se utiliza de um lema para reafirmar o fundamento de todos os princípios e direitos descritos na Declaração, no respeito alheio, como o meio para a paz mundial:

Mondiacult, artigo 54. A comunidade internacional reunida nesta Conferência estabeleceu o lema de Bento Juarez:
“Entre os indivíduos, como entre as nações, o respeito ao direito alheio é a paz”.
(tradução nossa)³¹

Pode-se perceber que a Mondiacult teve um papel fundamental com relação aos direitos culturais. Primeiro porque foi ela que, pela primeira vez, conceituou, através de uma Declaração, o que seria cultura, estendendo o seu significado para incluir todas as características peculiares de uma sociedade ou grupo, protegendo culturas minoritárias para não serem engolidas pelas demais. Segundo porque ela tem um forte objetivo de fomentar, entre os povos, as discussões sobre os direitos culturais e as formas de proteção e promoção.

---

²⁹**Mondiacult, artigo 51.** *Es un mundo convulsionado por diferendos que ponen en peligro los valores culturales de las civilizaciones, lo Estados Miembros y la Secretaría de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura deben multiplicar los esfuerzos destinados a preservar tales valores y a profundizar su acción en beneficio del desarrollo de la humanidad. Una paz duradera debe ser establecida para asegurar la existencia misma de la cultura humana.*

Mondiacult, artigo 52. *Frente a esta situación, los objetivos de la UNESCO tal como se definen en su Constitución, adquieren una importancia capital.*

³⁰**Mondiacult, artigo 53.** *La Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales hace un llamado a la UNESCO para que prosiga y refuerce su acción de acercamiento cultural entre los pueblos y las naciones, y continúe desempeñando la noble tarea de contribuir a que los hombres, más allá de sus diferencias, realicen el antiguo sueño de fraternidad universal.*

³¹**Mondiacult, artigo 54.** *La comunidad internacional reunida en esta Conferencia hace suyo el lema de Bento Juarez: “Entre los individuos como entre las naciones, el respeto al derecho ajeno es la paz”.*

3.2.2 *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*

Após a Mondiacult – que foi uma declaração importantíssima para despertar a necessidade de preservação da cultura de todos os povos, através do estabelecimento de políticas públicas –, algumas outras convenções surgiram para proteger e desenvolver as questões relativas à diversidade cultural da humanidade.

Dentre elas, inicialmente, há que se falar da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, que, aprovada na 31ª reunião da Conferência Geral da UNESCO, em 2001, reafirma a definição de cultura elaborada pela Mondiacult.

Esta Declaração também teve como objetivo consolidar os princípios do Direito Internacional, em especial aqueles que concernem aos direitos humanos:

A Declaração universal da Diversidade cultural (2001) objetiva ambos a preservação da diversidade cultural com um modo de vida, e então o renovável tesouro que não deve perseverar como sendo herança insubstituível, mas como um processo garantidor da sobrevivência da humanidade. A declaração reafirma a cultura sendo uma recarga como ponto de distinção espiritual, material, intelectual e emocional da sociedade ou grupo social. A concepção de “cultura” então reflete a economia e a dimensão de identidade. Neste caminho, “herança” refere-se não somente a museus ou monumentos, mas também à herança científica, marítima, industrial, natural, artística, e assim a uma incrível “intangível” herança.³² (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2005b, p. 2)

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, em seu preâmbulo, afirma o compromisso com a realização dos direitos humanos:

(...) compromisso com a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos universalmente reconhecidos, como os dois Pactos Internacionais de 1966 relativos respectivamente, aos direitos civis e políticos e aos direitos econômicos, sociais e culturais.³³

---

³²The UNESCO “Universal Declaration on Cultural Diversity” (2001) aims both to preserve cultural diversity as a living, and thus renewable treasure that must not be perceived as being unchanging heritage but as a process guaranteeing the survival of humanity. The declaration reaffirms the culture should be regarded as the set of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features of society or a social group. The concept of “culture” thus reflects both economic and identity dimensions. In this way, “heritage” refers not only to museums or monuments, but also to the scientific, maritime, industrial, natural, artistic and thus increasingly “intangible” heritage.

³³ Primeiro parágrafo do preâmbulo da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.

A Declaração proclama princípios³⁴ que estão dispostos como subcapítulos explicativos dos mesmos.

Inicialmente, há que se falar da Identidade, diversidade e pluralismo, que é determinada pela Declaração como seu primeiro princípio. Aqui, a Declaração universal sobre a Diversidade Cultural eleva a diversidade cultural à categoria de “patrimônio comum da humanidade”, com o objetivo de preservar a diversidade cultural, pois entende-se que a preservação da diversidade cultural é o que garante a sobrevivência da humanidade. Busca também evitar todas as formas de isolamento e fundamentalismo que, em nome das diferenças culturais, as consagrem, desvirtuando assim a mensagem da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Destaca, ainda, o fato de que cada indivíduo deve reconhecer o caráter de múltiplas identidades em sua própria, dentro de sociedades igualmente múltiplas. Somente dessa forma é possível conservar a diversidade cultural em sua dupla dimensão de processo evolutivo e fonte de expressão, criação e inovação.

Em um segundo momento, a Declaração dispõe sobre a Diversidade cultural e Direitos Humanos, quando determina, em seu artigo 4, que [...] *a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana.*

No seu artigo 11, a Declaração dispõe sobre uma parceria entre os setores público, privado e a sociedade civil, entendendo que [...] *as forças do mercado, por si só, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil.* Esta parceria se torna fundamental para consolidar os princípios dispostos na Declaração, e torná-los uma realidade visível no mundo global.

Para tanto, a UNESCO se engaja para exercer as funções de [...] *referência e articulação entre os Estados, os organismos internacionais governamentais e não-governamentais, a sociedade civil e o setor privado para a elaboração conjunta de conceitos, objetivos e políticas em favor da diversidade cultural,* conforme disposto no artigo 12 da Declaração. Assim, a UNESCO exerce um fundamental papel no sentido de fomentar e auxiliar os Estados e as organizações – intergovernamentais e não-governamentais – responsáveis pela realização e preservação dos direitos culturais.

---

³⁴São os princípios determinados pela Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural: *Identidade, diversidade e pluralismo; diversidade cultural e direitos humanos; diversidade cultural e criatividade; diversidade cultural e solidariedade internacional.*

Por fim, a Declaração traz linhas gerais de um plano de ação – mas sem prescrever ações concretas –, tornando-se um excelente instrumento para o desenvolvimento, capaz de humanizar a globalização. Estas ações são plenamente condizentes aos princípios estabelecidos na Declaração, uma vez que elas, de forma elencativa, trazem planos de ação que demonstram cada um dos princípios da mesma. Dentre elas, cita-se uma ação de [...] *avançar na compreensão e no esclarecimento do conteúdo dos direitos culturais, considerados como parte integrante dos direitos humanos*, que apesar de uma ação abstrata, retrata que os direitos culturais são essenciais, devendo ser discutidos pela sua importância e pelo fato de não serem estanques, o que viabiliza propostas e ações para sua evolução e desenvolvimento.

3.2.3 *Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – Nossa Diversidade Criadora*

Entre os anos de 1993 e 1995, uma Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento, estabelecida pela ONU e pela UNESCO desenvolveu um relatório que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento das questões pertinentes à cultura, principalmente no que diz respeito a políticas públicas.

Este relatório, entregue à ONU e à UNESCO em 1995, foi coordenado por Javier Pérez de Cuéllar, e definiu, inicialmente, os conceitos de cultura e desenvolvimento, que foram o objeto do mesmo. Entendeu-se como cultura [...] *as maneiras de viver junto. A este agrega que a cultura é um fim em si mesma, e não um meio e que todos aqueles que outorgamos valor faz parte da cultura*³⁵ (tradução nossa).

Após, foram analisados uma série de aspectos definidos como essenciais para a cultura. Dentre eles, podem-se destacar a criação de uma nova ética global; o compromisso com o pluralismo; as questões relativas à mulher, à criança e ao adolescente; à preservação do patrimônio cultural e ao meio ambiente.

---

³⁵*Nuestra Diversidad Criadora. Concepto de cultura: “Maneras de vivir juntos”. A esto agregan que la cultura es un fin en si mismo y no un medio, y que todo aquellos a lo que Le otorgamos valor forma parte de la cultura.*

Por fim, o Relatório estabeleceu uma série de ações a serem tomadas pela ONU e pela UNESCO, no intuito de favorecer um maior desenvolvimento e proteção das questões pertinentes à cultura, quais sejam:

Passando agora à seção referida à agenda internacional, as principais ações que se propõem são as seguintes:

- A publicação anual de um informe mundial sobre cultura e desenvolvimento (...);
  - A preparação de novas estratégias de desenvolvimento que tenham presentes os aspectos culturais (...);
  - A mobilização internacional de voluntários do patrimônio cultural;
  - A criação de um plano internacional em prol da igualdade de gênero;
  - Facilitar o acesso, a diversidade e a competência no sistema internacional de meios de comunicação (...);
  - Promover os direitos e a autoregulação dos meios de comunicação (...);
  - A proteção dos direitos culturais nos direitos humanos (...);
  - A criação de uma ética global para o bom governo do mundo (...);
  - Levar a cabo o momento Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento (...).
- (CUÉLLAR, 1997, p.2, tradução nossa).³⁶

---

³⁶*Pasando ahora a la sección referida a la agenda internacional, las principales acciones que se promueven son las siguientes:*

– **La publicación anual de un informe mundial sobre cultura y desarrollo:** *El mismo estaría a cargo de un equipo Independiente patrocinado por UNESCO, y contendría hechos y problemas relacionados con las tendencias recientes de la cultura y el desarrollo*

– **La preparación de nuevas estrategias de desarrollo que tengan presentes los aspectos culturales:** *Se propone que se emprendan análisis profesionales de las dimensiones de la seguridad humana; que se implante un sistema de alerta que se advierta a las Naciones Unidas de la inminencia de la aparición de situaciones críticas en los países, y que el PNUD y UNESCO colaboren con los países para formular nuevas estrategias de desarrollo humano que preserven la diversidad cultural*

– **La movilización internacional de los Voluntarios del Patrimonio Cultural:** *Se promueve la creación de una red de "Voluntarios del Patrimonio" bajo la orientación de personal profesional, que contribuya a la preservación y enriquecimiento del patrimonio humano, tangible o intangible, dando prioridad a los exponentes más amenazados del patrimonio de la humanidad, principalmente en los países en desarrollo.*

– **La creación de un plan internacional en pro de la igualdad de género:** *Este plan consistiría en la elaboración de instrumentos para una planificación del desarrollo que respete las cuestiones culturales y de género, diseñando estrategias para movilizar a las mujeres y permitir que tomen conciencia de sus opciones como creadoras y productoras de cultura.*

– **Facilitar el acceso, la diversidad y la competencia en el sistema internacional de medios de comunicación:** *Se proponen dos estudios a llevar a cabo por la UNESCO en consulta con otras agencias de las Naciones Unidas. El primero de dichos estudios desarrollaría la posibilidad de crear servicios alternativos a nivel internacional, que atenderían las necesidades de todos los pueblos y públicos. El segundo buscaría determinar la mejor manera de desarrollar un entorno competitivo y equitativo para los medios de comunicación en el plano internacional.*

– **Promover los derechos y la autorreglamentación de los medios de comunicación:** *Se busca el establecimiento de algún tipo de autorreglamentación que los profesionales de los medios de comunicación adopten para proteger al público de imágenes de violencia gratuita, respetando a su vez la libertad de expresión. Como primer paso se propone realizar un foro internacional para reflexiones sobre la violencia y pornografía en los medios de comunicación.*

– **La protección de los derechos culturales en tanto que derechos humanos:** *En primer lugar se recomienda elaborar un inventario de los derechos culturales no protegidos por los derechos humanos, enjuiciado por eminentes juristas y expertos en el ámbito de los derechos culturales. A partir de esto se impulsa la creación de un Código Internacional de Conducta relativo a la Cultura. Con este marco jurídico se podrían recibir entonces, en la Oficina Internacional del Mediador, denuncias en relación con esta materia.*

Apesar de as propostas de ações do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento – Nossa Diversidade Criadora – terem sido muito pertinentes, o relatório obteve pouca efetividade, no entanto, gerou uma série de discussões e encontros sobre desenvolvimento e cultura, para minuciar e definir políticas públicas mais concretas.

3.2.4 A Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade Cultural – Declaração de Guadalajara

A Declaração de Guadalajara foi firmada em maio de 2004, no México, pelos países da América Latina, Caribe e União Européia. Ela reafirma todo o sistema multilateral baseado no Direito Internacional, como indispensável para a paz e segurança internacional, ressaltando em cada artigo questões internacionais essenciais para o bom convívio da humanidade e a preservação da paz e segurança internacional. Como exemplo, a Declaração reforça o multilateralismo, a cooperação internacional, questões de meio ambiente, fome, escolaridade, pobreza, exclusão social, dentre outras.

– **La creación de una ética global para el buen gobierno del mundo:** *La verdadera base de una ética global es una moral común, por lo tanto se propone la búsqueda de una manera de democratizar más el ejercicio del gobierno en el mundo; de esperar que todas las naciones (incluyendo las grandes potencias) respeten los derechos humanos; los países ricos deben realizar los ajustes estructurales (en sus economías) que exigen a los países pobres; introducir los principios de la economía de mercado a la explotación del "espacio global común"; lograr mayor transparencia en las transacciones bancarias. Esta ética global debería aplicarse a todos, incluso a los vendedores y compradores de armas y drogas.*

– **Restablecer el protagonismo de los pueblos en la Organización de las Naciones**

Unidas: *Es fundamental lograr la participación de las organizaciones no gubernamentales, las fundaciones privadas, los representantes de los pueblos indígenas y minorías culturales, las empresas y los sindicatos internacionales, los miembros de parlamentos y otros representantes de La sociedad civil, con el fin de abordar problemas que los involucran (la paz, la cultura la pobreza, el medio ambiente, etc.). Para ello se propone la formación de un foro mundial que se reúna periódicamente para dar su punto de vista sobre cuestiones clave de la agenda global.*

– **Llevar a cabo una Cumbre Mundial sobre Cultura y Desarrollo:** *Este sería el primer paso para redescubrir una visión humanista para el siglo XXI, reuniendo, no sólo a los jefes de estado. Sino también a pensadores, intelectuales, artistas y creadores de opinión, garantizando así una interacción entre todos los sectores sociales. El aporte más importante de este informe es que, desde un enfoque analítico y crítico, pone de relieve los principales desafíos del desarrollo en relación a la dimensión cultural, y además propone líneas de acción para el trabajo de estos temas.*

(Título: Nuestra Diversidad Creativa. Informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo; **Autores:** Varios, coordinados por Javier Pérez de Cuéllar; **Edición:** UNESCO /Correo de la UNESCO, México, 1997; **Redactora de la ficha:** Fernanda Hopenhaym; **Editor de la ficha:** Gonzalo Romero; Centro UNESCO de Montevideo; José E. Rodó 1727 – CP.11200 - Montevideo- URUGUAY; [www: UNESCO.org.uy/centro-montevideo](http://www.UNESCO.org.uy/centro-montevideo))

Especificadamente sobre cultura, inicialmente, a Declaração de Guadalajara reitera a responsabilidade dos Estados signatários, entre outros processos, garantirem o respeito à diversidade cultural:

Declaração de Guadalajara, artigo 40. Reiteramos a responsabilidade primordial de nossos Governos, junto com suas sociedades civis de liderar processos e reformas voltadas a aumentar a coesão social, por meio do combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. Ressaltamos a necessidade de se tomar medidas para combater a xenofobia e a discriminação, especialmente em razão de gênero, raça, crença ou etnia, e, ao mesmo tempo, para garantir o respeito à diversidade cultural.

Ainda, em seu artigo 91, a Declaração de Guadalajara reitera o vínculo entre desenvolvimento e cultura, e a promoção no diálogo cultural:

Declaração de Guadalajara, artigo 91. Reforçaremos o vínculo entre desenvolvimento e cultura. Reconhecemos o vínculo indissolúvel entre o desenvolvimento, cultura e ciência e tecnologia. Concordamos em promover um diálogo cultural bi-regional em setores que reflitam a identidade cultural, assim como a diversidade cultural e lingüística, e que beneficiem o desenvolvimento sustentável, à estabilidade e à paz. Nesse sentido, apoiamos as negociações em curso sobre uma Convenção sobre a Diversidade Cultural na UNESCO.

Ainda, reitera a importância das indústrias culturais para a promoção cultural sustentável:

Declaração de Guadalajara, artigo 92. Reafirmamos nossa convicção de que as indústrias culturais contribuem de maneira fundamental a promover a identidade cultural e a diversidade lingüística e cultural. Reconhecemos também a importante contribuição das indústrias culturais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A Declaração universal sobre diversidade cultural tem como compromisso expresso a plena realização dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos universalmente reconhecidos.

3.2.5 A Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais

A Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade cultural surge em 2005, sendo assinada com a quase unanimidade dos 54 países presentes. Apenas os Estados Unidos e Israel foram contrários à Declaração.

Na verdade, ela teve como principal objetivo dar força de lei à Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da UNESCO, adotada após os acontecimentos dos “11 de setembro de 2001”. (Mattelart, 2006). Contudo, ela pretende assegurar, juridicamente, a proteção e a diversidade cultural.

Esta convenção reafirma a importância da preservação, proteção e promoção da diversidade cultural, ela traça, em seu artigo 2º, os princípios diretores para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

Estes princípios³⁷ elencados e explicados pela Convenção norteiam-na no que diz respeito aos direitos e às obrigações a que os Estados –partes se obrigam.

---

³⁷CPPDEC – Artigo 2º – Princípios Diretores

1. Princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais

A diversidade cultural somente poderá ser protegida e promovida se estiverem garantidos os direitos humanos e as liberdades fundamentais, tais como a liberdade de expressão, informação e comunicação, bem como a possibilidade dos indivíduos de escolherem expressões culturais. Ninguém poderá invocar as disposições da presente Convenção pra atentar contra os direitos do homem e as liberdades fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e garantidas pelo direito internacional, ou para limitar o âmbito de sua aplicação.

2. Princípio da Soberania

De acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de adotar medidas e políticas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seus respectivos territórios.

3. Princípio da igual dignidade e do respeito por todas as culturas

A proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais pressupõem o reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as das pessoas pertencentes a minorias e as dos povos indígenas.

4. Princípio da solidariedade e cooperação internacionais

A cooperação e a solidariedade internacionais devem permitir a todos os países, em particular os países em desenvolvimento, criarem e fortalecerem os meios necessários a sua expressão cultural – incluindo as indústrias culturais, sejam elas nascentes ou estabelecidas – nos planos local, nacional e internacional.

5. Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento

Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem.

6. Princípio do desenvolvimento sustentável

A diversidade cultural constitui grande riqueza para os indivíduos e as sociedades. A proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras.

7. Princípio do acesso equitativo

Dentre eles, ressalta-se o Princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, pois este restringe as ações e políticas para a proteção e promoção das expressões culturais àquelas que respeitem os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Além do Princípio do respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, há também o Princípio da abertura e do equilíbrio, que garante que os Estados irão se abrir a outras culturas do mundo, o que favorece o diálogo entre culturas.

A Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais (CPPDEC) define, ainda, várias expressões ou termos referentes aos direitos culturais. Dentre eles, encontra-se a conceituação de diversidade cultural e expressões culturais:

Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, artigo 4.

Definições

1. Diversidade cultural

Diversidade cultural refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades.

(...)

2. Expressões culturais

Expressões culturais são aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural.

(...)

8. Interculturalidade

Interculturalidade refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo.

Dentre as conceituações dispostas na CPPDEC, está a de diversidade cultural como sendo as várias formas de expressão de cultura de grupos ou sociedades.

Já a terminologia expressão cultural foi entendida pela CPPDEC como o resultado da criatividade de indivíduos, grupos ou sociedades, e que possui conteúdo cultural.

O artigo 5º da CPPDEC determina que cada Estado-parte deverá implementar medidas para a proteção e promoção da diversidade cultural da forma que melhor lhe convier, desde

---

O acesso equitativo a uma rica e diversificada gama de expressões culturais provenientes de todo o mundo e o acesso das culturas aos meios de expressão e de difusão constituem importantes elementos para a valorização da diversidade cultural e o incentivo ao entendimento mútuo.

8. Princípio da abertura e do equilíbrio

Ao adotarem medidas para favorecer a diversidade das expressões culturais, os Estados buscarão promover, de modo apropriado, a abertura a outras culturas do mundo e garantir que tais medidas estejam em conformidade com os objetivos perseguidos pela presente Convenção.

que sejam compatíveis com as disposições da Convenção. A CPPDEC visa garantir aos seus signatários a autonomia para a criação de suas próprias normatizações, políticas de integração e políticas comerciais. Cada país deverá adequar, dentro de suas possibilidades, as necessidades para o fomento à diversidade cultural.

No entanto, a Convenção traz, em seus artigos subsequentes, aquelas medidas às quais os Estados-partes se obrigam, quais sejam:

A) Medidas para a promoção das expressões culturais

As expressões culturais, agora com definição advinda da própria convenção, são resguardadas para encorajar os cidadãos à sua produção, além de implementar medidas para o acesso aos cidadãos, de expressões culturais nacionais e estrangeiras.

B) Medidas para a proteção das expressões culturais

O item 2 trata, basicamente, da proteção de expressões culturais que estejam em perigo de extinção. Para tanto, os Estados-partes se obrigam a diagnosticar momentos em que alguma (as) expressão cultural esteja em perigo de extinção. Para estes casos, as Partes poderão adotar medidas especiais para sua proteção.

C) Intercâmbio de informações e transparência

Os Estados-partes acordam em fornecer, periodicamente, relatórios à UNESCO dispendo das medidas adotadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Ainda, designam um ponto para o intercâmbio de informações.

D) Educação e conscientização pública

Propiciar e desenvolver programas de educação e sensibilização para a compreensão da importância da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

E) Participação da sociedade civil

A partir do reconhecimento de que é necessária a participação da sociedade civil para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, os Estados-partes se incumbem de encorajá-la.

F) Promoção da cooperação internacional

Sabe-se que a cooperação internacional é peça fundamental para a manutenção da paz mundial. Aqui, novamente, busca-se a cooperação para criar condições propícias à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

G) Integração da cultura no desenvolvimento sustentável

Esta medida se faz para se integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, para criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, assim, estimular os aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

H) Cooperação para o desenvolvimento

Além de os Estados se obrigarem à cooperação internacional, também o fazem para um mais efetivo desenvolvimento sustentável e também para a redução da pobreza. Assim, favorecerá um setor cultural dinâmico. Este dinamismo ocorrerá através do solidez das indústrias culturais em países em desenvolvimento; pelo fortalecimento das capacidades de intercâmbio de informações, experiências e conhecimentos especializados e formação de recursos humanos; pela transferência de tecnologia e conhecimento e através de apoio financeiro.

I) Modalidades de colaboração

As modalidades de cooperação dizem respeito às parcerias entre o setor público, o setor privado e as organizações de fins não-lucrativos, no intuito de auxiliar nas necessidades concretas dos países em desenvolvimento, para melhoria da infra-estrutura, dos recursos

humanos e políticos e, em última instância, do intercâmbio de atividades, bens e serviços culturais.

J) Tratamento preferencial para países em desenvolvimento

Pressupõe-se que os países desenvolvidos facilitarão intercâmbios culturais com os países em desenvolvimento, garantindo um tratamento preferencial aos praticantes da cultura, seus bens e serviços culturais.

K) Cooperação internacional em situações de grave ameaça às expressões culturais

Os Estados-partes se obrigam a prestar assistência aos demais países signatários, quando estiverem em situações de grave ameaça às expressões culturais. Corroborando com o disposto no item anterior, dar-se-á preferência aos países em desenvolvimento.

L) Fundo internacional para a Diversidade cultural

A Convenção proteção e promoção da diversidade das expressões culturais instituiu um fundo denominado Fundo internacional para a Diversidade cultural. Este fundo será constituído de contribuições dos Estados-partes, ou de quaisquer outros recursos autorizados, e será utilizado após aprovação da Conferência das partes.

M) Intercâmbio, análise e difusão de informações

Mais uma vez as partes se obrigam no intercâmbio de informações. Agora, principalmente, com a finalidade de trocar conhecimentos sobre coleta de dados e estatísticos da diversidade das expressões culturais.

Diante do exposto, percebe-se que a Convenção prevê o fortalecimento da cooperação e da solidariedade internacionais e garante a afirmação do direito soberano dos Estados de implementar políticas e medidas destinadas a proteger e promover as diversas expressões culturais em seu território. Desta forma, os Estados signatários deste pacto passam a ser regulados em suas atuações nacionais e internacionais.

Desta forma, a Convenção tem como principal objetivo fortalecer os elementos essenciais para as expressões culturais – criação, produção, distribuição/disseminação, acesso e o

usufruto das expressões culturais – veiculados por atividades, bens e serviços culturais, principalmente nos países em desenvolvimento.

Ainda, ela expressa o desejo de se manterem vivas as expressões culturais, ameaçadas pelos efeitos da globalização.

3.3 A Diversidade cultural no mundo globalizado

Relembrando o fato de que a cultura – conforme a *Mondiacult* – é o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e compreendendo que cada povo tem a sua identidade e cultura; e, ainda, que a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade cultural dispõe sobre a diversidade cultural como um patrimônio da humanidade, se manifestando [...] *na originalidade e pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade*,³⁸ percebe-se que a diversidade cultural é uma realidade com a qual se deve lidar e preservar para que haja um bom relacionamento entre povos.

Porém, na atualidade, o que ocorre é que o multiculturalismo, em um cenário globalizado, absorve culturas diferentes que sejam minoritárias ou “mais fracas”. É “a história local em um projeto global”.³⁹ Sendo assim, tudo é permitido desde que esteja dentro dos padrões de um projeto global. E as minorias culturais fragilizadas vão sendo engolidas neste processo.

Está em curso uma negação crescente da possibilidade de existência de uma Cultura da Paz, que perde espaço, por sua vez, para o incremento de políticas de avanço do capitalismo no mundo globalizado, para o qual a valorização cultural de princípios, como o individualismo, a competitividade e o primado do mercado, inclusive e principalmente de bens simbólicos **que oprimem os valores de tolerância, tem um caráter capital.**

Para tanto, Donnelly (2007b) explicita a importância da DUDH como um instituto consensual de sobreposição, apesar de conflitos reais:

---

³⁸Artigo 1 da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade cultural de 2001.

³⁹Expressão utilizada por Walter D. Mignolo em sua obra *Histórias locais/Projetos globais*.

Vindo de *cross cultural* externa ou de uma perspectiva intercivilizacional, entretanto, o mais notável fato sobre direitos humanos no mundo contemporâneo é a extensiva sobreposição de consenso da Declaração Universal de Direitos Humanos. Conflitos reais realmente existem acima de alguns direitos humanos reconhecidos internacionalmente. Todavia, eu arguo que a cultura posa sozinha uma modesta mudança para as normas contemporâneas universais de direitos humanos. (DONELLY, 2007b, p.89, tradução nossa)⁴⁰

Nesta idéia contemporânea de que as culturas estão em mutação, e ainda de acordo com a citação acima mencionada, Donelly (2007b) explicita o fato de que as pessoas não se preocupam, nem praticam o respeito aos direitos humanos a todo o momento, quiçá os direitos culturais:

Simplesmente não é verdade que todas as pessoas, a todo o momento, têm tido idéias e práticas voltada para os direitos humanos, se pelos “direitos humanos” entendemos direitos iguais e inalienáveis amparados na moral seguros por todos os membros de espécies. A maioria das práticas políticas e leis tradicionais não são propriamente direitos humanos vestido, em roupas diferentes. E quem insiste que os são, independentemente de quais são suas intenções, constrói um argumento que não só pode ser, mas regularmente tem sido usado por regimes repressivos para suportar a negação dos direitos humanos reconhecidos por seus cidadãos internacionalmente. Meu trabalho representa algum valor porque há um mundo no qual ditadores regularmente tentam esconder através do manto da “cultura” nativa, mesmo no limite do desmascaramento. (DONELLY, 2007b, p.87, tradução nossa)⁴¹

Com isto, a maioria das identidades modernas estão entrando em colapso, pois uma mudança estrutural está transformando as sociedades modernas, e assim, fragmentando as paisagens culturais, o gênero, as formas de se expressar a sexualidade, as etnias e raças e as questões pertinentes à nacionalidade e cidadania.

O sujeito hodierno está conceitualizado como não tendo uma identidade fixa, mas uma pluralidade de identidades, resultado de um mundo cosmopolita e multi-identitário, no qual o sujeito é um ser complexo que se identifica com várias identidades.

---

⁴⁰*From a broad cross cultural or intercivilizational perspective, however, the most striking fact about human rights in the contemporary world is the extensive overlapping consensus on the Universal Declaration of Human Rights. Real conflicts do indeed exist over a few internationally recognized human rights. There are numerous variations in interpretations and modes of implementing internationally recognized human rights. Nonetheless, I argue that culture poses only a modest challenge to the contemporary normative universality of human rights.*

⁴¹*It simply is not true that all peoples at all times had human rights ideas and practices, if by “human rights” we mean equal and inalienable paramount moral rights held by all members of the species. Most traditional legal and political practices are not just human rights practices dressed up in different clothing. And those who insist that they are, whatever their intention may be, make an argument that not only can be but regularly has been used by repressive regimes to support denying their citizens internationally recognized human rights. In a world in which dictators regularly try to hide behind the cloak of indigenous “culture”, even the limited sort of unmasking that my work represents may be of some value.*

3.3.1 A cultura local versus a cultura global

Ao se falar da relação entre uma cultura local e uma cultura global, Mignolo (2003) descreve que as culturas locais encontram projetos globais – e muitas vezes são forçadas a receber e incorporar parte ou a integralidade destes projetos globais:

A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. (MIGNOLO, 2003, p. 10)

Mignolo (2003) acredita que atualmente vive-se uma nova forma de colonialismo, um *colonialismo global*:

O fim da guerra fria e, conseqüentemente, a falência dos estudos da área corresponde ao momento no qual uma nova forma de colonialismo, um colonialismo global, continua reproduzindo a diferença colonial em escala mundial, embora sem localizar-se em um determinado estado-nação. (MIGNOLO, 2003, p.10)

Neste sentido, é importante uma reflexão – independente do termo a que se quer utilizar – entre o efeito devastador da globalização nas práticas culturais, e a cultura local, como preservação da identidade e das tradições de um povo.

A globalização é um ente invisível que não se preocupa com o “localismo”; o que se percebe é que ela traz às localidades, valores universais.

Neste diapasão, o indivíduo deixa de perceber sua cultura local, para se tornar global, e assim ele se identifica com o mundo, mas não com o outro. O contato com o mundo é mais fácil do que o contato local.

No entanto, tratar a globalização como fator para universalização de culturas, para alguns autores, é um grande exagero. Hall argumenta que *homogeneização de culturas* não se justifica por três grandes fatores. O primeiro deles determina que:

A homogeneização cultural é o grito angustiado daqueles/as que estão convencidos/as de que a globalização ameaça solapar as identidades e a “unidade” das culturas nacionais. Entretanto, como visão do futuro das identidades num mundo pós-moderno, este quadro, da forma como é colocado, é muito simplista, exagerado e unilateral.

Podem-se considerar, no mínimo, três qualificações ou contratendências principais. A primeira vem do argumento de Kevin Robin e da observação de que, ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a

diferença com a mercantilização da etnia e da “alteridade”. Há, juntamente com o impacto do “global”, um novo interesse pelo “local”. A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como “substituindo” o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local”. Este “local” não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização. Entretanto, parece improvável que ela vai produzir, simultaneamente, *novas* identificações “globais” e *novas* identificações “locais”. (HALL, 2005, p. 77-78)

Inicialmente, Hall dispõe que, juntamente com o impacto global, há um grande interesse no local, porque a globalização explora a diferenciação provinciana. Isto significa que a globalização, ao invés de substituir as identidades nacionais, irá transformá-las em novas identificações locais. Desta forma Hall acredita que se deve pensar em uma nova articulação entre o “global” e o “local”.

Mas para ele ainda há outros dois grandes fatores, a saber:

A segunda qualificação relativamente ao argumento sobre a homogeneização global das identidades é que a globalização é muito desigualmente distribuída ao redor do globo, entre regiões. Isto é o que Doreen Massey chama de “geometria do poder” da globalização.

O terceiro ponto na crítica da homogeneização cultural é a questão de se saber o que é mais afetado por ela. Uma vez que a direção do fluxo é desequilibrada, e que continuam a existir relações desiguais de poder cultural entre o “Ocidente” e o “Resto”, pode parecer que a globalização – embora seja, por definição, algo que afeta o globo inteiro – seja essencialmente um fenômeno ocidental. (HALL, 2005, p. 78)

O segundo fator que justifica a idéia de homogeneização de culturas para Hall seria porque a globalização é distribuída no mundo de forma desigual. Isto significa que algumas partes do mundo são mais atingidas pela globalização do que outras.

Além do pensamento de Hall, pode-se dizer que regiões que sejam atingidas na mesma proporção podem absorver estas identidades globais em níveis distintos.

Por último, ele alega que, por se considerar que a globalização afeta o mundo de forma desigual, que algumas partes do globo terrestre absorvem muito mais o fenômeno da globalização. Para tanto, poder-se-ia considerar o ocidente como a região mais afetada por ela, apesar de a globalização ser um fenômeno que se encontra, de forma mal distribuída, alastrado em todo o mundo.

Assim, não se pode concordar com Hall quando ele diz que a expressão “homogeneização de culturas” é um exagero, pois a transformação de culturas é um fato incontestável.

Há quebra de paradigma cultural e, mais especificamente, de identidade cultural a todo o momento, mas a universalização ou homogeneização de culturas, trazendo-as para uma cultura global única, é um processo ainda inacabado, mas em andamento. Isto pode-se perceber com alguns hábitos alimentares, como o *fast food*, com a necessidade da vestimenta de terno para eventos formais ou solenes, com as marcas de roupas transnacionais, tais como a Nike, com a recusa de jovens em se manifestar a sua cultura local com vergonha da mesma, etc.

A globalização e os projetos globais são fatores que influenciam as culturas locais, transformando-as, e em alguns casos substituindo-as gradativamente. Interessante então observar que cada cultura receberá os novos subsídios de culturas de forma diferente, transformando-as em uma cultura que, ainda assim, poderá ser diferente das demais que também foram afetadas pela globalização, mas incorporando hábitos e modos de vida globalizados.

É um grande paradoxo, pois os povos recebem a cultura global cada um a sua maneira e incorporam-nas também de forma diferente. Todas as culturas, de alguma forma, são alteradas, mas ainda assim há modos de vida que vão, aos poucos, se tornando universalizados, sob a influência da cultura global.

Na atualidade, o sujeito pós-contemporâneo está fragmentado. Ele não é composto por uma identidade única, mas fruto de uma miscelânea de identidades, que surgiram através de suas experiências e contatos com o mundo exterior:

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. (HALL, 2005, p.12)

Assim, conforme expressa Hall (2005), o indivíduo encontra-se “descentrado”.

Tudo isto é fruto da globalização. A globalização é o fenômeno que infiltra nas sociedades e, através de um discurso global, transforma as culturas locais, e conseqüentemente suas identidades.

Para tanto, Magalhães (2008) defende um fortalecimento da estrutura local, através de um espaço de cidadania, de modo que, o Estado encontre uma maneira de se estruturar frente aos acontecimentos mundiais, principalmente com relação aos efeitos da globalização:

O Estado Social está em crise de difícil solução, pois que mergulhado num mundo globalizado. Para onde ir?

A resposta está na construção da sexta fase de evolução do Estado, uma alternativa de uma democracia participativa que deve ser construída em nível local, na cidade – espaço cidadania –, encontrando um novo papel para o Estado e para a Constituição. (MAGALHÃES, 2008a, p. 50).

Estas transformações culturais ocorrem, principalmente, pela globalização ou por seus projetos globais. No entanto, de forma menos expressiva, as culturas locais também se influenciam – mesmo que de forma muito menos efetiva, e influenciam também os projetos globais –, apesar de se tratar de casos excepcionais.

Importante verificar que o global acontece localmente, no entanto, é necessário que as manifestações locais, com objetivo contra-hegemônico, também aconteçam globalmente. Todavia, conforme explica Medeiros, estas manifestações devem ocorrer de forma a se preservarem as culturas locais, e não como uma instigação ao nacionalismo exacerbado:

Não há que se dar prioridade excessiva nem às estratégias locais, sob pena de se recair num nacionalismo exaltado e fechado para o novo, tampouco absolutizar as propostas globais, que conforme mencionado acabariam por descaracterizar as culturas populares. (MEDEIROS, 2007, p. 102)

Sob esta ótica, as organizações regionais de promoção e proteção das culturas exercem um importante papel no sentido de preservar as tradições culturais, garantindo a preservação da identidade dos povos, e também da heterogeneidade de culturas, em face da homogeneização cultural globalizante.

3.3.2 *O Universalismo e o relativismo cultural*

A realidade da divergência cultural no mundo contemporâneo enfrenta duas teorias – a universalista e a relativista – que se divergem sobre a aplicabilidade dos direitos humanos nas mais variadas culturas. Há culturas que exercitam práticas repugnadas pelo resto do mundo, principalmente pelo mundo ocidental. Podem-se citar, como exemplo, a prática de penas capitais, punições corporais, a clitorectomia e a mutilação feminina por muitas culturas não-ocidentais.

Estas práticas caminham na contramão dos direitos humanos internacionais, muitas vezes ratificados por seus Estados, inclusive. Para outros, são manifestações culturais que devem ser respeitadas, pois a moral e os direitos destas sociedades as permitem, ou seja, estas culturas possuem seus próprios discursos de direitos fundamentais.

No entanto, as teorias do Relativismo e Universalismo cultural tentam justificar estes posicionamentos brevemente relatados, de forma antagônica.

A teoria do Relativismo cultural⁴² justifica que as manifestações culturais devem ser respeitadas, independente dos direitos humanos ratificados, através de tratados internacionais que dispõem sobre a matéria. Para o relativismo cultural as variações culturais não podem ser criticadas pelas demais, e sim respeitadas.

Para Donnelly (2003), o Relativismo cultural sustenta que a cultura é a única fonte de validade dos direitos e das regras morais.

Piovesan descreve a manifestação relativista como aquela em que os direitos fundamentais estão relacionados às manifestações culturais:

Para os relativistas, a noção de direito está estritamente relacionada ao sistema político, econômico, cultural, social e moral vigente em determinada sociedade. Sob esse prisma, cada cultura possui seu próprio discurso acerca dos direitos fundamentais, que está relacionado às específicas circunstâncias culturais e históricas de cada sociedade. Nesse sentido, acreditam os relativistas, o pluralismo cultural impede a forma de uma moral universal, tornando-se necessário que se respeitem as diferenças culturais apresentadas por cada sociedade, bem como seu peculiar sistema moral. (PIOVESAN, 2008, p. 148)

A teoria relativista sustenta a variação das regras morais de lugar para lugar, ou seja, estas regras morais derivam de um contexto cultural, que, em si mesmo é fonte de validade.

Na verdade, a relativista admite a universalização dos direitos humanos, ao invés da universalidade dos mesmos. A universalização pressupõe que existe um certo relativismo nas normas de direitos humanos, que varia de Estado para Estado. Este relativismo justifica as práticas culturais contrárias aos direitos humanos universais, utilizadas por muitos Estados que adotam a teoria relativista:

A universalidade, como se pôde perceber, pressupõe valor absoluto enquanto que a universalização, um certo relativismo inicial dos direitos humanos, na medida em que encampa uma idéia de formação, processo de elaboração, passível de mudança e amálgama de direitos.

---

⁴²O Relativismo Cultural é uma ideologia político-social que defende a validade de qualquer sistema cultural, com o argumento de que uma crença ou ação humana deva ser interpretada (e justificada) em termos de sua própria cultura.

Não obstante essa rala diferença, tanto a teoria da universalidade quanto a da universalização são rechaçadas, quer seja por estudiosos, quer, principalmente, pelos países que adotam direitos e culturas diametralmente opostos, na medida em que almejam uma única e mesma coisa: impor seus valores culturais. (TAVARES, 2007, p. 445-556)

Já a corrente Universalista busca assegurar a proteção universal dos direitos e liberdades fundamentais, independentemente da cultura em questão, pois, para os universalistas, o pilar dos direitos humanos é a dignidade humana – e esta não pode fazer distinção de pessoas com fundamento em suas culturas.

Para Donnelly (2003, p. 90), [...] *o Universalismo radical sustenta que a cultura é irrelevante para a validade (universal) das regras morais e do direito.*⁴³

Conforme Piovesan (2008), os direitos internacionais de direitos humanos são claramente universalistas, pois buscam assegurar a proteção universal dos direitos e liberdades fundamentais.

Pode-se pensar que esta intenção, na verdade, seria uma tentativa de universalização de conceitos e crenças ocidentais. Neste diapasão Piovesan alega o que se segue:

A essa crítica reagem os universalistas, alegando que a posição relativista revela o esforço de justificar graves casos de violações dos direitos humanos que, com base no sofisticado argumento do relativismo cultural, ficariam imunes ao controle da comunidade internacional. Argumentam que a existência de normas universais pertinentes ao valor da dignidade humana constitui exigência do mundo contemporâneo. Acrescentam ainda que, se diversos Estados optaram por ratificar instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos, é porque consentiram em respeitar tais direitos, não podendo isentar-se do controle da comunidade internacional na hipótese de violação desses direitos e, portanto, de descumprimento de obrigações internacionais. (PIOVESAN, 2008, p. 151).

Nota-se que a Declaração de Viena, em seu § 5º, esclarece o posicionamento dos Estados em relação a estas peculiaridades culturais e aos direitos fundamentais de cada Estado:

Declaração de Viena. § 5º. Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. A comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente, de maneira justa e unânime, com os mesmos parâmetros e com a mesma ênfase. As peculiaridades nacionais e regionais e bases históricas, culturais e religiosas devem ser consideradas, mas é obrigação dos Estados, independentemente de seu sistema político, econômico e cultural, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

---

⁴³*I will defend a weak cultural relativist (strong universalist) position that permits deviations from international human rights norms primarily at the level of form or implementation.*

Percebe-se que não se podem permitir práticas que violam os direitos humanos. Estas devem ser inadmissíveis e a transgressão a estes direitos deve ser oprimida.

Nas palavras de Bonavides, os direitos fundamentais devem estar relacionados à liberdade e dignidade humana e possuem um caráter necessariamente universal:

A vinculação essencial dos direitos fundamentais à liberdade e à dignidade humana, enquanto valores históricos e filosóficos, nos conduzirá sem óbices ao significado de universalidade inerente a esses direitos como ideal da pessoa humana. (BONAVIDES, 2006, p. 562)

Donnelly (2003) defende a posição de um relativismo cultural fraco, também denominado por ele de Universalismo forte, que permitirá desvios de normas de direitos humanos internacionais no nível da forma ou implementação.

Na verdade, se um relativismo cultural fraco pudesse ser aceito por todos os povos, haveria uma maior identificação mundial com relação aos direitos humanos.

Não se está a militar a favor de uma universalização de culturas. O que aqui se pretende é uma tentativa de universalizar o que deveria ser proibido, como manifestações contrárias aos direitos humanos internacionais. No entanto, as expressões culturais possíveis são inúmeras e, ainda que haja interferência entre as várias culturas, cada uma absorverá os novos conteúdos culturais de uma forma. Mas estaria a resguardar o direito à vida, à dignidade humana, entre outros direitos fundamentais para se viver bem, e não sobreviver.

Bonavides defende a universalidade dos direitos fundamentais, repugnando atos contrários à pessoa humana, alegando que, acima de tudo, todos são seres humanos, e merecem tratamento condizente com a sua natureza humana:

A nova universalidade procura, enfim, subjetivar de forma concreta e positiva os direitos da tríplice geração na titularidade de um indivíduo que antes de ser o homem deste ou daquele país, de uma sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida, é pela sua condição de pessoa um ente qualificado por sua pertinência ao gênero humano, objeto daquela universalidade. (BONAVIDES, 2006, p. 574)

Está-se a defender a teoria do Relativismo cultural fraco, ou também denominada Universalismo cultural como uma forma de proteger os mais variados povos das atrocidades cometidas em nome das manifestações culturais e dos direitos fundamentais destes Estados.

Há que se transportar mecanismos de proteção para o direito interno, de tal forma que se possa garantir a estes cidadãos os direitos fundamentais consagrados internacionalmente através de Declarações e mecanismos de proteção.

Ainda, há que se invocar as normas de *jus cogens*⁴⁴ para que se possa garantir o controle à violação destes direitos.

Na verdade, no mundo contemporâneo, tudo muda com uma velocidade absurda. Atualmente, há uma avalanche de Direitos Humanos e uma multiplicação de Declarações e mecanismos de proteção. Vê-se que a DUDH, que é o grande marco para os direitos humanos, tem apenas 50 anos.

Ocorre que estas declarações, tratados, têm trazido um patamar mínimo de direitos a sociedades que até então não as respeitava, e, a partir daí, algumas práticas são alteradas. Assim, há que se questionar algumas legislações, pois as mesmas podem não ser justas. A título de exemplificação, o *apartheid* e a escravidão já foram institutos consagrados pelas constituições de seus Estados e hoje são abominados pelos Estados e por toda a sociedade internacional.

Um exemplo para as sociedades que ainda justificam práticas contra os direitos humanos é a Constituição de Moçambique. Ela, em seu artigo 4º, reconhece os costumes locais e regionais, desde que respeitados os direitos fundamentais resguardados na Constituição Moçambicana:

Constituição de Moçambique, artigo 4º. O Estado reconhece os vários sistemas normativos e de resolução de conflitos que coexistem na sociedade moçambicana, na medida em que não contrariem os valores e os princípios fundamentais da Constituição.

No entanto, não se pode deixar de levar em conta que estes povos, muitas vezes, vislumbram estas atrocidades como manifestações necessárias, legitimando o processo de, por exemplo, flagelo de pessoas.

O que se deve questionar é se estas manifestações deveriam ser consideradas como costumes. Há que se ter em mente que não se pode reduzir tudo à cultura e legitimar um processo como se fosse uma norma costumeira. Se jogar um bebê do penhasco for considerado como uma manifestação cultural costumeira, também seriam as práticas de torturas aplicadas nas favelas brasileiras.

---

⁴⁴O artigo 53 da Convenção de Viena de 1969 determina que as normas de *jus cogens* são aquelas aceitas e reconhecidas como tal pela comunidade internacional:

Convenção de Viena, artigo 53: É nulo todo o tratado que, no momento da sua conclusão, é incompatível com uma norma imperativa de Direito Internacional geral. Para os efeitos da presente Convenção, uma norma imperativa de Direito Internacional geral é a que for aceite e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados no seu conjunto como norma à qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma nova norma de Direito Internacional geral com a mesma natureza.

Quando a Mondiacult define cultura como sendo [...] *modos de vida, maneiras de se viver junto, sistemas de valores, tradições e crenças*, ela não estabeleceu que seriam todos os valores, todas as tradições e todas as crenças, pois, mais à frente, a Declaração estabelece, em seu artigo 11, que o desenvolvimento da dimensão cultural deve ser humanizado, sendo seu fim último a pessoa em sua dignidade individual e na responsabilidade social.

Ainda que o posicionamento seja para a alteração de expressões culturais contrárias aos direitos humanos internacionais, não se pode obrigar estes povos simplesmente a alterarem suas expressões culturais porque ratificaram acordos internacionais que dispõem sobre a matéria.

É necessário o entendimento de que aquela prática contraria direitos inerentes à pessoa humana. Afinal, a cultura não pode ser utilizada como “carta branca” e assim justificar práticas contrárias aos direitos humanos. Nem tudo poderá ser justificado por se considerar como cultura ou costumes. Ela deve, isto sim, significar modos de viver fundamentados nos direitos humanos internacionais.

Esta compreensão deverá ocorrer através de um processo longo, no qual ocorrerão transformações culturais mínimas, mas que no processo como um todo, tornar-se-ão significativas.

Há que se ponderar o papel importante da Sociedade Internacional de desconsiderar estas manifestações como culturais e abominar tais atos de crueldade, de escravidão e de flagelo. Aqui, a Sociedade Internacional, sem interferir internamente, deverá se manifestar contrariamente a estas práticas, invocando normas de *jus cogens*, na tentativa de se evitarem tais perversidades.

Ressalta-se que não se está considerando algumas culturas como certas e outras como erradas. Apesar de existirem povos que praticam atos extremistas contrários aos direitos humanos internacionais, estes também possuem características que outras culturas podem receber como exemplo. Assim, não há cultura exemplar, nem mesmo cultura abominável. Há a necessidade de respeitar todas as culturas existentes, mas, acima de tudo, respeitar os direitos humanos internacionais. E isto é possível!

Aqui, o diálogo intercultural pode ser uma das soluções. Ele faz com que as culturas possam conversar, intercomunicar, aprender umas com as outras, trocar idéias, discutir parâmetros, e tudo isto pode ser muito benéfico. Uma Organização regional poderá auxiliar na efetivação destes objetivos, unindo os Estados-membros e lhes propondo políticas públicas que favoreçam este diálogo.

3.3.3 O diálogo intercultural como uma forma para a convivência pacífica entre culturas no mundo contemporâneo globalizado

A partir da exposição do contexto e da maneira nas quais as culturas se relacionam, deve-se refletir sobre uma forma delas se interagirem, sem a sobreposição de culturas ou valores, sempre fundamentada na cultura da paz. De acordo com Cortina (2005), [...] *elucidar quais devem ser as relações entre as diferentes culturas no nível nacional e mundial, é – esta seria a mensagem – uma questão de justiça para com a identidade das pessoas, que se identificam –entre outras coisas –por pertencer a uma cultura.*

Donelly (2007) milita a favor do *cross-cultural dialogue*, que seria atravessar culturas através de um diálogo cultural, com o objetivo de permitir às culturas menos expressivas – tais como os simbolismos do oriente – sua inserção no discurso de direitos humanos internacionais e fazer suporte para direitos humanos com mais força nas sociedades não-ocidentais:

Eu sou totalmente a favor de cruzar diálogo cultural que “permitirá a incorporação do simbolismo não-ocidental no discurso de direitos humanos internacionais e fazer suporte para direitos humanos mais poderoso nas sociedades não-ocidentais” (DONELLY, 2007b, p. 87, tradução nossa) ⁴⁵

Corroborando com a idéia de Donelly, argumenta Piovesan que o diálogo intercultural é o meio necessário para a legitimidade dos parâmetros internacionais para a proteção dos direitos humanos:

Acredita-se, de igual modo, que a abertura do diálogo entre as culturas, com respeito à diversidade e com base no reconhecimento do outro, como ser pleno de dignidade e direitos, é condição para a celebração de uma cultura dos direitos humanos, inspirada pela observância do mínimo ético irreduzível”, alcançado por um universalismo de confluência.

Esse universalismo de confluência, fomentado pelo ativo protagonismo da sociedade civil internacional, a partir de suas demandas e reivindicações morais, é que assegurará a legitimidade do processo de construção de parâmetros internacionais mínimos voltados à proteção dos direitos humanos. (PIOVESAN, 2008, p. 155)

---

⁴⁵*I am all in favor of a cross-cultural dialogue that “will allow the incorporation of non-Western symbolism into the international human rights discourse, and make support for human rights more powerful in non-Western societies”*

Para Cortina (2005), os povos de todo o mundo devem ter a consciência de que nenhuma cultura tem soluções para todos os problemas vitais e de que pode aprender com outras, tanto soluções das quais carece como a se compreender a si mesma.

Esta é uma tentativa de povos viverem conjuntamente e poderem ter uma efetiva comunicação, através do entendimento e respeito da cultura do outro.

É o que a Comunidade Européia propõe através de várias ações no intuito de se manter um diálogo intercultural⁴⁶ entre os vários povos que convivem na União Européia, reforçando seu lema “Unidos na diversidade”.

Ainda, a criação do Mercosul Cultural,⁴⁷ em 1996, também se preocupou com a inclusão social e a integração entre povos, feita a partir do regionalismo.

Nota-se a preocupação internacional e a ação regional para a promoção, respeito e integração de povos em todo o mundo.

Neste diapasão, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, disposta pela UNESCO, em 2001, em seu preâmbulo, reafirma que [...] *o respeito à diversidade das culturas, à tolerância, ao diálogo e à cooperação, em um clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais.*

Mas efetivar um diálogo intercultural em uma sociedade multicultural não é uma tarefa fácil. Sabe-se que há rejeições de valores e crenças entre os povos.

A necessidade de *cross-cultural dialogue* esbarra na intolerância e no fortalecimento de idéias racistas. No cenário internacional atual, há uma força contrária ao respeito à diversidade cultural que são os grupos sociais, partidos e governos em várias partes do mundo, principalmente nos países ricos da Europa, dos EUA e do Oriente Médio. Uma das faces cruéis das guerras, conflitos e ações de terror do mundo atual consiste na manipulação de processos de identidade locais, com base em fatores culturais e religiosos, como mecanismos de propaganda discriminatória e preconceituosa que negam os valores democráticos e de solidariedade universais entre os povos.

Cortina esclarece que o diálogo intercultural deverá prosperar por meio do fundamento do respeito das mais diversas culturas:

---

⁴⁶Escolhido o ano de 2008 como o ano do Diálogo Intercultural, com inúmeras atividades no intuito de promover o diálogo intercultural.

⁴⁷O Mercosul Cultural foi um evento cultural ocorrido a partir da iniciativa da Prefeitura da São Paulo e com a participação dos demais países do Mercosul. Lá se reuniam áreas de Artes plásticas, Cinema, Dança, Música, Teatro e Vídeo, com o propósito de estabelecer o diálogo entre os países integrantes do Mercosul, através da cultura.

Neste sentido uma *ética intercultural* não se contenta em assimilar as culturas relegadas à vencedora, nem tampouco com a coexistência das culturas, mas convida a um diálogo entre as culturas, de forma que respeitem suas diferenças e esclareçam conjuntamente o que considera irrenunciável para construir, a partir de todas elas, uma convivência mais justa e feliz. (CORTINA, 2005, p. 144)

Sabe-se que uma mesma sociedade pode conviver com pessoas de crenças e hábitos culturais diferentes, o que poderia gerar divergências ideológicas. No entanto, estas divergências também podem ser muito enriquecedoras e frutíferas, quando se aprende com a diferença, renovando suas culturas. No preâmbulo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, considera-se que

o processo de globalização, facilitado pela rápida evolução das novas tecnologias da informação e da comunicação, apesar de constituir um desafio para a diversidade cultural, cria condições de um diálogo renovado entre as culturas e as civilizações, *Consciente* do mandato específico confiado à UNESCO, no seio do sistema das Nações Unidas, de assegurar a preservação e a promoção da fecunda diversidade das culturas.⁴⁸

Para tanto, necessário se faz traçar alguns elementos para o bom convívio entre as mais variadas culturas. Cortina (2005) elenca os elementos necessários à *ética intercultural* para se evitar estes conflitos:

Esta seria uma opção de uma ética intercultural, que levaria em conta ao menos quatro elementos, já mencionados de algum modo:

- 1) Não se trata de assimilar à cultura dominante aqueles que em uma sociedade se identificam com uma cultura diferente dela, mas de possibilitar que eles conservem sua adesão a identidades culturais diversas.
- 2) A meta também não consiste em comprazer-se na diferença pela diferença, mas em assegurar uma convivência autêntica, já que as diferenças podem ser expressão da autenticidade pessoal e cultural, mas nem toda diferença é digna de respeito. Para dizê-lo com Amy Gutman, há diferenças respeitáveis e outras que não o são. Para respeitar uma posição não é preciso estar de acordo com ela, e sim compreender que ela reflete um ponto de vista moral que não compartilho mas respeito em outro. As posições que não merecem respeito, por sua vez, são aquelas que considero simplesmente imorais e passíveis de denúncia, como seriam as discriminações em decorrência de condição social, idade, sexo ou etnia.
- 3) O respeito ativo que uma cultura diferente merece tem uma de suas raízes no respeito pela identidade das pessoas que a adquirem em parte nela; mas convém lembrar que a identidade, desde o nascimento do mundo moderno, é algo que os sujeitos também escolhem, ao menos em parte, algo ao qual não se vêem fatalmente destinados.
- 4) Compreender outras culturas é indispensável para compreender a própria cultura. Diferentes culturas lançam luz sobre diferentes perspectivas humanas, de forma que o diálogo empreendido com a intenção de compreender se mostra

---

⁴⁸ Nono parágrafo da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001.

enriquecedor para os interlocutores. Quem procura compreender uma bagagem cultural diferente da sua pouco a pouco se compreende melhor a si mesmo ao adquirir novas perspectivas, novos pontos de vista. (CORTINA, 2005, p. 146-147)

Cortina, ao estabelecer os elementos para que haja ética intercultural, quando do diálogo intercultural, cria “mandamentos” que não são novidades. Porém, ela conseguiu compilá-los em poucas palavras.

Assim, percebe-se que a autora não está a tratar de absorção de uma cultura dominante frente a outras. Ao contrário, o diálogo intercultural pressupõe a comunicação entre culturas, no sentido de todas as culturas se transformarem em algo melhor.

Mais adiante, Cortina esclarece que o respeito às diferenças culturais é essencial, independente de qual posicionamento se tem sobre aquelas manifestações culturais.

Realmente o respeito é essencial para o bom relacionamento entre os povos. É principalmente através dele que se pode esperar a cultura da paz.

No entanto, há que se discordar do posicionamento de Cortina quando a mesma dispõe que a identidade é algo que os sujeitos escolhem, pois há casos em que o indivíduo não tem opção de escolha. Ele apenas está submetido àquelas normas (culturais), como é o caso da submissão das mulheres em muitos países orientais. Mais uma vez, o diálogo intercultural pode ser uma forma destes indivíduos perceberem que existem outras maneiras de convivência, e, após longo período de reflexão, escolherem a melhor forma de se expressarem e receberem suas culturas.

Por fim, Cortina relembra algo importantíssimo que é a necessidade de relacionamento com o outro, para que haja a possibilidade de encontrar a si mesmo. O outro é a referência de si mesmo, pois é através do convívio, do parâmetro com outras culturas, que se descobre. Assim, o diálogo intercultural é um meio eficaz de o indivíduo se conhecer melhor e adquirir novas visões do mundo e de sua própria identidade.

3.3.4 A Experiência da Comunidade Européia no Programa de Promoção do Diálogo Intercultural Regional: 2008 como o ano do Diálogo intercultural

A diversidade cultural é um fenômeno inevitável e presente no mundo contemporâneo. Neste sentido, necessário se faz descobrir formas eficientes de convívio e respeito entre os mais variados povos.

A Comunidade Européia estabeleceu, através do artigo 151 do Tratado da União Européia, o respeito à diversidade cultural e o objetivo de incentivar a cooperação entre os Estados-membros da União Européia, para o respeito e promoção da cultura no âmbito da UE.

Acreditando que a comunicação é a base para uma sociedade multicultural que funciona adequadamente, através da tolerância e do diálogo respeitoso, nos níveis de nações, comunidades e indivíduos, o Parlamento e o Conselho Europeu instituíram, a partir da Decisão n. 1855/2006/EC, o ano de 2008 como o ano do diálogo intercultural.

Em 10 de maio de 2007 a Comissão Européia adotou a Comunicação para a agenda Européia para a cultura em um mundo globalizado. A agenda prevê três objetivos:

- promover diversidade cultural e diálogo intercultural na Europa;
- promover cultura como um catalisador para criatividade e inovação no contexto da estratégia Lisboa para emprego e crescimento;
- garantir que cultura torne a componente chave nas relações externas da União Européia tais como a construção de pontes com outras partes do mundo. (COMISSÃO EUROPEIA, 2007b, p. 11, tradução nossa)⁴⁹

O Diálogo intercultural tem como objetivo promover o diálogo, conhecimento e habilidades, permitindo a todas as pessoas que vivem na Comunidade Européia lidarem com a mais complexa sociedade. Assim, o diálogo intercultural é uma tentativa de integrar as diversas identidades culturais dos Estados-membros da União Européia, através do respeito à diversidade cultural, baseado em valores comuns. Desta forma, a UE procura promover a inclusão social, a integração e participação de todos os cidadãos no sentido de coesão social e

---

⁴⁹*On 10 May 2007 the European Commission adopted a Communication for a European agenda for culture in a globalizing world. The agenda foresees three objectives:*

- *to promote cultural diversity and intercultural dialogue in Europe;*
- *to promote culture as a catalyst for creativity and innovation in the context of the Lisbon strategy for Jobs and growth;*
- *to ensure that culture becomes a key component in the EU's external relations so as to build bridges with other parts of the world.*

paz entre os povos. Conforme Prodi ⁵⁰ (2005), [...] *o diálogo intercultural é significativamente ao menos o princípio onde todas as culturas usufruam igual dignidade e, por isto, é marcado pelo entendimento de que não importa a individualidade, todos têm direitos iguais.*

Mais uma vez, o diálogo intercultural é uma forma de reafirmar o lema da União Européia, que é “Unidos na diversidade”.

Diálogo intercultural pode ser usado como a ferramenta para ajudar a atingir algumas prioridades estratégicas da União Européia, incluindo:

- respeito e promoção da diversidade cultural na Europa, em um mundo onde a globalização é freqüentemente vista como uma força que promove homogeneidade;
- estabelecer cidadão europeu ativo baseado nos valores comuns da UE, tais como o compromisso para a solidariedade, justiça social e força de coesão;
- revigorar a estratégia de Lisboa, pela promoção cultural e criatividade como fonte para inovação para aumentar prosperidade;
- permitir Europa ter uma voz forte no mundo e estabelecer efetivos parceiros com países vizinhos, com o objetivo de apoiar mais desenvolvimento em direção a estabilidade e democracia.⁵¹ (COMISSÃO EUROPÉIA, 2007b, p. 8, tradução nossa)

Neste momento, a Comunidade Européia têm colocado o diálogo intercultural e a dimensão humana no centro dos novos projetos políticos para os anos 2007-2013. Como afirmou Prodi⁵² (2005, p.192), as prioridades políticas da União Européia para 2007-2013 almejam substanciais práticas no que diz respeito aos cidadãos europeus.

Assim, a Comunidade Européia desenvolveu uma maneira de implementar o diálogo intercultural em toda a Comunidade, criando uma série de programas, atingindo as mais variadas camadas da sociedade, para implementar o diálogo intercultural.

Inicialmente, a Comunidade Européia fez um levantamento das populações multinacionais existentes na comunidade. Descobriu-se (COMISSÃO EUROPÉIA, 2007b) que a população estimada da União Européia é de 495 milhões de habitantes, e que todos os

---

⁵⁰ Romano Prodi foi Presidente da Comissão Européia, no exercício de set. 1999 a nov. 2004. Quando Prodi discorreu sobre estas pronunciações ainda era Presidente da Comissão Européia, uma vez que a publicação destes anais ocorreu após Nov de 2004.

⁵¹*Intercultural dialogue may be used as a tool to help achieve several of the EU's strategic priorities, including:*
– *respecting and promotion cultural diversity in Europe, in a world where globalization is often seen as a force that promotes homogeneity;*
– *establishing active European citizenship based on common values of the EU, such as a commitment to solidarity, social justice and strengthening of cohesion;*
– *reinvigorating the Lisbon strategy, by promotion culture and creativity as sources of innovation to improve prosperity;*
– *allowing Europe to have a stronger voice in the world and establish effective partnerships with neighboring countries, with the aim of supporting further development towards stability and democracy.*

⁵²Quando Prodi discorreu sobre estas questões ainda era Presidente da Comissão Européia, uma vez que a publicação destes anais ocorreu após o fim de seu mandato.

Estados-membros da Comunidade são, de alguma forma, atingidos pela migração internacional, apesar de corresponderem a 6% da população da União Européia.

Estes dados demonstram a complexidade cultural da União Européia e, assim, a necessidade de se estabelecer uma forma de convivência pacífica entre tantas culturas.

Após o levantamento dos dados demográfico-culturais, a UE criou uma série de programas, atingindo as mais variadas camadas da sociedade, para implementar o diálogo intercultural.

O primeiro a ser citado neste trabalho é a parceria para educação e pesquisa influenciando o diálogo intercultural. Compreendendo que a educação é potencialmente a chave mestra para a promoção do diálogo intercultural, em vários níveis, tais como o aprendizado de línguas estrangeiras, da geografia, da história, da política, das artes e da literatura que envolvem outros Estados e não apenas do qual o estudante é nacional.

Assim, a intenção do programa é que a criança, desde cedo, possa ter contato com outras pessoas de culturas diferentes, além de ter os conteúdos acima mencionados como matérias a serem lecionadas pelos professores. Além, a UE mantém programas para a cooperação educacional, tais como o programa Sócrates⁵³, o programa Leonardo da Vinci;⁵⁴ o programa Erasmus Mundus;⁵⁵ o programa Tempus e o programa Lifelong Learning⁵⁶.

O segundo programa para a promoção do diálogo intercultural na UE e a parceria de trabalho, cobrindo forças laborais e setores da economia. Inicialmente, este programa tinha como finalidade introduzir a abertura do mercado europeu para trabalhadores migrantes e suas famílias, entendendo que a representatividade dos trabalhadores não-nacionais – principalmente nos empregos discriminados pelos europeus – reflete significativamente nas sociedades e políticas de mercado de trabalho européias, tendo assim conseqüências diretas no diálogo intercultural.

O terceiro programa aborda os fatores econômicos que influenciam o diálogo intercultural, com fundamento no fato de que o setor cultural cria produtos e serviços que gera um valor muito alto e influencia o mundo todo com a venda destes produtos, além de produzir uma série de políticas para o incentivo ao crescimento da indústria cultural como meio de levar às pessoas a interação entre as mais variadas culturas.

---

⁵³ Estabelece a interação entre universidades européias.

⁵⁴ Envolve instituições e empresas para desenvolver um treinamento vocacional na União Européia.

⁵⁵ Estabelece o intercâmbio entre os universitários europeus, e também estrangeiros.

⁵⁶ Engloba todos os programas europeus no campo do conhecimento para a vida inteira, no exercício de 2007 a 2013.

4 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO CULTURAL NOS ÂMBITOS REGIONAL E INTERNACIONAL

É fundamental o papel que as OI modernamente desempenham no quadro das relações internacionais, dada a interdependência crescente dos Estados e dos povos nos mais diversos domínios da atividade humana.

Praticamente, todas as matérias em que a cooperação se pode considerar necessária constituem atualmente objeto de OI específicas. (CAMPOS, 1999, p. 33)

À medida que o tempo passa mais visível é a influência crescente das Organizações Internacionais (OI) no curso da história contemporânea, influência esta derivada do mundo globalizado e da necessidade de os Estados se tornarem parceiros, sob pena do isolacionismo. Atualmente existem inúmeras OI que efetivamente proporcionam mudanças significativas nos seus Estados-membros ou no cenário internacional. Isto não é diferente quando se trata de cultura.

Muitas são as conceituações existentes sobre as OI. No entanto, a maioria delas se convergem para a conceituação que abrange as suas características obrigatórias, quais sejam, a constituição por Estados ou Organizações Internacionais que se forma através de um acordo internacional, que por sua vez, cria sua constituição e seus órgãos, possuindo personalidade própria.

Desta forma, Campos (1999), após analisar uma série de conceituações de Organizações Internacionais, definem-nas como:

Pela nossa parte, sem nos desviarmos muito destas noções, preferimos dizer que OI é uma associação de sujeitos de direito internacional constituída de caráter de permanência por um adequado ato jurídico internacional, com vista à realização de objetivos comuns aos seus membros, prosseguidos através de órgãos próprios, habilitados a exprimir, na conformidade das regras pertinentes do pacto constitutivo, a vontade própria – juridicamente distinta da dos seus membros – da especial pessoa jurídica que a OI é. (CAMPOS, 1999, p. 37)

Pode-se perceber que a noção de OI de CAMPOS (1999) traz uma série de características essenciais às OI.

Inicialmente, há que se dizer que a OI só existirá se houver um acordo internacional que a crie, através da associação voluntária de sujeitos de Direito Internacional – limitado aos Estados ou outras OI. Isto se justifica, segundo Daillier, porque:

A exigência de um acordo explica-se facilmente: os Estados querem ter a oportunidade de exprimir o seu consentimento ao aparecimento de uma pessoa jurídica cujo funcionamento terá sempre, mesmo que seja em graus variáveis, incidências sobre o conteúdo ou o exercício das suas próprias competências. (DAILLIER, 2003, p. 594)

Este acordo internacional que constitui uma OI será uma de suas principais ordens jurídicas, pois é através das regras instituídas no pacto constitutivo ou ato fundador que se cria o direito originário e fundamental da OI. (CAMPOS, 1999, p. 129)

Além do direito internacional particular, a OI conta, como ordem jurídica, com o direito internacional comum, que seriam as regras de direito internacional público, válidas para todas e quaisquer OI.

Ressalta-se que as OI não são constituídas apenas por Estados. Podem fazer parte de uma OI, outras OI, ou países que o Direito internacional recusa em aceitar plenitude de competências e prerrogativas reconhecidas aos Estados, como é o caso de Mônaco ou do Vaticano (CAMPOS, 1999).

Assim, conclui-se que a maioria das OI são constituídas por Estados, mas não se trata de todos os casos permitidos pelo Direito internacional e vislumbrados no cenário internacional.

Ainda no que diz respeito à forma de constituição das OI, haverá casos em que elas serão instituídas por decisão de uma OI pré-existentes, caso o acordo internacional que a constitui permitir tal criação (CAMPOS, 1999). Podem-se citar alguns exemplos de OI que foram constituídas através de resoluções de outras OI, tais como o Programa das Nações Unidas para o comércio e desenvolvimento – PNUD⁵⁷ –; e a Conferência das Nações Unidas para o comércio e o desenvolvimento – CNUCED⁵⁸ –, que foram criadas através de resoluções da Assembléia das Nações Unidas.

Apesar dos exemplos acima, a idéia de que uma OI possa ser criada por outra OI não é pacificada, pode-se entender que estes organismos citados não seriam novas OI, mas órgãos subsidiários das OI pré-existentes.

No intuito de sanar esta problemática, Campos (1999) propõe uma correção quanto à forma de constituição de OI, de acordo internacional, para [...] *ato jurídico internacional apropriado*. Assim, abrangeria os exemplos aqui citados, dos quais Campos está a favor.

Como segunda característica das OI, elas possuem personalidade jurídica própria. A Convenção de Viena sobre os direitos dos tratados entre Estados e Organizações

---

⁵⁷Instituído através da Resolução 2.029 da Assembléia-Geral da ONU.

⁵⁸Instituída através da Resolução 1.995 da Assembléia-Geral da ONU.

Internacionais ou entre Organizações Internacionais, assinada na Áustria, em 1986 determina expressamente a faculdade de as OI celebrarem tratados internacionais, estendendo este direito que antes era prerrogativa apenas dos Estados:

Convenção de Viena de 1986. Artigo 5º. Tratados constitutivos de Organizações Internacionais e Tratados adotados no âmbito de uma Organização Internacional.

A presente Convenção aplicar-se-á a todo o tratado entre um ou vários Estados ou entre uma ou várias organizações internacionais que seja instrumento constitutivo de uma organização internacional e a todo o tratado adotado no âmbito de uma organização internacional, sem prejuízo de qualquer regra pertinente da organização.

A partir da Convenção de Viena de 1986 fica clara a característica da personalidade internacional das OI.

Esta característica é essencial às OI, para que as mesmas possam atuar no cenário internacional como entidade distinta da personalidade dos seus Estados-membros, opondo-se aos seus constituintes, caso necessário:

A personalidade jurídica é essencial à OI para que no seu seio se forme e exprima uma vontade própria que lhe permita agir (quer em relação aos Estados-membros, quer em relação a terceiros Estados ou outras OI, quer mesmo em relação aos particulares que com ela entram em contrato) como uma entidade autônoma, juridicamente distinta dos Estados que a compõem. (CAMPOS, 1999, p. 42)

Conforme Rezek (2008, p. 250), a personalidade jurídica da OI está evidente, principalmente porque [...] *a competência da organização para celebrar tratados em seu próprio nome é, de todas, a mais expressiva como elemento indicativo da personalidade.*

De acordo com Campos (1999), apesar de a personalidade jurídica ser uma característica de todas as OI, elas não estão submetidas a regras uniformes. Desta forma, Campos (1999, P. 153) argumenta que [...] *a observação da realidade internacional, isto é, o estudo de cada OI, revela a amplitude das diferenças entre elas.*

Quanto à carta constitutiva, ela é um tratado internacional que define todas as normas da OI. É necessária porque nela se enunciam todas as características específicas da OI; instituem-se os objetivos, finalidades, competências e poderes, dentre outras determinações:

Tais tratados, entre outras coisas, enunciam normalmente os grandes objetivos, finalidades ou missões da OI; definem as competências ou poderes que a OI pode exercer para alcançar tais objetivos; instituem os órgãos competentes para formar e exprimir a vontade da OI, para a representar e para agir em seu nome; regulam as condições de seus Estados-membros e, por vezes, de exclusão daqueles que deixem

de preencher os requisitos de permanência na organização; estabelecem o sistema de financiamento das atividades da Organização, fixando a contribuição de cada Estado-membro – salvo se a OI for dotada de recursos próprios, o que só excepcionalmente acontece; regulam em suma, com maior ou menor pormenor, os mais relevantes aspectos da vida interna e do estatuto internacional da OI internacional. (CAMPOS, 1999, p. 58)

Nota-se que os dispositivos constantes na carta constitutiva da OI terão primazia sobre quaisquer outros compromissos internacionais dos Estados-membros:

A carta constitutiva da OI tende a prevalecer sobre outros compromissos internacionais dos Estados aderentes – e a aceitação dessa primazia justifica-se pela necessidade de evitar a incompatibilidade de obrigações internacionais que poderiam pôr em causa o princípio da igualdade dos Estados participantes na OI, na medida em que algum, para poder satisfazer os compromissos assumidos noutra quadro jurídico, fosse levado a invocar um estatuto de exceção que lhe permita recusar esta ou aquela regra da Carta Constitutiva da OI de que é membro de pleno direito. (CAMPOS, 1999, p. 60).

As palavras de Campos (1999) demonstram que o maior fundamento para que a carta constitutiva de uma OI tenha primazia perante os demais compromissos firmados pelos Estados-membros desta se faz apoiado no Princípio da Igualdade, no qual todos os Estados-partes da OI deverão cumprir e zelar pelos dispositivos ali obrigados, na mesma proporção. Caso contrário, os Estados-partes poderiam se escusar de alguma obrigatoriedade, justificando outra norma internacional por ele ratificada.

Ainda, a carta constitutiva de uma OI deve constar o estabelecimento de seus órgãos, de acordo com a pretensão de seus signatários. Dois órgãos são indispensáveis para a estrutura de uma OI, quais sejam, a Assembleia-Geral e a Secretaria:

Dois órgãos, pelo menos, têm parecido indispensáveis na estrutura de toda a organização internacional, independentemente de seu alcance e finalidade: uma *assembleia geral* – onde todos os Estados-membros tenham voz e voto, em condições igualitárias, e que configure o centro de uma possível competência “legislativa” da entidade – e uma *secretaria* –, órgão de administração, de funcionamento permanente, integrado por servidores neutros em relação à política dos Estados-membros – particularmente à de seus próprios Estados patriais. (DAILLIER, 2003, p. 250)

Daillier (2003) demonstra que as OI possuem, fundamentalmente, estes dois órgãos. O primeiro por reunir todos os membros e ali, democraticamente decidir questões importantes para a OI e seus membros. O segundo, por que é a Secretaria quem coordena todos os trabalhos da OI.

Por fim, importante se faz ressaltar os poderes de uma organização internacional. Estes são fixados por seu ato constitutivo, visando atender às suas finalidades.

De acordo com Mello (2001), alguns são similares aos poderes inerentes aos Estados, tais como a faculdade de concluir tratados; de enviar e receber representantes diplomáticos; de organizar seu funcionamento interno; promover conferências internacionais; participar de quaisquer conferências internacionais; apresentar reclamações internacionais; ser depositário de tratados; participar de arbitragem internacional; operar navos e aeronaves com sua bandeira e registrados nela; e ter privilégios e imunidades.

No que diz respeito aos privilégios e imunidades concedidas às OI em face do Estado territorial, estes são indispensáveis para o livre exercício das atividades que se comprometem.

Estas imunidades são Imunidade de jurisdição; Inviolabilidade dos locais ligados à OI; Proteção dos bens e haveres da Organização; Garantia de livre comunicação com o exterior; Liberdade de detenção de moeda, sob qualquer forma, sem sujeição a regulamentação cambial e imunidades fiscais.

Além dos privilégios e imunidades elencados, o ato constitutivo da OI poderá reconhecer outros que forem necessários.

Percebe-se que as OI possuem muitos poderes, inclusive alguns comuns aos Estados, mas ela também possui responsabilidade internacional. Conforme as palavras de Mello (2001, p. 580), [...] *não se pode admitir a existência de sujeitos de direito sem deveres, cuja violação acarreta a responsabilidade internacional*. Nestes casos, poderá a responsabilidade internacional das OI repercutir nos seus Estados-membros.

Estes poderes e prerrogativas deverão ser contemplados no *acordo de sede*, assinado juntamente com o (os) Estado-hospedeiro. Para Campos (CAMPOS, 1999, p. 170), [...] *este texto precisa, em particular, a extensão do direito de regulamentação e controle, por parte da própria OI, no perímetro das suas instalações, isto é, na área que por vezes é designada por “distrito administrativo”*.

A OI pode se representar em outros Estados além do seu lugar de sede. Isto faz com que estes direitos sejam estendidos:

A organização não goza de privilégios apenas no seu lugar de sede. Ela tem o direito de fazer-se representar tanto no território de Estados-membros quanto no de Estados estranhos ao seu quadro, mas que com ela pretendam relacionar-se desse modo. (REZEK, 2008, p. 255)

Assim, a OI possui direito de representação, além de seu local de sede. Isto significa dizer que a OI pode se fazer representar no território de seus Estados-membros, ou no Estado terceiro que com ela pretenda se relacionar, tendo ali seus direitos principiologicos resguardados.

Desta forma, pode-se perceber que as OI possuem características específicas que as fazem ter representatividade e importância no cenário internacional. Assim sendo, as OI se constituem de essencial ferramenta para a integração e cooperação pacífica dos Estados, nas mais variadas áreas.

Para este estudo, importante citar algumas OI – que tratam de cultura – e possuem um papel fundamental nos âmbitos internacional e/ou regional para a preservação e promoção da cultura.

4.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO

A criação da (ONU) e posteriormente da UNESCO foram iniciativas relevantes que passaram a ter, desde então, papel fundamental nas iniciativas internacionais orientadas para a paz e o desenvolvimento das nações.

A UNESCO tem como pressuposto a tutela, através da colaboração entre as nações, das questões pertinentes à Educação, Ciência e Cultura.

Desta forma, a UNESCO é instituição especializada da ONU para a Educação, Ciência e Cultura, que surgiu em 1946, com intuito de manter a paz e o desenvolvimento das nações.

De acordo com Seitenfus, houve tentativas de se criar um organismo internacional relacionado à educação em 1913 e posteriormente em 1919, mas que não prosperaram:

A primeira tentativa de se criar uma estrutura internacional dedicada às questões educacionais foi feita, em 1913, pelo governo da Holanda. A guerra, no entanto, impediu sua concretização. Após, 1919, criou-se, no âmbito da Liga das Nações, uma Comissão de Cooperação Intelectual e, em 1942, foi redigido um projeto de estatuto para a cooperação intelectual e científica. (SEITENFUS, 2000, p. 174)

A gênese da UNESCO ocorre em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, quando os governos dos países europeus que enfrentam a Alemanha nazista e seus aliados se reuniram na Inglaterra para a Conferência de Ministros Aliados de Educação (CMAE). Os países se perguntavam sobre a maneira com a qual iriam reconstruir os sistemas educativos, uma vez restabelecida a paz. Este projeto cresceu e adquiriu uma dimensão universal.

Com fundamentos na proposta da CMAE, celebrou-se em Londres, em 1945, uma Conferência das Nações Unidas para o estabelecimento de uma organização educativa e cultural (ECO/CONF). A partir daí surge, em 1946, a UNESCO, com o intuito de construir uma cultura de paz, estabelecendo a *solidariedade intelectual e moral da humanidade* e, desta maneira, impedindo que ocorressem novos conflitos mundiais, e até uma nova guerra mundial. Os artigos 7º e 10 do ato constitutivo da UNESCO prevêm o estabelecimento de ligações desta com a ONU. Assim, em 14 de dezembro de 1946, através de um acordo internacional, a ONU reconheceu à UNESCO a qualidade de “*instituição especializada*” das Nações Unidas, sendo explicitados num acordo os laços particulares que passariam a existir entre elas. (CAMPOS, 1999, p. 429)

Em seu artigo 1º, a Convenção que cria a UNESCO define seus objetivos como sendo:

Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, artigo 1º. O propósito da Organização é contribuir para a paz e para a segurança, promovendo colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura, para fortalecer o respeito universal pela justiça, pelo estado de direito, e pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, que são afirmados para os povos do mundo pela Carta das Nações Unidas, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião.

Para Seitenfus, as ações principais da UNESCO se resumem ao desenvolvimento de educação; debates sobre ciência; e atividades concernentes à preservação de propriedades, materiais e imateriais de valor histórico-cultural.

As ações básicas da UNESCO buscam eliminar o analfabetismo, desenvolver o ensino básico e melhorar os manuais escolares. No plano científico, a UNESCO organiza colóquios, publica livros e revistas e tenta estar presente nos debates sobre os rumos da ciência. Finalmente, desde 1960, a UNESCO trabalha na preservação e restauração de sítios de valor cultural e histórico. (SEITENFUS, 2000, p. 175)

Na verdade, a UNESCO possui muito mais atividades e encargos do que os citados. No que diz respeito à cultura, a UNESCO possui um papel fundamental, uma vez que se esta instituição se interage nas mais diversas culturas, estabelece parcerias em âmbito mundial, e nas diversas esferas das sociedades nacionais, além de mobilizar as forças locais, nacionais, regionais e mundiais na direção de decisões políticas que ensejem a atualização histórica das diversas regiões e povos, no que diz respeito ao avanço nos direitos fundamentais da pessoa humana. Desta forma, são devidas as palavras de Campos (1999, p. 429), quando dispõe que a UNESCO possui um campo tão grande de atuação que o seu objeto deixa de ser especial:

Embora qualificada como “instituição especializada”, a UNESCO tem um campo de atividade tão vasto que o seu objeto está longe de ser especial. Intervém em tantos domínios. De forma tão incisiva ou difusa, procurando exprimir no seu seio tantas preocupações comuns aos Estados e aos povos, que um seu Diretor-Geral se julgou habilitado a afirmar que ela era a “consciência do mundo”. (CAMPOS, 1999, p. 429)

Apesar de a UNESCO ter sido constituída em um momento de bipolarização mundial, e depois considerada preponderantemente ocidental, com a hegemonia dos EUA, no pós-guerra, esta instituição tem cada vez mais se tornado multicultural, o que é de extrema importância para a consolidação dos preceitos culturais compostos de sua Constituição. Conforme Evangelista, [...] *este constitui apenas um aspecto da mudança da composição política e sociocultural da UNESCO – uma instituição que, buscando a universalidade, vai, daí em diante, tornando-se cada vez mais multicultural e multiétnica e cada vez menos bipolarizada, com a descolonização.* (EVANGELISTA, 1999, p. 43). Neste diapasão, demonstra-se a importância da ONU, e também da UNESCO na reconstrução mundial pós-guerra.

Mais uma vez está demonstrada a sua característica de pensar universalmente, na tentativa global de levar a todos os cidadãos, de todos os países, melhores condições de desenvolvimento.

O ato constitutivo da UNESCO prevê dois tipos de membros desta instituição: os Estados-membros originários, que são aqueles Estados que participaram da criação da UNESCO;⁵⁹ e os Membros associados. Dentre os membros associados, admite-se o ingresso de territórios (através de um estatuto particular) que *não assumem eles próprios a responsabilidade pela condução das suas relações externas.* (CAMPOS, 1999, p. 434).

---

⁵⁹O estatuto assinado pelos Estados que admitidos após a constituição da UNESCO possui o mesmo conteúdo que o dos Estados-membros originários, de tal forma que não há nenhuma distinção de direitos e deveres entre eles.

A estrutura geral da UNESCO, como da maioria das OI, é composta por uma Conferência Geral, Conselho Executivo e Secretariado, sendo que os dois primeiros são órgãos de representação dos Estados.

A Conferência Geral da UNESCO é o órgão plenário da organização, composto de delegados de Estados-membros, no qual cada membro possui um único voto, assegurando-se assim o respeito ao Princípio da igualdade dos Estados.

Conforme Campos (1999, p. 435), dentre suas muitas funções estão as de definir e orientar a atividade da organização e aprovar os programas de ação que ao Conselho Executivo cumpre apresentar-lhe.

O Conselho Executivo da UNESCO é composto por 51 membros, em mandato de 4 anos não renováveis, eleitos pela Conferência-geral dentre os delegados dos Estados-membros, sendo, obrigatoriamente, de nacionalidades distintas. De acordo com Campos, [...] *os membros do conselho são eleitos tendo em conta, por um lado, a sua competência específica e, por outro, “a diversidade das culturas e uma representação geográfica equitativa”*.⁶⁰ (CAMPOS, 1999, p. 437)

Por último, o Secretariado, que é um órgão de caráter técnico-burocrático, no qual seus funcionários, que gozam dos benefícios de funcionários internacionais, são de nacionalidades inúmeras, provenientes das nacionalidades dos Estados-membros da UNESCO.

O Chefe do Secretariado é o Diretor-geral, que será o responsável pelo funcionamento e ação das atuações da UNESCO.

4.2 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – OEI

4.2.1 A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI

---

⁶⁰Esta diversidade cultural e representação geográfica equitativa foi sistematizada em 5 grupos de Estados; Grupo I – Europa Ocidental; Estados Unidos, Canadá e Israel; Grupo II – Leste Europeu; Grupo III – América Latina e Caraíbas; Grupo IV – Ásia e Pacífico; Grupo V – África e Estados Árabes. (CAMPOS, 1999, p. 438).

A Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, apesar de ser pouco conhecida, é uma organização internacional antiga, pois sua gênese surgiu em 1949 e sua institucionalização como Organização intergovernamental em 1954:

A OEI nasceu em 1949 sob a denominação de Escritório de Educação Ibero-americana e com o caráter de agência internacional como consequência do I Congresso Ibero-americano de Educação celebrado em Madri. Em 1954, no II Congresso Ibero-americano de Educação que decorreu em Quito, decidiu-se transformar a OEI em organismo intergovernamental, integrado por Estados soberanos e, com tal caráter, foi constituída no dia 15 de março de 1957 no III Congresso Ibero-americano de Educação celebrado em Santo Domingo, e foi lá onde se subscreveram os primeiros Estatutos da OEI, vigentes até 1985.⁶¹

Ela é uma organização internacional, com sede em Madri, onde os Estados ibero-americanos se comprometem a cooperar entre si nos campos da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, através da integração regional e cooperação para o desenvolvimento destes eixos.

O Estatuto da OEI estabelece, em seu artigo 2º, os fins gerais e específicos da Organização. Dentre suas finalidades ressalta-se a proposta da Organização em [...] *fortalecer o conhecimento, a compreensão mútua, a integração, a solidariedade e a paz entre os povos ibero-americanos através da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura* (artigo 2º, inciso I, a) do Estatuto da OEI).

Além deste propósito, o de [...] *cooperação horizontal entre os Estados-membros e destes com os Estados e instituições de outras regiões* (artigo 2º, inciso I, g) do Estatuto da OEI).

Estes propósitos discriminados são importantes porque demonstram a preocupação da OEI na cooperação internacional e regional, o que vai ao encontro da grande finalidade mundial para se viver num mundo pacífico e igualitário, que é a cooperação entre os povos.

Ainda no que diz respeito às finalidades gerais da OEI, é importante citar o artigo 2º, inciso I, alínea i do seu Estatuto, que propõe contribuir para a difusão das línguas oficiais dos países ibero-americanos: o espanhol e o português:

Estatuto da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, artigo 2º, inciso I, alínea i. Contribuir à difusão das línguas espanhola e portuguesa e ao

---

⁶¹ Disponível em <http://www.oei.org.br/oei_02.php> Acesso em nov. 08.

aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de seu ensino, assim como a sua conservação e preservação nas minorias culturais residentes em outros países. Promover, ao mesmo tempo, a educação bilíngüe para preservar a identidade cultural dos povos da Ibero-América, expressa no plurilinguismo de sua cultura.

Apesar de a proposta ser muito persistente, inclusive porque a difusão das línguas oficiais dos países ibero-americanos propiciará uma maior integração regional – que é uma das finalidades da OEI –, ela encontra-se totalmente distante da realidade. A realidade que se demonstra na maioria dos países ibero-americanos é a de países em desenvolvimento, com um alto índice de pobreza e analfabetismo. Ora, uma educação bilíngüe será algo louvável e deve estar dentre os propósitos, tanto para a integração regional quanto para a preservação das identidades culturais, mas lembrando que atualmente se demonstra utópico.

Com relação aos fins específicos da OEI, é importante que se ressaltem as finalidades de fomentar o intercâmbio de pessoas (artigo 2º, inciso II, alínea l, do Estatuto da OEI); de apoiar a investigação científica e tecnológica (artigo 2º, inciso II, alínea m, do Estatuto da OEI); estimular a criação intelectual e artística (artigo 2º, inciso II, alínea n, do Estatuto da OEI) e difundir as raízes históricas e culturais da Comunidade Ibero-americana, tanto dentro como fora dela (artigo 2º, inciso II, alínea o, do Estatuto da OEI).

Sua estrutura geral, como a maioria das OI é composta de Assembléia-geral, que é o órgão deliberativo por excelência, Conselho Diretivo e Secretaria geral.

O Conselho Diretivo, de acordo com o artigo 9 do Estatuto da OEI, tem a função de dirigir a Organização, ligada aos Ministros da Educação dos Estados–Membros da OEI:

Estatuto da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, artigo 9. O Conselho Diretivo é o órgão de governo e de administração da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e estará integrado pelos Ministros do ramo da Educação dos Estados-Membros ou por seus Representantes.

A Secretaria geral, conforme descreve o artigo 12 da OEI, tem a função técnico-administrativa de organizar e executar os trabalhos desenvolvidos pela Organização:

Estatuto da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, artigo 12. A Secretaria geral será eleita pela Assembléia-Geral para a Educação, a Ciência e a Cultura e terá a direção executiva da Organização e ostentará sua representação nas relações com os Governos ibero-americanos, com outros Governos, com as Organizações Internacionais e as entidades associadas.

No que diz respeito à cultura, a OEI estabeleceu, em 2005, através da Carta Cultural Ibero-americana, fundamentos e diretrizes para que se possa concretizar o objetivo de desenvolvimento da cooperação cultural no espaço iberoamericano.

Em seu preâmbulo, a Carta Cultural Ibero-americana reconhece a cultura ibero-americana como sendo *universal, diversa e plural* e, ainda que a grande riqueza da cultura ibero-americana seja a [...] *riqueza lingüística, é uma de suas manifestações mais significativas*.

O preâmbulo da Carta afirma que a cultura só será protegida em um ambiente onde as manifestações culturais sejam compreendidas como direitos fundamentais e, assim, sua fundamentação seja na proteção dos direitos humanos.

Ainda, o preâmbulo da Carta declara a intenção dos Estados ibero-americanos em consolidar um espaço cultural ibero-americano, não obstante os institutos de proteção dos direitos e das expressões culturais dispostos pela UNESCO e, em especial, pela Declaração da Diversidade Cultural de 2001.

4.2.2 A OEI como elemento dificultador da integração cultural americana

Apesar de pouco divulgada, no que diz respeito ao âmbito ibero-americano, a OEI possui um papel importante para a cooperação regional, uma vez que esta é uma organização intergovernamental, que possui muitas políticas culturais no sentido da cooperação regional, para a diversidade e equidade dos povos ibero-americanos.

A OEI é composta de Estados ibero-americanos. Assim sendo, os países norte-americanos – Canadá, o Caribe e os EUA – não são membros desta Organização.

Desta forma, a OEI, apesar de todos os seus méritos, possui uma limitação que, indubitavelmente, separa as “Américas”, ignorando os conflitos e preconceitos existentes entre estes povos, pois não proporciona uma completa integração cultural no continente americano.

Necessário se faz uma organização que tenha como pressuposto romper a barreira de preconceitos entre os norte-americanos e os sul-americanos. Isto traria uma maior integração

entre os países do continente americano e um sentimento de pertença a este continente. Propicia, assim, uma integração cultural americana, o que não é projeto da OEI.

5 A ORGANIZAÇÃO AMERICANA PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – OACULT

5.1 A identidade cultural americana: da colonização para a cooperação

A trajetória histórica do continente latino-americano, desde o seu descobrimento, em 1492, foi sempre marcada pela dominação e opressão das culturas colonizadas, tidas como atrasadas em relação ao europeu conquistador. (MEDEIROS, 2007, p. 96)

Conforme expõe Magalhães, há um grande equívoco em dizer que houve descoberta de territórios no continente americano. Ao contrário do que tradicionalmente se diz estas regiões – tal como o Brasil – não foram descobertas, mas invadidas.

A invasão ao continente americano, pelos europeus, consiste, na verdade, em uma grande ofensiva militar, uma ação opressora contra as populações indígenas, consideradas pelo europeu como selvagens e pagãs, necessitando, portanto, de controle.

Desde a chegada de Colombo, até 500 anos após, o continente assistiu a um desmanche de grandes impérios, como o Asteca ou o Inca, de nações indígenas de menor porte na sua totalidade, como o caso das tribos insulares do Caribe, e dos costumes locais de muitas outras nações que, se não desapareceram completamente, perderam suas identidades.

Isto ocorreu devido à imposição, pelos colonizadores, de um novo conceito que é cruzado constantemente com o mundo pré-hispânico. Os grupos humanos, que normalmente são assinalados por uma tradição cultural e principalmente por uma língua comum – fundamental para o surgimento de qualquer identidade –, estavam fora de cogitação na América dos séculos XV e XVI, mas dentro do projeto de fusão das duas culturas.

Pode-se verificar assim que, desde a invasão ao continente americano, este vem sofrendo com a opressão das culturas colonizadas, em detrimento de suas tradições e hábitos culturais, conforme explicita Medeiros (2007, p. 96), [...] *a trajetória histórica do continente latino-americano, desde o seu descobrimento, em 1492, foi sempre marcada pela dominação e opressão das culturas colonizadas, tidas como atrasadas em relação ao europeu conquistador.*

Dussel argumenta que o descobrimento da América foi uma forma de colonização, onde a Europa colonizadora “encobriu” a cultura e a identidade dos povos colonizados, de uma maneira violenta e sufocante:

O ano de 1492, segundo nossa tese central, é a data do “nascimento” da Modernidade, embora sua gestação – como o feto – leve um tempo de crescimento intra-uterino. A modernidade originou-se nas cidades européias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas “nasceu” quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre. De maneira que 1492 será o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “encobrimento” do não-europeu. (DUSSEL, 1993, p. 8)

Como exemplo desta colonização perversa, pode-se citar o caso brasileiro, onde houve a imposição de padrões dos povos colonizadores:

O direito, no Brasil colonial, sofreu a mesma sorte da cultura em geral. Assim, “o direito como a cultura brasileira, em seu conjunto, não foi obra da evolução gradual e milenária de uma experiência grupal, como ocorre com o direito dos povos antigos, tais o grego, o assírio, o germânico, o celta e o eslavo. A condição de colonizados fez com que tudo surgisse de forma imposta e não construída no dia-a-dia das relações sociais, no embate sadio e construtivo das posições e pensamentos divergentes, enfim, do jogo de forças entre os diversos segmentos formadores do conjunto social. (CRISTIANI, 2005, p. 296-297)

Desde os primeiros momentos da invasão, vai se formando, através da miscigenação, um novo grupo racial formado pelos mestiços. A mestiçagem foi fundamental para o processo de formação da nova identidade, pois facilitou o encontro dos diferentes povos que chegaram às terras do novo mundo.

Desta forma, conclui-se que a nova organização social vai se conformando, sendo, num primeiro momento, liderada por uma classe dominante formada pelos espanhóis e pelos filhos de espanhóis e índios. Os primeiros serão os responsáveis pelos principais postos na pirâmide social da colônia, mas em pouco tempo pode-se notar uma certa tensão entre índios e espanhóis, devido ao sentimento de superioridade destes frente aos já nascidos na América. Assim, percebe-se que a identidade americana foi um produto mais de uma imposição autoritária que fruto de um consenso geral.

A partir de um salto histórico, nota-se que uma identidade nacional na América Latina só viria a aparecer no século XIX, no período das independências sul-americanas, diante da necessidade de se diferenciar do modelo instaurado à força pela nação dominante européia e ante a constante ameaça por parte de potências como Estados Unidos ou França – que através de seus ideais comprometiam a consolidação de um modelo próprio de identidade para as jovens nações centro e sul-americanas.

Conforme argumenta Carneiro (2007, p. 61), [...] *no século XIX, vários líderes dos processos de independência dos Estados sul-americanos deixavam claro o seu apoio a um projeto de estreitamento das relações entre os Estados latinos e destacavam a importância de buscar ideais comuns, ressaltando a existência de uma identidade americana.* Neste contexto, importante se faz relatar dois projetos de integração pan-americanista, quais sejam, o monroísmo e o bolivarismo.

O Monroísmo representou a visão norte-americana do pan-americanismo, através da expressão “A América para os Americanos”, onde Monroe (1823) argumentava sobre a idéia de não intervenção dos europeus nos assuntos americanos.

Por isto, este foi um modelo que pressupunha uma América unificada. De acordo com Carneiro (2007, p. 61), *o próprio termo “pan-americanismo”, que surgiu nos Estados Unidos, tem sua origem vinculada ao monroísmo.*

O bolivarismo representa a visão pan-americanista Simon Bolívar. Bolívar, venezuelano, participou ativamente da independência da Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador, insistindo na necessidade de integração dos países da América do Sul, em detrimento das possíveis ofensivas da Espanha, através de uma Confederação constituída pelos Estados da América do Sul.

No entanto, Bolívar também tentou uma integração americana, convidando todos os países da América a instituir uma confederação. Dessa idéia originou-se o Congresso do Panamá, de 1826, que é considerado a primeira manifestação institucional do pan-americanismo.

As primeiras idéias tomadas neste congresso foram: a aprovação de um Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua entre os Estados hispano-americanos, a criação de uma força militar para defesa comum do hemisfério, adoção da arbitragem na solução de controvérsias entre os Estados americanos, o compromisso de preservação da paz no continente e abolição da escravidão. (CARNEIRO, 2007, p. 62)

Estas propostas de integração fracassaram, pois o Brasil, ainda colônia, não apoiou as idéias de Bolívar, além de os EUA terem estado muito resistentes à integração, devido aos interesses ingleses.

Ainda sem a participação do Brasil e dos EUA, outras conferências foram realizadas para fomentar a integração americana diante das intromissões dos países colonizadores. Foi assim que ocorreram a Conferência de Lima, de 1847, e a Conferência de 1864, – na qual se firmou o compromisso de organizar uma confederação antiintervenções externas.

O processo de independência dos Estados latino-americanos pode não ter resultado no pan-americanismo idealista de Bolívar, em uma confederação coesa e consistente, integrada no âmbito militar, econômico e cultural. Mas não se pode negar que o processo de formação ideológico de uma identidade latino-americana passa pelo processo de descolonização e pelos ideais de Bolívar. (CARNEIRO, 2007, p. 65)

O que se percebe é que a história da América Latina contribui, de alguma forma, para a tentativa atual de integração destes povos:

Se historicamente foi impossível conter a fúria do invasor de 1500, talvez hoje a lembrança desse etnocídio contribua para a integração da América Latina em nome de seus atuais habitantes, em favor dos desfavorecidos, dos sem-direitos, das minorias oprimidas, dos excluídos do mercado hegemônico nocivo, enfim, dos vitimados por toda e qualquer forma de opressão. (CARNEIRO, 2007, p. 151)

Ribeiro (1995) aponta um dos traços característicos do plano lingüístico-cultural dos povos latino-americanos. Aqui se percebe que, no que diz respeito à característica lingüística os povos latino-americanos, em relação aos norte-americanos, são pouco homogêneos, principalmente devido ao seu passado de processo civilizatório-colonizador, no qual foi pouco respeitada a cultura lingüística local e imposta uma nova a do colonizador:

No plano lingüístico-cultural nós, os latino-americanos, constituímos uma categoria quicá tão pouco homogênea como o mundo neo-britânico dos povos que falam predominantemente o inglês. Isto pode parecer insuficiente para os que falam da América Latina como uma entidade concreta, uniforme e atuante, negando que dentro desta categoria estão incluídos, entre outros, os brasileiros, os argentinos, os mexicanos, os haitianos e a intromissão francesa do Canadá, devido a sua uniformidade essencial de neolatinos. É decidir, povos tão diferenciados uns dos outros como os norte-americanos o são dos australianos e dos *africaneer*, por exemplo. A simples enumeração mostra a amplitude das categorias e sua escassa utilidade. (RIBEIRO, 1995, p. 103) ⁶²

---

⁶²*En el plano lingüístico-cultural nosotros, los latinoamericanos, constituímos una categoría quizás tan poco homogênea como el mundo neo británico de los pueblos que hablan predominantemente el inglés. Esto puede*

Por outro lado, há também traços homogêneos na cultura latino-americana, principalmente com relação ao seu desenvolvimento socioeconômico, ainda resultado da colonização:

A América Latina (...) possui, atualmente, como resultado direto e indireto da dominação européia e dos múltiplos crimes cometidos em nome da obtenção desmedida de lucros (não exclusivamente por portugueses e espanhóis), enormes problemas socioeconômicos e políticos, não obstante seu imenso potencial em recursos naturais e humanos. Em diversos níveis, o que aproxima tais nações é, além da língua e dos traços históricos culturais em comum, a *profunda desigualdade social*, o *atraso econômico* e a *instabilidade política*, fatores determinados, historicamente. (MEDEIROS, 2007, p. 144)

Além dos traços homogêneos explicitados – oriundos de fatores históricos –, percebe-se que a cultura dos povos da América Latina se diferencia da dos Estados norte-americanos, pois estes tiveram uma colonização diferente, mas ainda assim, há traços comuns no continente americano, o que facilita uma possível integração regional:

Há uma contigüidade geográfica, a cultura é semelhante, a América Latina foi colonizada pela Península Ibérica. Pode-se observar que a própria colonização inglesa nos EUA não é tão diversa da do resto da América. É suficiente lembrar que os valores são de um certo modo comuns, vez que os colonizadores do continente americano são todos países cristãos, capitalistas e da Europa Ocidental. (MELLO, 1995, p. 201-202)

Nota-se que, no caso dos antecedentes históricos dos EUA e Canadá, estes se diferem do passado histórico da América Latina. Além, o continente americano nunca esteve completamente unido, nem mesmo possui uma identidade própria.

O que se pode verificar é que os países colonizadores da América Latina – que impunham normas de condutas, língua e valores, alterando ou até mesmo exterminando culturas locais, atualmente –, através da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), estão se cooperando com os Estados antes colonizados. Através da OEI, os países ibero-

---

parecer insuficiente para los que hablan de América Latina como una entidad concreta, uniforme y actuante, olvidándose de que dentro de esta categoría están incluidos, entre otros, los brasileños, los argentinos, los mexicanos, los haitianos y la intrusión francesa del Canadá, debido a su uniformidad esencial de neolatinos. Es decir, pueblos tan diferenciados unos de los otros como los norteamericanos lo son de los australianos y de los africaner, por ejemplo. La simple enumeración muestra la amplitud de las categorías y su escasa utilidad.

americanos têm protegido e promovido as culturas de seus Estados, através da cooperação internacional.

No entanto, a OEI não tem como pressuposto a tentativa de integrar os povos americanos, e diminuir a preconceituosa distância que há entre estes.

Na verdade não há um sentimento de identidade americana no continente americano. Ele é dividido entre seus povos do norte e do sul (incluindo o centro), sem que exista um sentimento de pertença, de identidade, de integração destes. Ao contrário, há um enorme preconceito entre os nacionais destes países, onde os EUA utilizam a denominação de “americanos” apenas para si, como se os demais povos do continente não o fossem, e assim, não pudessem utilizar a mesma nomenclatura.

Há que se criar mecanismos que possam unir estes povos, integrar suas culturas, e trazer uma união sólida para o continente o que propiciará o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao continente.

A OEA pode ser o grande trunfo para que isto ocorra, pois através dela pode-se criar um Organismo intragovernamental, especializado da OEA, responsável pela proteção e promoção da cultura no continente americano.

Como já existem vários organismos internacionais especializados da OEA, tais como *Comissão interamericana de mulheres; Instituto Interamericano da criança; Instituto Interamericano da cooperação para a Agricultura; Instituto Panamericano de Geografia e História; Instituto Indigenista Interamericano; Organização americana de saúde;* criar-se-á um Organismo para a proteção e promoção das culturas americanas, favorecendo uma integração entre Estados.

Sabe-se que já existe uma Comissão da OEA para tratar dos assuntos pertinentes à cultura. Ocorre que o Organismo internacional, utilizando-se das características inerentes às OI, terá plena autonomia de suas ações. Isto fará com que ele possa ser firme em suas iniciativas, com vistas ao alcance de seus objetivos.

5.2 A Organização dos Estados Americanos

A União Americana tem sua origem na União Internacional das Repúblicas Americanas e, a partir desta, evoluiu gradualmente até culminar na formação da Organização dos Estados Americanos. (CARNEIRO, 2007, p. 65).

A OEA foi instituída a partir da IX Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Bogotá, em 1948. A partir daí surge a Carta de Bogotá, entrando em vigor em 1951. Em 1967, na Conferência Interamericana Extraordinária, foi aprovada a reforma da Carta da OEA, que entrou em vigor em 1970.

A OEA é uma organização internacional, de alcance regional e âmbito político, com objetivo, dentre outros, de favorecer a integração entre os países americanos, apesar de ter sido pouco eficiente neste sentido.

De acordo com Mello (2001), os objetivos da OEA podem ser resumidos em dois: assegurar a paz no continente e promover o bem-estar social.

No Conselho da OEA – com sede em Washington – estão representados todos os Estados-membros da Organização. [...] *Ele trata dos assuntos que lhe são encaminhados pela Reunião de Consulta e pela Conferência. Atua provisoriamente como órgão de consulta em caso de ataque armado a um Estado americano.* (MELLO, 2001, p. 724).

A OEA possui várias Comissões. Dentre elas, deve-se citar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁶³, criada em 1959, constituindo-se, atualmente, um essencial mecanismo de proteção dos direitos humanos, seja pelas matérias discutidas, seja pelo seu papel de receptor e intermediador de denúncias contra os direitos humanos no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Importante ressaltar, também, a Comissão Interamericana de Cultura (CIC), que foi instituída como Comissão do Conselho de Desenvolvimento Integral (CIDI), através da Sessão plenária do CIDI, de 10 de junho de 2003:

RECONHECENDO que a cultura é interdisciplinar por natureza e se relaciona com praticamente todas as esferas de empreendimento humano, incluindo uma série de diversos aspectos sociais, econômicos e políticos,
RESOLVE:

(...)

2. Criar a Comissão Interamericana de Cultura (CIC) como uma comissão do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI), com a finalidade de coordenar a implementação do diálogo ministerial interamericano em matéria de cultura, dar seguimento aos mandatos das Cúpulas das Américas e aos acordos

---

⁶³A comissão é composta de sete membros, trabalhando em tempo parcial, de forma autônoma e desvinculada de governos, eleitos pela Assembléia Geral da OEA, exigindo-se que sejam pessoas de moral idônea e de reconhecida competência no trato de questões relacionadas aos direitos humanos. Possuem mandatos de quatro anos. A ela cabe velar pela observância, por parte dos Estados-membros da OEA, sejam ou não partes da Convenção, dos Direitos Humanos (art. 112 da Convenção). (SILVA, 2003, p. 150)

adotados nas reuniões setoriais, e servir como foro para a cooperação interamericana no setor cultural.⁶⁴

A CIC é um órgão técnico-político de discussão dos assuntos relacionados à cultura, que tem como principal finalidade coordenar a implementação do diálogo interamericano em matéria de cultura. Suas funções encontram-se descritas em seu Regulamento, aprovado em 2003, pelos Estados-membros da OEA.

Ocorre que a CIC é uma comissão submetida ao CIDI e, por isto, com finalidades e atuações limitadas, e sem autonomia para definições de ações e políticas relacionadas à cultura.

Se a CIC fosse um Organismo intergovernamental, sua atuação poderia ser muito mais direta e eficaz quanto à proteção e promoção dos direitos culturais.

E isto não seria uma grande inovação, uma vez que a OEA já possui alguns organismos internacionais que tratam de matérias igualmente importantes e de extrema necessidade de proteção, neste trabalho já citadas.

Assim, podia se utilizar do exemplo da própria OEA, na instituição de organismos internacionais, e se criar um Organismo internacional para a proteção, promoção e integração das culturas americanas.

5.3 Justificativa para a criação da OACULT

O regionalismo, como já vimos (Capítulo VII), se manifestou no Direito Internacional que possui poucas normas realmente universais. Ele é o resultado de uma comunhão de interesses, de contigüidade geográfica e de cultura semelhante. Para atender a tais interesses é que surgiram as Organizações Internacionais de âmbito regional. Elas visam atender os problemas que são próprios destas regiões. (MELLO, 2001, p. 695)

---

⁶⁴AG/RES. 1912 (XXXIII-O/03) – REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE CULTURA NO ÂMBITO DO CIDI E CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE CULTURA (Resolução aprovada na quarta sessão plenária, realizada em 10 de junho de 2003) In: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/ag03/agres1912.html>>

O mundo atual demonstra-se multipolar, mas se organizando em torno de grandes blocos regionais. Este regionalismo tem sido um caminho encontrado pelas nações para enfrentar os aspectos negativos e positivos da globalização, aspirando um mundo mais justo e equilibrado. Por isto, hoje se multiplicam movimentos e iniciativas de cooperação entre as nações, visando a integração progressiva de suas economias, políticas e culturas, demonstrando que a integração se transformou em um imperativo para a sobrevivência no mundo globalizado, competitivo e feroz.

Neste contexto, os direitos culturais americanos, sua história e seus antecedentes – de uma forma geral – ainda são muito pouco discutidos. Não há uma educação, nem um costume em se falar sobre eles, em respeitá-los, conhecer a história cultural dos povos americanos, no sentido regional e também nas suas especificidades locais, favorecendo o porquê de se manifestarem, em alguns momentos, de uma forma diferente.

Como exemplo, pode-se utilizar a história da América Latina, que ao longo dos anos vêm enfrentando dificuldades em formatar uma identidade latino-americana, desvinculada da de seus colonizadores:

Ao longo da história da América Latina têm-se plantado dois grandes problemas extremamente relacionados entre si: o da identidade e, a partir dela, o de sua integração em relação distinta à que o tem sido imposto pelos colonizadores desde 1942. Esta dupla preocupação antecedeu os movimentos de emancipação política da região ao início do século XIX. Preocupação que adquiriu maior força ao lograr a emancipação. Quem somos? E, a partir desta resposta, o que têm em comum os homens e povos que formam a região?⁶⁵ (ZEA, 1995a, p. 7, tradução nossa)

Na verdade, tem-se uma história pronta, uma cultura muitas vezes imposta, e um esquecimento das raízes latino-americanas – às vezes por conveniência de povos de outras regiões.

Desta forma, necessário se faz uma organização regional para que se crie nos povos panamericanos o costume em se preocupar com os direitos culturais regionais, em sua dimensão de direitos humanos. Será um Organismo intergovernamental regional (no âmbito americano) de discussão dos direitos culturais, em conjunto com o sistema global – UNESCO

---

⁶⁵*A lo largo de la historia de la América Latina se han planteado dos grandes problemas estrechamente relacionados entre si: el de la identidad y, a partir de ella, el de su integración en relación distinta a la que le han venido imponiendo los colonizadores desde 1942. Esta doble preocupación antecedió a los movimientos de emancipación política de la región al inicio del siglo XIX. Preocupación que adquirió mayor fuerza al lograrse la emancipación. ¿Qué somos? y a partir de la respuesta, ¿qué tenemos de común los hombres y pueblos que forman la región?*

– para que a negativa identidade americana (caracterizadora do continente), que se reflete em uma série de violações aos direitos humanos, possa ser minorizada.

Não obstante o objeto de estudo e reflexão deste trabalho dizer respeito à cultura, propõe-se uma Organização que tenha o foco também na Educação e na Ciência. Isto se dá porque estes são temas completamente interligados, que se comunicam e se auxiliam mutuamente. As políticas para a proteção e promoção da cultura ou, ainda, os programas para a integração no continente, se estagnariam se os povos não tiverem o mínimo de educação e acesso à ciência. A Carta da OEA, em seu artigo 52, demonstra a inevitável ligação entre a educação, a ciência e a cultura:

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 52. Os Estados-membros, dentro do respeito devido à personalidade de cada um deles, convêm em promover o intercâmbio cultural como meio eficaz para consolidar a compreensão interamericana e reconhecem que os programas de integração regional devem ser fortalecidos mediante estreita vinculação nos setores da educação, da ciência e da cultura.

A UNESCO e a OEI, que são organizações intergovernamentais que tratam da cultura – nos âmbitos global e regional, respectivamente –, também agrupam em suas competências, as áreas da educação, ciência e cultura.

A UNESCO determina, no artigo 1º de sua constituição, que a educação, a ciência e a cultura são os pilares para o fortalecimento do respeito à justiça, do Estado de direito, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, contribuindo para a paz e a segurança mundial.

Ademais, a educação é o principal meio para se buscar a conscientização da cultura americana, propiciando uma integração americana. Como Freire expõe:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos. (FREIRE, 2007, p. 99-100) (grifo nosso)

Wanderley Junior argumenta a favor da educação e de políticas públicas que amenize a marginalização dos menos favorecidos:

As elites históricas de um país forjado pela submissão das pessoas comuns ao sistema “coronelistas” e “fisiologistas” da desigualdade social tentam impedir que este povo oprimido e marginalizado tenha acesso às formas mais básicas do conhecimento, sucateando a educação e promovendo políticas, que, longe de cumprir os objetivos constitucionais do Estado brasileiro (art. 3º da Constituição da República), aumentam as disparidades e marginalizam ainda mais os menos favorecidos. (WANDERLEY JUNIOR, 2003, p. 16)

Mas é necessária uma organização que incentive a integração regional e promova o diálogo intercultural entre os povos da América. O intercâmbio cultural favorece maior integração entre os países americanos, possibilitando, através de percursos histórico-culturais e manifestações culturais contemporâneas, um maior conhecimento das raízes e atualidades dos povos vizinhos.

O artigo 43, da Carta da OEA, além de corroborar esta idéia, também dispõe que as instituições econômicas e financeiras deverão apoiar as instituições e programas de integração regional:

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 43. Com o objetivo de acelerar a integração em todos os seus aspectos, os Estados-membros comprometem-se a dar a adequada prioridade à elaboração e execução de projetos multinacionais e seu financiamento, bem como a estimular as instituições econômicas e financeiras do Sistema Interamericano a que continuem dando seu mais amplo apoio às instituições e aos programas de integração regional.

Assim, percebe-se que há, no sistema interamericano, condições favoráveis para a criação da OACULT.

Na verdade, a discussão mundial, e em massa, sobre a necessidade do respeito aos direitos culturais poderá criar o hábito de se questionar a repulsa às atitudes “anticulturais”, e ainda criar formas de se evitar a lesão a estes direitos. No âmbito regional, estes debates se tornam ainda mais importantes, pois podem evitar preconceitos, desgastes, conflitos, e até guerras. Sendo assim, os investimentos que proporcionam uma integração americana são um meio de se criar um ambiente de paz e união no continente.

Não se está aqui menosprezando os outros fatores que propiciam conflitos internacionais, tais como dinheiro ou territórios, mas a levantar um dos grandes fatores de conflitos entre os povos: a falta de conhecimento e de respeito às culturas alheias. Se este puder ser evitado, haveria mais harmonia entre as nações.

A proposta que aqui se faz é de uma Organização Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura, como uma organização regional, especializada da Organização dos

Estados Americanos. Isto significa dizer que poderão ser membro da OACULT, todos os Estados americanos que o queiram fazer, através da ratificação do ato constitutivo da mesma.

É claro que seus Estados-membros possuem evidentes desnivelamentos socioeconômicos e culturais, e, conseqüentemente, relações necessariamente desiguais, que precisam ser compensadas para assegurar democracia e cidadania a todos os povos de igual forma.

No entanto, muitos dos desnivelamentos poderão ser compensados com medidas da própria OACULT. Ademais, este não pode ser um empecilho para a constituição da Organização, que virá para auxiliar também neste aspecto.

Assim, propõe-se a criação de uma organização, de caráter intergovernamental, na qual só Estados americanos podem ser membros. Esta organização poderá exercer, de forma livre, as atividades dispostas no seu ato constitutivo que seus signatários propuserem, não sendo subordinada a nenhum outro órgão. Isto se justifica pelo fato de que os assuntos a serem tratados pela Organização são tão importantes que não deveriam estar vinculados (ou submissos) a nenhum outro órgão.

A Mondiacult, em seu artigo 49, já determinava a necessidade de se estimular a cooperação, principalmente em países em desenvolvimento – o que é o caso da grande maioria dos Estados-membros da OEA –, no intuito de que a comunicação com outras culturas possa assegurar a estes povos uma maior bagagem cultural e, assim, um enriquecimento de suas vidas:

Mondiacult, artigo 49. Há que se estimular, em particular, a cooperação entre países em desenvolvimento, de sorte que o conhecimento de outras culturas e de outras experiências de desenvolvimento enriqueçam a vida dos mesmos.⁶⁶

Percebe-se, então, a necessidade de cooperação entre os países, principalmente aqueles em desenvolvimento, para que o contato com outras culturas possa enriquecer suas vidas. E a OACULT, como órgão especializado da OEA, será um organismo capaz de consolidar as pretensões da Mondiacult, especificamente, aquelas de seu artigo 49.

A maioria dos Estados-membros da OEA ratificaram a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida por Pacto de São José da Costa Rica, de 1969⁶⁷. A Convenção Americana não enuncia, expressamente, qualquer direito cultural, mas os mesmos foram consagrados pelo Protocolo de San Salvador, de 1999.

---

⁶⁶*Mondiacult, artigo 49. Ha de estimularse, en particular, la cooperación entre países de desarrollo, de suerte que el conocimiento de otras culturas y de otras experiencias de desarrollo enriquezcan la vida de los mismos.*

⁶⁷O Brasil é membro da OEA, tendo ratificado a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1992.

Os Estados-membros da OACULT, pelo fato de também serem Estados-membros da OEA, estão obrigados (exceto aqueles que não ratificaram o Pacto de San Jose de Costa Rica) à Convenção Americana de Direitos Humanos, o que também justifica a criação de uma Organização americana para a promoção e proteção dos direitos culturais no âmbito do continente americano, especializada da OEA.

Além do artigo 49 da Mondiacult, a própria Carta da OEA, em seu artigo 2, estabelece os seus propósitos fundamentais, sendo que o inciso f) determina [...] *promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.*

Ainda, o capítulo III, da Carta da OEA, que dispõe sobre os princípios, determina, em seu artigo 3, inciso m):

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 3, m).

Os Estados Americanos reafirmam os seguintes princípios:

(...)

m) A unidade espiritual do continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana. (g.n.)

Percebe-se que, dentre os seus princípios, está a vigência dos direitos fundamentais da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo; a unidade espiritual da América baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos.⁶⁸

A OACULT será uma grande aliada da CIDH, pois a parceria eventualmente existente entre estes dois órgãos irá auxiliar a CIDH na proteção e promoção dos direitos culturais, que são parte integrante dos direitos humanos.

Esta Organização Americana teria a árdua tarefa de, contra o fluxo da universalização de culturas pela globalização, acender a chama da identidade americana, através da integração total dos Estados americanos.

Mas não se pretende, aqui, incentivar uma proliferação de uma cultura contra outros povos ou propiciar ambiente para instigar a aversão a outras culturas não-americanas, nem mesmo uma homogeneização de culturas no continente americano.

É necessário que as culturas se interajam, conversem, discutam idéias no âmbito regional, e não há nada melhor do que uma Organização independente que promova tais incentivos.

---

⁶⁸ Objetivos da Carta da OEA, dispostos em seu artigo 3.

5.4 A competência internacional para direitos culturais da UNESCO e a OACULT: do plano global ao regional

Ao se pensar na criação de uma Organização internacional especializada em Educação, Ciência e Cultura, sempre se está a lembrar que existe a UNESCO, que é um organismo internacional – especializado da ONU - que trata, dentre outros temas, dos direitos culturais. A partir daí, pergunta-se qual seria a finalidade de se ter uma Organização regional, já que existe um organismo intergovernamental que tão bem cuida, dentre outros, dos direitos culturais.

Inicialmente, há que se lembrar que a UNESCO é uma organização internacional que possui alcance universal e difuso. Desta forma, ela, apesar de muito auxiliar os Estados-membros nos projetos regionais, não possui um foco específico.

Heyns e Viljoen corroboram com esta idéia ao descreverem as vantagens do sistema regional de proteção dos direitos humanos:

Enquanto o sistema global de proteção dos direitos humanos geralmente sofre com a ausência de uma capacidade sancionatória que têm os sistemas nacionais, os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos apresentam vantagens comparativamente ao sistema ONU: podem refletir com maior autenticidade as peculiaridades e os valores históricos de povos de uma determinada região, resultando em uma aceitação mais espontânea e, devido à aproximação geográficos Estados envolvidos, os sistemas regionais têm a potencialidade de exercer fortes pressões em face de Estados vizinhos, em casos de violações. (...) Um efetivo sistema regional pode conseqüentemente complementar o sistema global de diversas formas. (HEYNS e VIJOEN, 1993, p. 423, *apud* PIOVESAN, 2008, p. 238)

Com a consolidação dos sistemas regionais, fixam-se também as normatizações advindas do sistema global. Em última instância, a partir do momento que se cria uma Organização Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura, estar-se-á consolidando os instrumentos internacionais de proteção dos direitos culturais. Além disto vai auxiliar a UNESCO a avançar na proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Assim, através de uma organização regional, estar-se-ia exercitando a integração entre estes povos, num trabalho mais efetivo do que em todo o sistema internacional. Isto ocorre primeiro porque no sistema regional americano há um menor número de países, o que facilita

os entendimentos e as soluções de conflitos; segundo porque no âmbito do sistema americano de proteção dos direitos humanos tem-se uma maior identificação entre os povos, o que propicia ações mais específicas e eficazes.

Percebe-se, então, que a OACULT não estaria confrontando competência com nenhum outro instituto, ao contrário, ela estaria, em âmbito regional, complementando e auxiliando a UNESCO, que possui jurisdição internacional.

O propósito de se constituir uma organização especializada em direitos culturais, apesar da existência de um organismo internacional especializado, é o fortalecimento da proteção a estes direitos e a promoção dos direitos culturais no âmbito regional, de forma a difundi-los.

5.5 Os fundamentos da OACULT

Os fundamentos da Organização Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura, obrigatoriamente, passam pelas normas de direito internacional. Assim, os princípios internacionais que estabelecem as regras para as OI deverão por ela ser respeitados.

A Carta da OEA, em seu artigo 3, alínea a), alerta, dentre os seus princípios que [...] *o direito internacional é a norma de conduta dos Estados em suas relações recíprocas.*

Por isto, esta organização deverá ter uma personalidade jurídico-internacional própria, independente da de seus membros, o que possibilita à Organização atuar no cenário internacional de forma autônoma e independente, realizando os fins a que se prestará, sem dever serviços ou favores a nenhum instituto ou ente internacional. Esta autonomia está prevista na Carta da OEA, em seu artigo 126, quando determina que há autonomia técnica do Organismo especializado, levando em conta as recomendações da Assembléia-Geral e dos Conselhos da OEA.

O que se propõe é um organismo especializado da OEA que cuidará dos assuntos pertinentes à cultura, a exemplo de vários outros organismos especializados da OEA.⁶⁹ A

---

⁶⁹ Conforme já descritos neste trabalho, os Organismos Intergovernamentais especializados da OEA são: Comissão interamericana de mulheres; Instituto Interamericano da criança; Instituto Interamericano da

OACULT também seria um organismo especializado, com personalidade internacional reconhecida por seus signatários, e sede distinta à da OEA. Além, seus membros poderão ser distintos aos da OEA e sua estrutura administrativa e atividades serão independentes e autônomas.

O artigo 124, da Carta da OEA, dispõe sobre a constituição de organismos especializados, desde que tratem de matérias de interesse para os Estados americanos:

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 124. Consideram-se como Organismos Especializados Interamericanos, para os efeitos desta Carta, os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, que tenham determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos.

Sua estrutura será formada, inicialmente, pelos órgãos comuns aos organismos especializados, conforme o direito internacional: A Assembléia Geral; o Conselho e a Secretaria.

Além da OACULT se pautar pelas normas internacionais para fundamentar a sua existência, a mesma deverá reiterar as normas dispostas pela Carta da OEA, em especial, seus propósitos e princípios, elencados nos capítulos I e II da referida Carta.

Dentre estes princípios, importante ressaltar o princípio disposto no capítulo III, alíneas l) e m) da Carta da OEA que reafirmam os direitos fundamentais da pessoa humana e o respeito à personalidade cultural dos países americanos:

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 3. Os Estados americanos reafirmam os seguintes princípios:
l) Os Estados americanos proclamam os direitos fundamentais da pessoa humana, sem fazer distinção de raça, nacionalidade, credo ou sexo;
m) A unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana. (grifo nosso)

O artigo 47, da Carta da OEA, estabelece a necessidade de se favorecer a educação, a ciência e a cultura, tendo como pilares a democracia, a justiça social e o progresso, e como foco a pessoa humana:

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 47. Os Estados-membros darão primordial importância, dentro dos seus planos de

---

cooperação para a Agricultura; Instituto Pan-americano de Geografia e História; Instituto Indigenista Interamericano; Organização americana de saúde;

desenvolvimento, ao estímulo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura, orientadas no sentido do melhoramento integral da pessoa humana e como fundamento da democracia, da justiça social e do progresso.

Estes também deverão ser os pilares da OACULT. Na verdade, a OACULT deverá ser a organização intergovernamental especializada da OEA que irá realizar os princípios e objetivos sobre educação, ciência e cultura, dispostos na Carta da OEA e aliados à UNESCO.

Neste sentido, Piovesan faz um importante paralelo sobre os sistemas global e regional de proteção dos direitos humanos, que muito bem abrange a Organização regional de direitos culturais:

As duas sistemáticas podem ser conciliadas em uma base funcional: o conteúdo normativo de ambos os instrumentos internacionais, tanto o global como o regional, deve ser similar em princípios e valores, refletindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é proclamada como um código comum a ser alcançado por todos os povos e todas as Nações. O instrumento global deve ter um parâmetro normativo mínimo, enquanto que o instrumento regional deve ir além, adicionando novos direitos, aperfeiçoando outros, levando em consideração as diferenças peculiares em uma mesma região ou entre uma região e outra. O que inicialmente parecia ser uma séria dicotomia – o sistema global e o sistema regional de direitos humanos – tem sido solucionado satisfatoriamente em uma base funcional. (PIOVESAN, 2008, p. 241)

A OACULT possuirá um papel fundamental, uma vez que esta instituição irá interagir nas diversas culturas americanas, estabelecendo parcerias em âmbito regional, e nas diversas esferas das sociedades nacionais, no sentido de decisões políticas que ensejem a atualização histórica das diversas regiões e povos.

Ainda, a Carta da OEA, em seu artigo 129, determina as relações de cooperação entre o organismo da OEA, e seus correlatos do sistema internacional, sem que os mesmos não percam sua identidade e seus posicionamentos:

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 129. Os Organismos especializados devem estabelecer relações de cooperação com os organismos mundiais do mesmo caráter, a fim de coordenar suas atividades. Ao entrarem em acordo com os organismos internacionais de caráter mundial, os Organismos especializados Interamericanos devem manter a sua identidade e posição como parte integrante da Organização dos Estados Americanos, mesmo quando desempenhem funções regionais dos organismos internacionais.

Desta forma, a OACULT corrobora com os dispositivos da Carta da OEA e dos propósitos dos Estados americanos. Deste modo, sua criação contribuirá para o crescimento da OEA, para a consolidação de seus propósitos e para o resgate das identidades dos povos

americanos, favorecendo o sentimento de pertença ao continente e a conscientização de uma identificação americana, em graus distintos, entre os povos que a constituem.

A Organização americana para a Educação, a Ciência e a Cultura terá como seus fundamentos os princípios do direito internacional e as normas dispostas pela Carta da OEA, e através destes fundamentos poderá ser um grande marco na história do sistema americano de proteção dos direitos humanos e, em especial, dos direitos culturais.

5.6 Os objetivos da OACULT

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, artigo 48. Os Estados-membros cooperarão entre si, a fim de atender às suas necessidades no tocante à educação, promover a pesquisa científica e impulsionar o progresso tecnológico para seu desenvolvimento integral. Considerar-se-ão individual e solidariamente comprometidos a preservar e enriquecer o patrimônio cultural dos povos americanos.

Para que a OACULT possa existir, necessário se faz, inicialmente, uma reunião entre os países da América que se interessem pela iniciativa e, a partir daí, a ratificação destes Estados num Tratado internacional que reafirme o interesse dos Estados-membros, entre os objetivos voltados para a cultura, em favorecer a integração regional e resgatar a identidade americana, preservando as culturas locais e promovendo estas culturas e seus respectivos direitos no âmbito do continente americano. Para tanto, estes objetivos deverão estar baseados na manutenção da paz e segurança regional.

Ainda, propõe-se uma Declaração Americana de Direitos Culturais, na qual se definiriam todos os direitos culturais a serem respeitados, baseando-se nas declarações e nos tratados internacionais já existentes e que tratam da matéria. Dentre eles, há que se ter como referência a Mondiacult, que, além de definir políticas públicas voltadas para a cultura, define o que deve ser considerado como cultura.

Pelo exposto, a OACULT teria a finalidade precípua de, contra o fluxo da homogeneização de culturas, preservar as identidades dos povos americanos.

Para tanto, as unidades políticas locais serão um grande trunfo nesta empreitada. Através da manifestação de culturas locais, no âmbito regional, que poderá haver a difusão de culturas e o surgimento de um sistema de diversidade cultural, que revelará elementos

específicos de cada cultura, e encontro e reconhecimento de suas identidades muitas vezes esquecidas.

Sendo assim, propõem-se, de forma elencativa, os principais objetivos da OACULT:

- **Resgatar as identidades americanas, preservando as culturas locais e promovendo estas culturas e seus respectivos direitos no âmbito do continente americano.**

Corroborando com o que foi explicitado anteriormente, há que se ter o resgate da identidade americana, por meio de um olhar para o passado histórico dos Estados americanos. Ainda, uma divulgação destas culturas, favorecendo um sentimento de pertença no continente americano. Não importa o quão diferente os povos americanos possam ser, mas que todos possam conviver harmoniosamente, fortificando o regionalismo americano.

Este objetivo da OACULT encontra-se fundamentado no preâmbulo da Carta da OEA, que dispõe que [...] *convencidos de que a missão histórica da América é oferecer ao Homem uma terra de liberdade e um ambiente favorável ao desenvolvimento de sua personalidade e à realização de suas justas aspirações.*

O artigo 3, alínea m), da Carta da OEA, estabelece que [...] *a unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana.*

Desta forma, percebe-se que para que o objetivo de resgate das identidades americanas possa ser concretizado, necessário se faz o respeito mútuo às individualidades culturais de cada povo americano.

- **Diminuir o preconceito entre o eixo norte/sul do continente americano**

Carta da ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Preâmbulo, parágrafo 4. Certos de que o verdadeiro sentido da solidariedade americana e da boa vizinhança não pode ser outro senão o de consolidar neste Continente, dentro do quadro das instituições democráticas, um regime de liberdade individual e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do Homem.

Atualmente, um dos grandes conflitos entre os povos americanos é a relação entre os povos do eixo norte/sul da América. Os “norte-americanos” possuem diferenças desde sua origem histórica até as relações econômicas em parâmetro com os países do centro e do sul, facilitando uma rixa entre estes povos e dificultando a integração americana.

Reduzir o preconceito entre os povos americanos, principalmente no eixo norte-sul, será um dos objetivos da OACULT, com concretização para longo prazo, que deverá ter início com políticas públicas que demonstrem que é possível conviver “irmãmente” com os demais povos da América. Isto terá grandes impactos econômicos e assim poderá haver dificuldades de implementação, haja vista que alguns povos são vistos como mão-de-obra barata em subempregos em países vizinhos.

Sabe-se que este é um objetivo audacioso, pois haverá muitas resistências, mas este objetivo trará excelentes resultados a longo prazo.

• Favorecer o diálogo intercultural panamericano, de tal forma que as identidades culturais americanas, futuramente, possam ser parte do patrimônio cultural do continente americano, através da promoção das indústrias culturais da região.

O diálogo intercultural é atualmente a melhor maneira de se protegerem e promoverem as identidades culturais de uma forma pacífica e respeitosa. Através dele podem-se descobrir identidades vizinhas antes ignoradas, favorecendo um melhor convívio entre as regiões do continente americano.

Através deste diálogo, pode-se diminuir o preconceito entre os povos da América, favorecendo a integração americana, e possibilitando o resgate de uma ou várias identidades americanas, que poderão, após se tornar evidente, ser parte do patrimônio cultural americano. A incorporação pelo patrimônio cultural americano favorece, ainda mais, a sua promoção e proteção.

Assim, a identidade cultural americana quando estiver consolidada no continente, sendo amplamente promovida e respeitada, realizará esforços conjuntos, através da OACULT, para promover os produtos culturais americanos nos mercados regional e internacional.

• Favorecer políticas públicas que garantam a equidade entre os povos americanos e favoreçam ambientes onde perdure o respeito à individualidade cultural

Os objetivos aqui propostos na verdade se intercomunicam. As políticas públicas serão parte fundamental para que ocorra o diálogo intercultural, diminua o preconceito entre os povos da América (em especial o eixo norte-sul); e, assim, exista uma efetiva integração no continente Americano.

Para tanto, as políticas públicas são essenciais, uma vez que elas darão efetividade aos projetos da OACULT, e serão o instrumento para que estas idéias sejam difundidas e cheguem adequadamente às pequenas localidades, sendo disseminadas para projetos locais.

Através da manifestação de pequenas regiões é que manifestações culturais terão repercussão regional, sendo conhecidas e respeitadas em todo o continente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura é inerente ao ser humano que vive em comunidade e por isto os institutos internacionais de proteção dos direitos humanos precisam se interagir, exigindo o respeito e a proteção dos direitos culturais, em benefício dos indivíduos.

A cultura, ao longo deste trabalho, foi compreendida, em sua dimensão de direitos humanos, por meio da definição, que surgiu na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – Mondiacult – de 1982, quando a definiu como sendo [...] *o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de se viver junto, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.*

No entanto, para que se chegasse a defini-la como expressão dos direitos humanos, uma longa caminhada ocorreu. O marco histórico do fim da Segunda Guerra Mundial, devido às atrocidades cometidas durante e pela Guerra, assinalaram e alertaram a sociedade internacional de que se deveria preocupar com as raças e suas especificidades.

Com a criação da ONU, em 1945, esses direitos transcendem o âmbito constitucional e passam a pertencer ao âmbito internacional, ganhando caráter global. E, por isto, os direitos humanos – e assim os direitos culturais – ganham caráter mundial, pois se desenvolvem internacionalmente, principalmente através das declarações.

Em 1948, a DUDH surge com o intuito de trazer uma nova ordem mundial, fundada no respeito à dignidade humana, ao consagrar valores básicos universais. Dentre tantos direitos consagrados, em seus artigos 22 a 28, a DUDH introduz de forma inédita, os direitos sociais, econômicos e culturais, como direitos humanos a serem respeitados pelos Estados. No entanto, ela não tem força normativa.

Desta forma, surgiram, o Pacto de Direitos Civis e Políticos e o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, este que impôs aos Estados-Partes a obrigação de implementação, progressiva, dos direitos nele reconhecidos.

A partir daí, a cultura e, ao longo dos tempos, os direitos culturais, vieram tomando o lugar de importância do cenário nacional-local para o cenário internacional-global.

Na atualidade, a globalização invariavelmente gera mudanças políticas, econômicas e também culturais. As mudanças culturais ocorrem através de várias manifestações, dentre elas, dos acordos internacionais ratificados pelos Estados. Na verdade, a globalização é

frequentemente vista como uma força que promove a homogeneidade de atitudes, valores e hábitos.

Em meio a tantas adversidades internacionais vislumbradas contra a Sociedade Internacional, a proteção e a promoção da cultura se tornam essenciais para a manutenção da paz. Corroborando desta idéia, a UNESCO reitera que a proteção aos direitos culturais se torna essencial para o convívio pacífico dos povos.

A cultura, na atualidade, deve ser vista como algo dinâmico, marcada por traços complexos de variações intersubjetivas de identidades e práticas culturais. Esta situação vivida pela Sociedade Internacional através da globalização dificilmente mudará. Esta é uma tendência mundial inevitável. Sendo assim, cabe à Sociedade Internacional encontrar meios de amenizar os impactos da globalização.

Conforme o artigo 54 da Mondiacult, o fundamento de todos os princípios e direitos para a preservação, proteção e promoção da cultura e dos direitos culturais está no respeito alheio, como o meio eficaz para a paz mundial.

Percebe-se a necessidade de focar o olhar para o respeito aos direitos culturais e para a aplicação de formas de relacionamento entre os vários povos, como uma necessidade para se conviver em um mundo globalizado, cada vez menor, mais condensado, no qual sem o respeito à cultura de paz, pode se autopulverizar.

O diálogo intercultural pode ser visto como uma forma de conter os impactos da globalização que são prejudiciais à preservação das culturas, uma vez que ele incentiva parâmetros internacionais mínimos para a proteção dos direitos culturais, entre os mais variados povos, tais como tolerância, democracia, respeito à diversidade e ao pluralismo. Estes parâmetros deveriam ser adotados por todos os Estados de tal forma que pudessem vislumbrar a possibilidade de uma sociedade – nos âmbitos internacionais, nacionais e individuais – na qual os povos de diferentes culturas pudessem se relacionar de forma respeitosa e tolerante.

O diálogo intercultural também proporciona um maior conhecimento e divulgação de culturas locais minoritárias; sem ele, as culturas poderiam deixar de existir.

Logo, ele é considerado uma genuína alternativa para proporcionar a todos os povos uma possibilidade de “humanização” da globalização, através do convívio pacífico e do respeito à diversidade cultural.

Para tanto, deve-se reconhecer a cultura como um direito social básico, condição para o pleno exercício democrático; não pode, portanto, ter lugar apenas nos órgãos afins e nos

seus “templos”.⁷⁰ Importante se faz levar a cultura para regiões provincianas e organizações não-governamentais, em geral. Isto pode ocorrer através do fortalecimento de políticas públicas nos blocos regionais, principalmente no que diz respeito aos Estados pertencentes à OEA.

É por isto que se propõe uma Organização Americana para a Educação, a Ciência e a Cultura, que terá como principal finalidade proporcionar a integração cultural americana, através da discussão, promoção e proteção dos Direitos Culturais no âmbito da OEA. Como a educação e a ciência são peças fundamentais para a construção da cultura, assim como no Organismo global que trata dos direitos Culturais – a UNESCO – e no Organismo no âmbito ibero-americano – OEI –, a OACULT será a organização que possibilitará a integração americana.

A partir do momento que se cria uma Organização americana para a proteção e promoção dos direitos culturais, estar-se-á consolidando os instrumentos internacionais de proteção dos direitos culturais, além de auxiliar a UNESCO em seus propósitos.

É sabido que existem muitas diferenças entre as culturas no continente americano, fruto, principalmente, de um colonialismo plural. Ao longo dos anos, desde a invasão pelos europeus em vários países americanos, e atualmente através desta universalização de culturas ocasionada pela globalização, percebe-se cada vez mais um fenômeno de hibridização de culturas, perda de identidade e, por fim, homogeneização cultural.

A Organização americana para a educação, a ciência e a cultura teria a difícil tarefa de, contra o fluxo da universalização de culturas pela globalização, acender a chama das identidades americanas, através da integração do continente americano. É a promoção da integração regional, através do conhecimento de sua história, desde os casos mais particulares, até aqueles de repercussão internacional. É reviver e conviver com a língua, os costumes, os modos de viver de cada cultura americana, com base no respeito às diversidades, ou seja, sem o pressuposto de uma “homogeneização de culturas”, nem mesmo de uma “xenofobia a culturas não-americanas”.

A OACULT exercerá suas funções, em consonância com os direitos estabelecidos pela UNESCO, favorecendo uma parceria entre estas duas Organizações Internacionais, fortalecendo a proteção a estes direitos culturais, e promovendo, de forma a difundir, os direitos culturais no âmbito regional.

---

⁷⁰ Entende-se por templos de culturas os teatros, museus, e os demais espaços de manifestação da cultura local, regional ou global.

Suas fontes de financiamento poderão ser compostas, principalmente pelas contribuições dos Estados-membros da Organização, além de uma vasta campanha de conscientização e promoção da Organização no âmbito de seus Estados-membros, no intuito de trazer capital privado – de sociedades empresárias que, voluntariamente, queiram contribuir para esta causa. É claro que programas de incentivos, tais como incentivos fiscais, poderão auxiliar na adesão destas sociedades. Esta proposta está fundamentada no seu artigo 11, da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, que dispõe sobre a importância de uma parceria entre os setores público, privado e a sociedade civil.

O investimento de pessoas jurídicas de direito privado se tornam importantes porque, de alguma forma, está se envolvendo a comunidade interna dos Estados-membros e, assim, promovendo, indiretamente, os objetivos da Organização.

Desta forma, a OACULT se tornará um grande marco no sistema interamericano de direitos humanos, estabelecendo a proteção dos direitos culturais e possibilitando aos povos americanos uma maior integração através de programas que incentivem o diálogo intercultural. Será um novo momento no âmbito regional quando os Estados americanos poderão resgatar suas histórias e culturas e estabelecer uma relação pacífica e duradoura com os demais Estados americanos.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando, SILVA, G. E. do Nascimento e. **Manual de direito internacional público**. 15 ed. Ed.rev. e atual. por Paulo Borba Casella. São Paulo: Saraiva, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, John Manuel (coords). **Raízes da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1996.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira; MONTEIRO, John Manuel (Coords.). **Confronto de culturas: conquista, resistência, transformação**. São Paulo: Edusp, 1997.

BERTI, Giorgio. **Manuale di interpretazione costituzionale**. 3 ed. Padova: Cedam, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIAGINI, Hugo E. **Fines de siglo, fin de milênio**. Buenos Aires: Alianza, 1996.

BOLÍVAR, Simon. **Escritos políticos**. Tradução de Jacques Mario Brand, Josely Vianna Baptista. Campinas: Unicamp, 2002.

BORCHARDT, Klaus-Dieter. **O ABC do direito comunitário**. Bruxelas: Serviço das publicações oficiais das Comunidades Europeias, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do estado**. São Paulo: Malheiros, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **1ª Conferência nacional de cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura**. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BURGORGUE-LARSEN, Laurence; TAVERNIER, Paul. **Un siècle de droit international humanitaire: centenaire des Conventions de la Haye et cinquantenaire des Conventions de Genève**. Bruxelles: Bruylant, 2001.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Eduardo. **O lugar do cidadão nos processos de integração: o déficit social da Comunidade Europeia e o Mercosul**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.

CAMPOS, João Mota (Org.). **Organizações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional**. Coimbra: Almedina, 1991.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2000.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **“Brancos” e interconstitucionalidade**: itinerários dos discursos sobre a historicidade constitucional. Coimbra, Almedina, 2006.

CARNEIRO, Cynthia Soares. **O direito da integração regional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CASELLA, Paulo Borba. **União Européia**: instituições e ordenamento jurídico. São Paulo: Ltr, 2002.

CASTEDO, Leopoldo. **Fundamentos culturales de la integración latinoamericana**. Santiago do Chile: dólmen ediciones, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. 1ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Liberdade, segurança e justiça para todos**: justiça e assuntos internos na União Européia (Série A Europa em movimento). Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2004a.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Promover a aprendizagem das línguas e a diversidade lingüística**. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais da Comunidade Européia, 2004b.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Situation of islamic communities in five european cities**. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais da Comunidade Européia, 2004c.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Sixth annual report on the situation regarding the protection of individuals with regard to the processing of personal data and privacy in the European Union and in third countries covering the year 2001**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2004d.

COMISSÃO EUROPÉIA. **A prática em matéria de igualdade de direitos**: vozes fundamentais em 2005 – Acesso à justiça. Luxemburgo: Serviço das publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2005a.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Dialogue between peoples and cultures**: actors in the dialogue. Luxemburgo: Escritório de publicações oficiais da Comunidade Européia, 2005b.

COMISSÃO EUROPÉIA. **La igualdad de derechos en la práctica**. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais da Comunidade Européia, 2005c.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Remedies and sanctions in EC non-discrimination Law**. Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais da Comunidade Européia, 2005d.

COMISSÃO EUROPÉIA. **The prohibition of discrimination under European human rights law** – relevance for UE racial and employment equality directives. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2005e.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Information and culture: linking european policies.** Luxemburgo: Serviço das publicações oficiais da Comunidade Européia, 2007a.

COMISSÃO EUROPÉIA. **Statistical portrait of the European Union 2008:** European year of intercultural dialogue. Luxemburgo: Escritório de publicações oficiais da Comunidade Européia, 2007b.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Documentos básicos em matéria de direitos humanos no Sistema interamericano** (atualizados em outubro de 2003). Washington: Secretaria geral da Organização dos Estados americanos, 2003.

COMPARATO, Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 1999.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

CRISTIANI, Cláudio Vanlertim. O direito no Brasil colonial. In: WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). **Fundamentos de história do direito.** Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 295-309.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2002.

CUÉLLAR, Javier Pérez de (Coord.). **Nossa Diversidad Criadora:** Informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo. México: Correo de la UNESCO, 1997. Disponível em: <[http://www: UNESCO.org.uy/centro-montevideo](http://www.UNESCO.org.uy/centro-montevideo)> Acesso em 27 dez. 2008.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos culturais: do reconhecimento da fundamentalidade à necessidade de simplificação. In: **1 Conferência nacional de cultura 2005/2006:** estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação institucional do Ministério da cultura. Brasília: Ministério da cultura, 2007. p. 23-33.

DAL RI JUNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme. **O humanismo latino no Brasil de hoje.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

DAILLIER, Patrick; DINH, Nguyen; PELLET, Alain. **Direito internacional público.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DELOCHE, Bernard. **La nouvelle culture:** la mutation des pratiques sociales ordinaires et l'avenir des institutions culturelles. Paris: L' Harmattan, 2007.

DINIZ, Arthur José de Almeida. **Reflexões sobre o direito e a vida.** Belo Horizonte: Movimento editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2005.

DONNELLY, Jack. **Internacional human rights.** Colorado: West View Press, 2007a.

DONELLY, Jack. **Universal human rights in theory and practice**. New York: Cornell Universal Press, 2007b.

DUSSEL, Enrique. **1492 O encobrimento do outro**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

EVANGELISTA, Ely Guimarães dos Santos. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1999.

FERNANDES, Antonio Jose. **Direitos humanos e cidadania européia: fundamentos e dimensões**. Coimbra: Almedina, 2004.

FRANCO, Marcelo Veiga. Direitos humanos X direitos fundamentais: matriz histórica sob o prisma da tutela da dignidade da pessoa humana. *In*: OLIVEIRA, Márcio Luís de (Coord.). **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos: Interface com o direito constitucional contemporâneo**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERCEG, José Santos. (Compilador). **Integración e interculturalidad**. Santiago do Chile: colección Idea, 2007.

ISMAZ, José Luis de. **Sobre la identidad iberoamericana**. Buenos Aires: Sudamericana, 1984.

JAYME, Fernando Gonzaga. A tutela jurisdicional dos direitos sociais: construindo a cidadania. *In*: Antonio F. M. Gonçalves. (Org.). **Lições de Cidadania**. 1 ed. Brasília: OAB Editora, 2003, p. 107-122.

JAYME, Fernando Gonzaga. **Direitos humanos e sua efetivação pela Corte Interamericana de direitos humanos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LECOUR, Guzmán M. Carriquiry. **Uma aposta pela América Latina**: memória e destino histórico de um continente. Tradução Sérgio José Schirato. São Paulo: Paulus, 2004.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Direito constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000, t. I.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Direito constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, t. II.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Direito constitucional**: curso de direitos fundamentais. São Paulo: Método, 2008a.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. **Princípios universais de direitos humanos e o novo Estado democrático de direito**. Jus Navigandi, Teresina, ano 1, n. 12, maio 1997. Disponível em: <[HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=74](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=74)>. Acesso em fev. 2008b.

MATTELART, Armand. Mundialização, cultura e diversidade. **Revista famecos**. Porto Alegre: n. 31, quadrimestral, dez/2006.

MEDEIROS, Ana Letícia Barauna Duarte. **Direito internacional dos direitos humanos na América Latina**: uma reflexão filosófica da negação da alteridade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional americano**: estudo sobre a contribuição de um direito regional para a integração econômica. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 13 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, v.1.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MORAES. Alexandre de. **Direito constitucional**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MORAES. Alexandre de. **Direitos fundamentais**: teoria geral, comentários aos arts. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência. São Paulo: Atlas, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: UNESCO, 2005a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Ten Keys to the convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions.** Paris: UNESCO, 2005b.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** São Paulo: Max Limonad, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo: Saraiva, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

PRODI, Romano. **Séance solennelle de clôture: Discours par M. Romano Prodi.** *In: Dialogue between peoples and cultures: actors in the dialogue.* Luxemburgo: Escritório de publicações oficiais da Comunidade Européia, 2005.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar.** 11 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIBEIRO, Darcy. La cultura latinoamericana. *In: ZEA, Leopoldo. Fuentes de la cultura latinoamericana.* México: Fondo de cultura económica, 1995.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Cultura e política no mundo contemporâneo.** Brasília: Editora UnB, 2000.

ROJO, Grínor. **Globalización e identidades nacionales y postnacionales... ¿de qué estamos hablando?** Santiago: LOM Ediciones, 2006.

SANTARELLA, Lucia. **Cultura e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura.** São Paulo: Paulus, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 7 ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000

SILVA, Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da. A Comissão interamericana de direitos humanos e o sistema internacional de proteção aos direitos humanos. *In: Antonio F. M. Gonçalves. (Org.). Lições de Cidadania.* 1 ed. Brasília: OAB Editora, 2003, p. 145-156.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2007.

TIZZANO, Antonio; VILAÇA, José Luís da Cruz; HENRIQUES, Miguel Gorjão. **Código da União Européia.** 3 ed. Coimbra: Almedina, 2003.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

UNIÃO EUROPÉIA. Comitê das Regiões da União Européia. **Procedures for local and regional authority participation in european policy making in the members states**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2005.

UNIÃO EUROPÉIA. Conselho. **Relatório anual sobre os direitos humanos 2005**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 2005.

UNIÃO EUROPÉIA. **Tribunal da Comunidade Européia**. 2005. Disponível em <curia.eu.int/jurisp>.

VOLPINI, Carla Ribeiro; WANDERLEY JUNIOR, Bruno. **A cultura como dimensão dos direitos humanos**. In: XVI CONPEDI, 2007, Belo Horizonte. XVI Congresso Nacional. Florianópolis: Buateux, 2007. p. 1-12.

ZEA, Leopoldo. **Filosofia de la historia americana**. México: Fondo de cultura económica, 1987.

ZEA, Leopoldo. **El descubrimiento de América y su sentido actual**. Mexico: Fondo de cultura económica, 1992.

ZEA, Leopoldo (Coord.). **Fuentes de la cultura latinoamericana**. México: Fondo de cultura económica, 1995a, t. I.

ZEA, Leopoldo (Coord.). **Fuentes de la cultura latinoamericana**. México: Fondo de cultura econômica, 1995b, t. II.

ZEA, Leopoldo (Coord.). **Fuentes de la cultura latinoamericana**. México: Fondo de cultura econômica, 1995c, t. III.

ZIPPELIUS, Reinhold, **Teoria geral do estado**. 3ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolítica y geocultura**: ensayos sobre el moderno sistema mundial. Barcelona: Kairós, 2007.

WANDERLEY JUNIOR, Bruno. Lições de cidadania: o caminho da democracia. In: Antonio F. M. Gonçalves. (Org.). **Lições de Cidadania**. 1 ed. Brasília: OAB Editora, 2003, p. 13-32.

WANDERLEY JUNIOR, Bruno. A crise do Estado-Nação em face da globalização: mito ou realidade?. In: Marcelo Campos Galuppo. (Org.). **O Brasil que queremos reflexões sobre o Estado Democrático de Direito**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2006, v. 1, p. 119-130.

WOLKMER, Antonio Carlos. (Org.). **Fundamentos de história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

<http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/25/mecanismos-de-apoio/>

ANEXO